

2016

Relatório

1º Semestre

Queremos contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas



3	Órgãos Sociais
5	Enquadramento da Atividade
8	Informação Económica e Financeira
15	Áreas de Negócio
19	Gestão do Risco
27	Informação Complementar e Anexos
32	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A. – Órgãos Sociais a 30 de Junho de 2016

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Luís Manuel Baptista Figueiredo

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente	Enrique Garcia Candelas
Vogais	Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. representada por Fernando Vieira Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas e Auditor

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	Luís Manuel Baptista Figueiredo
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

ÓRGÃOS SOCIAIS

No dia 31 de Maio de 2016, a Assembleia Geral anual de acionistas do BST ocorreu e aprovou, *inter alia*, a alteração do Órgão de Fiscalização para a Comissão de Auditoria e a proposta para a seguinte composição dos órgãos sociais, incluindo os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Auditor do Banco, para os anos de 2016/2018. O início do exercício de funções de novos membros dos órgãos sociais está sujeito à autorização ou não oposição por parte das entidades de supervisão competentes.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Secretário da Sociedade

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente	Enrique Garcia Candelas
Vogais	Angel Rivera Congosto
	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
	Inês Oom Ferreira de Sousa
	Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
	Remedios Ruiz Macia

Comissão de Auditoria

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	António Basagoiti Garcia-Tuñón
	Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota

Revisor Oficial de Contas e Auditor

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Economia Internacional

A atividade económica, durante o primeiro semestre de 2016, caracterizou-se por um ritmo de crescimento moderado e em desaceleração, também afetado por um conjunto de choques que aumentam a incerteza para a evolução nos próximos trimestres.

Fruto destas condicionantes, o Fundo Monetário Internacional, na atualização de Julho do “World Economic Outlook”, reviu novamente em baixa as suas projeções para o crescimento do PIB mundial, em 2016 e 2017, para 3,1% e 3,4%, respetivamente (-0,1pp).

O primeiro fator a considerar foi a incerteza, nos primeiros meses do ano, relativamente à dinâmica de crescimento na China, que gerou adicionalmente uma maior turbulência nos mercados financeiros. Os dados económicos entretanto divulgados revelaram um ritmo de crescimento ligeiramente mais forte do que o esperado, fruto também das medidas de estímulo que as autoridades adotaram nos últimos trimestres, e que levaram o FMI a prever uma convergência gradual do crescimento para cerca de 6% nos próximos anos, face aos 6,9% registados em 2015.

O segundo fator foi o referendo britânico relativo à permanência do Reino Unido na União Europeia. A votação favorável à saída (materializando o cenário de “Brexit”) surpreendeu a generalidade dos investidores, gerando um momento de volatilidade nos mercados financeiros. Na sequência desta votação, houve uma mudança de Governo, a quem caberá iniciar as negociações para a efetivação da saída. Cabe ao Governo britânico ativar o artigo 50º. do Tratado de Lisboa, após o que se abre um período de dois anos para negociar a saída e os moldes da relação futura entre as duas economias.

O FMI estima que o impacto sobre o crescimento económico, num quadro de negociações bem sucedidas, possa ser de cerca de 0,5pp durante um período de dois a três anos. Isso justifica também a dimensão das revisões que foram efetuadas relativamente às projeções realizadas em Abril. O impacto mais forte, segundo o FMI, deverá ser ao nível da economia britânica que, em 2017, poderia perder cerca de 0,9pp de crescimento, para 1,3%, acentuando significativamente a desaceleração que estava já em curso.

O Banco de Inglaterra, na sua reunião logo após o referendo, manteve as taxas de juro e o enquadramento da política monetária, embora mencionando dispor de todos os instrumentos para agir, como e quando necessário.

As outras economias mais afetadas poderão ser as economias desenvolvidas, com as quais o Reino Unido tem laços comerciais e financeiros mais fortes. Neste contexto, mesmo dentro da União Europeia, os impactos também poderão ser diferenciados, afetando mais a Irlanda e a Holanda, por exemplo.

A zona euro, durante o primeiro semestre do ano, manteve um ritmo de crescimento sustentado, embora diferenciado entre países, beneficiando da melhoria da procura interna, incluindo a despesa de capital. No entanto, com uma estimativa de crescimento de 1,6% para o conjunto do ano, abaixo das estimativas do crescimento potencial, e com inflação claramente abaixo do objetivo de “próximo, mas abaixo de 2%”, o BCE reforçou as medidas de estímulo à atividade económica.

Na reunião de Março, o BCE decidiu: (i) descer a taxa refi para 0% e a taxa de depósito para -0,4%; (ii) ampliar o programa de aquisição de ativos financeiros (“quantitative easing”) para 80 mil milhões de euros mensais (um acréscimo de 20 mil milhões); (iii) incluir dívida emitida por empresas não financeiras no leque de ativos elegíveis para o programa de “quantitative easing”; e (iv) lançar um conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO2, na sigla inglesa), a quatro anos, em que os bancos podem financiar-se à taxa refi, e posteriormente beneficiar de uma bonificação da taxa de juro, até ao valor da taxa de depósito, dependente da evolução da carteira de crédito durante o período de vida da operação.

Em resultado, as taxas de juro, de curto e de longo prazo, registaram uma nova descida, para mínimos históricos absolutos, fruto das declarações do Presidente do BCE de que as operações se manterão enquanto necessário. No caso das taxas de juro de longo prazo, em alguns países europeus, como a Alemanha, a curva de rendimentos convergiu para níveis negativos, incluindo a maturidade dos 10 anos.

Nos EUA, a atividade económica evoluiu a um ritmo mais moderado durante o primeiro semestre do ano, tendo sido (mais uma vez) particularmente afetada por condições climáticas adversas que penalizaram o investimento. A dinâmica de criação de emprego permaneceu forte, mas com uma maior volatilidade mensal, o que, conjugado com os riscos associados ao “Brexit”, impediu a Reserva Federal de subir as taxas de juro de referência como tinha pré-sinalizado.

O adiamento do processo de subida de taxas de juro de referência pela Reserva Federal dos EUA contribuiu, também, para um movimento de depreciação do dólar face ao euro, que, durante todo o primeiro semestre, oscilou num intervalo entre 1,10 e 1,15 dólares por euro. Face à libra esterlina, o dólar apreciou para o nível mais forte em três décadas, na sequência do “Brexit”.

Economia Portuguesa

O crescimento económico, no primeiro semestre de 2016, manteve a tendência de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015, com taxas de variação homólogas abaixo de 1%, face a ritmos de cerca de 1,5% no período homólogo.

Este abrandamento foi mais marcado ao nível do investimento e das exportações, e decorreu, também, do aumento da incerteza global que caracterizou a economia global durante este período.

A desaceleração do investimento, uma tendência que já vinha de 2015, foi ampliada pelas condições climatéricas adversas que penalizaram o setor da construção. Mas também o investimento em máquinas e equipamentos estava numa trajetória de abrandamento, com as empresas a adiarem processos de expansão da capacidade quando a procura externa evidenciava sinais de abrandamento e os níveis de utilização da capacidade instalada permaneciam abaixo da média histórica.

No entanto, o mais recente inquérito ao investimento, realizado pelo INE, aponta para um reforço da despesa de capital pelas empresas industriais e, em particular, pelas empresas exportadoras.

As exportações desaceleraram ao longo de todo o primeiro semestre, sendo especialmente afetadas por dois fatores. Por um lado, a forte redução das vendas para Angola, cuja economia atravessa um processo de ajustamento provocado pela descida do preço do petróleo. Durante o primeiro semestre, as exportações de bens para Angola representaram apenas pouco mais de 2% do total, uma redução face aos cerca de 7% observados nos últimos anos. Por outro lado, a preparação para o lançamento de um novo modelo automóvel a ser produzido na AutoEuropa. Durante este período de transição entre modelos é frequente uma redução das vendas, o que está a afetar as exportações para a Alemanha e também a China.

Acrescem fatores pontuais, relacionados com as exportações de produtos derivados do petróleo para mercados como os EUA. As exportações de bens para a União Europeia, entre janeiro e maio, cresceram 3,5%, ao passo que as exportações para mercados extra-UE contraíram 16,3% neste mesmo período.

O consumo privado evoluiu de forma moderada no primeiro semestre, após a maior aceleração observada em 2015, e apesar da reposição gradual de rendimentos em curso para a Função Pública. No primeiro trimestre, houve um aumento do consumo em bens duradouros, em particular automóveis, devido à antecipação da aquisição de viaturas por via das alterações fiscais que entraram em vigor em abril, com o Orçamento do Estado para 2016, um efeito que se dissipou no trimestre seguinte. A despesa de consumo beneficia da descida gradual do desemprego, que caiu para 11,2% em

junho, assim como dos baixos níveis de taxas de juro, que se refletem na descida da prestação mensal com o crédito hipotecário (e da qual cerca de 80% corresponde já a amortização de capital).

O *stock* de crédito total à economia continua a reduzir-se, muito influenciado precisamente pela dinâmica do crédito hipotecário (e apesar de aumentos nos volumes mensais de produção), mas também do crédito a empresas. Neste apartado, é de destacar a redução do crédito aos setores de construção e atividades imobiliárias que são, no seu conjunto, responsáveis por cerca de dois terços da redução do crédito a empresas. Por seu lado, o crédito ao consumo registou um ligeiro aumento do *stock*, nos primeiros meses do ano.

A execução orçamental das Administrações Públicas, em ótica de caixa, registou uma melhoria no primeiro semestre, com uma redução do défice em quase mil milhões de euros, para 2,9 mil milhões de euros, face ao período homólogo. A melhoria resultou de um aumento da receita fiscal em impostos indiretos (em particular, o ISP e o IA, e, em menor grau, o IVA), já que a receita com impostos diretos se reduziu face ao mesmo período de 2015, devido à redução da sobretaxa em sede de IRS e a alterações na tributação de fundos de investimento em sede de IRC. A despesa estabilizou face aos volumes de 2015, com o aumento da despesa com pessoal (fruto da reposição salarial) a ser compensada por uma maior redução da despesa em bens e serviços e da despesa de investimento.

Ao longo de todo o primeiro semestre, o Tesouro manteve o regular acesso a mercado, tendo lançado um novo produto destinado ao mercado de retalho, as Obrigações do Tesouro a Taxa Variável – OTRV, com uma remuneração correspondente a Euribor 6 meses com um *spread* de 2,05%. Também as subscrições de Certificados do Tesouro Poupança Mais permaneceram sólidas.

Em termos de dívida de médio e longo prazo, o Tesouro emitiu 10,4 mil milhões de euros em Obrigações do Tesouro. A dívida pública aumentou em cerca de 8,5 mil milhões de euros durante o primeiro semestre, para 240 mil milhões de euros (cerca de 132% do PIB).

Principais riscos e incertezas no segundo semestre de 2016

Os riscos e incertezas que podem afetar a atividade no segundo semestre de 2016 estão relacionados com fatores domésticos e externos.

A nível internacional, os fatores de risco estão relacionados com o processo de saída pelo Reino Unido da União Europeia. Após um primeiro momento de incerteza, os investidores internacionais estão numa fase de observação e aguardando pela formalização do processo pelo Governo Britânico. No entanto, sendo um processo inédito, as negociações estarão envoltas em elevada incerteza, que pode condicionar quer a evolução económica global, quer a dinâmica dos principais ativos financeiros nos mercados globais. Isso está refletido no amplo intervalo de estimativas, pelo FMI, dos potenciais impactos da materialização do “Brexit”, com contágio às demais economias europeias e desenvolvidas, e, em menor escala, emergentes.

A nível nacional, as principais fontes de risco são, por um lado, o ritmo de crescimento da economia e respetivos impactos sobre as variáveis macroeconómicas que determinam o desenvolvimento da atividade bancária e, por outro, a dinâmica da economia europeia. Ambos os fatores são decisivos para o crescimento do PIB, designadamente para a aceleração das exportações, reanimação da procura interna e crescimento do investimento.

Também a execução orçamental para o segundo semestre, mas em especial a proposta de Orçamento do Estado para 2017, são importantes para o sentimento dos agentes económicos e para o regular acesso aos mercados financeiros globais.

Adicionalmente, e no que respeita ao setor financeiro, o foco do sistema continua orientado para o aumento da rentabilidade baseada na atividade recorrente. A melhoria do ciclo económico pode influenciar positivamente a necessidade de provisionamento de imparidades de crédito, mas o contexto de baixas taxas de juro e a ainda lenta recuperação dos volumes de crédito tem efeitos negativos sobre a capacidade de geração de margem financeira.

Atividade Consolidada

Introdução

No final do primeiro semestre de 2016, o Banco Santander Totta alcançou um resultado líquido de 192,8 milhões de euros, progredindo 87,8% em relação ao período homólogo.

A carteira de crédito (incluindo garantias e avales) fixou-se em 35,4 mil milhões de euros, crescendo 27,6% em comparação com o período homólogo de 2015. O crédito concedido a empresas subiu 38,6%, com incremento da quota de mercado e representando cerca de 40% do total da carteira de crédito. No crédito a particulares, verificou-se um incremento de 16,9% no último ano.

O rácio de crédito em risco atingiu 6,9%, comparando com 5,6% um ano antes, com o rácio de cobertura a situar-se em 91,8%, aumentando relativamente a 80,6% no final de junho de 2015.

Os recursos de clientes, no montante de 32,8 mil milhões de euros, subiram 22,3% face ao período homólogo, com os depósitos a evoluir 30,8%.

O rácio de transformação, medido pelo peso do crédito líquido nos depósitos, situou-se em 109,8%, no final de junho de 2016, comparando com 115,5% alcançados em junho de 2015.

O rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), de acordo com as regras da CRD IV/CRR, atingiu 16,6%, fixando-se em 16,5% em base *fully implemented*.

No final do primeiro semestre de 2016, o financiamento líquido obtido no Eurosistema situou-se em 1,7 mil milhões de euros, diminuindo 49,7% no último ano, com a melhoria do *gap* comercial e o aumento dos depósitos de clientes.

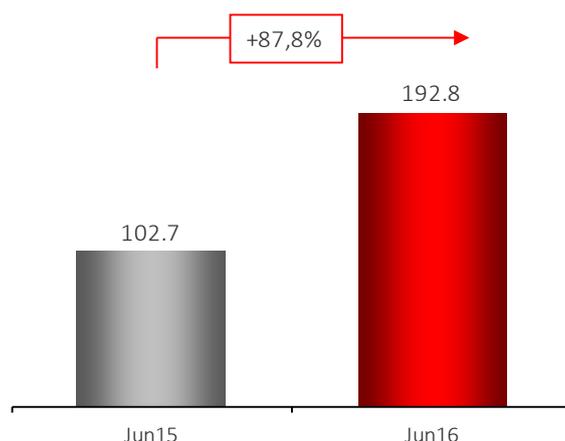
A carteira de ativos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema ascendeu a 12,9 mil milhões de euros.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV, atingiu 121,6%, cumprindo as exigências regulamentares em base *fully implemented* que estarão em vigor em 2018.

No âmbito do plano de otimização de capital, o Banco Santander Totta efetuou um aumento do capital no montante de 300 milhões de euros, em março de 2016, destinado a substituir uma emissão de ações preferenciais, numa operação semelhante a outra realizada em dezembro de 2015.

Os *ratings* da dívida de longo prazo do Banco Santander Totta são as seguintes: Fitch – BBB, Moody's – Ba1, S&P – BB+ e DBRS – BBBH.

RESULTADO LIQUIDO (milhões de euros)



Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (milhões de euros)

	Jun16	Jun15	Jun16/Jun15
Margem Financeira Estrita	370,0	282,6	+30,9%
Rendimento de Instrumentos de Capital	0,3	1,1	-70,9%
Margem Financeira	370,3	283,7	+30,5%
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Atividade Bancária	151,9	136,9	+10,9%
Margem Comercial	522,2	420,6	+24,2%
Resultado de Operações Financeiras	87,8	25,5	+244,9%
Produto Bancário	610,0	446,1	+36,7%
Custos Operacionais	(284,4)	(234,9)	+21,1%
Resultado de Exploração	325,6	211,2	+54,2%
Imparidade e Provisões Líquidas	(53,4)	(65,9)	-19,1%
Resultados de associadas	2,0	9,0	-77,5%
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários	274,3	154,2	+77,9%
Impostos	(81,5)	(51,5)	+58,1%
Interesses Minoritários	(0,0)	(0,0)	-95,2%
Resultado Líquido	192,8	102,7	+87,8%

No final de junho de 2016, a margem financeira estrita ascendeu a 370,0 milhões de euros, o que corresponde a um incremento homólogo de 30,9%, beneficiando da diminuição do custo de depósitos e do impacto da atividade adquirida ao ex-Banif, no final de dezembro de 2015.

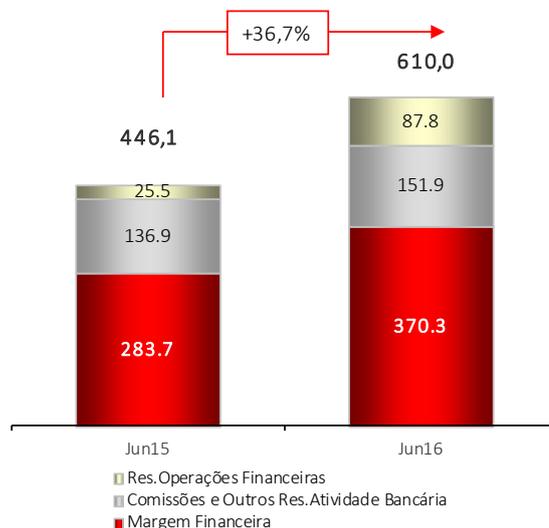
As comissões líquidas e os outros resultados da atividade bancária aumentaram 10,9% em termos homólogos para 151,9 milhões de euros, com melhoria das comissões de gestão e manutenção de contas, de seguros e da atividade adquirida ao ex-Banif.

A margem comercial totalizou 522,2 milhões de euros, registando uma subida de 24,2% em relação ao valor do final de junho de 2015.

Os resultados de operações financeiras atingiram 87,8 milhões de euros, evidenciando um aumento expressivo em relação ao valor do primeiro semestre de 2015, com impacto favorável de ganhos obtidos através de uma adequada gestão da carteira de dívida pública e de crédito.

O produto bancário situou-se em 610,0 milhões de euros, equivalendo a um incremento de 36,7%, com evolução positiva transversal das suas componentes.

PRODUTO BANCÁRIO (milhões de euros)



Os custos operacionais somaram 284,4 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 21,1% em comparação com o montante verificado no primeiro semestre de 2015,

refletindo os custos inerentes à aquisição do negócio comercial do ex-Banif, com os custos com pessoal a crescerem 22,1% e os gastos gerais a subirem 32,6%.

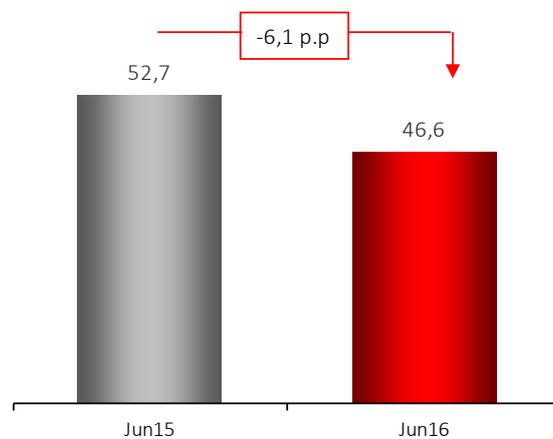
CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)

	Jun16	Jun15	Jun16/Jun15
Custos com Pessoal	(166,1)	(136,1)	+22,1%
Gastos Gerais	(100,6)	(75,9)	+32,6%
Custos de Transformação	(266,7)	(211,9)	+25,8%
Amortizações	(17,7)	(23,0)	-23,0%
Custos Operacionais	(284,4)	(234,9)	+21,1%
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	43,7%	47,5%	-3,8 p.p.
Rácio de Eficiência	46,6%	52,7%	-6,1 p.p.

Em junho de 2016, o rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário,

reduziu 6,1pp para 46,6%, em relação aos 52,7% obtidos em junho de 2015.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA (%)



O resultado de exploração ascendeu a 325,6 milhões de euros, acima dos 211,2 milhões de euros registados no período homólogo (+54,2%).

O resultado antes de impostos e interesses minoritários totalizou 274,3 milhões de euros e o resultado líquido atingiu 192,8 milhões de euros, um crescimento de 87,8% em comparação com o valor de 102,7 milhões de euros registado no primeiro semestre de 2015.

As imparidades e provisões diminuíram 19,1% face ao valor contabilizado no mesmo período do ano anterior, situando-se em 53,4 milhões de euros.

OS resultados de associadas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, de 2,0 milhões de euros, decresceram 77,5% face ao valor registado um ano antes, influenciado pela alienação da participação no Banco Caixa Geral Totta Angola em julho de 2015.

Balanço e Atividade

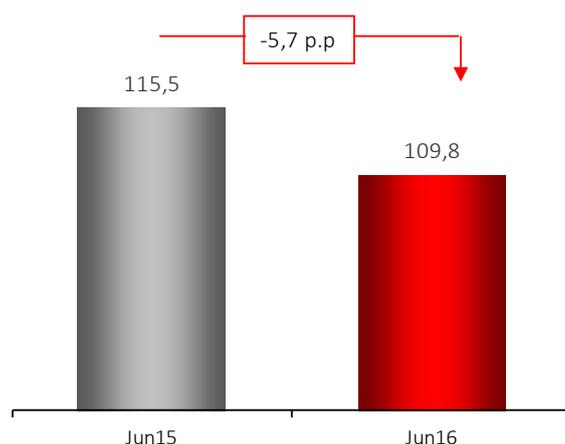
No final de junho de 2016, o volume de negócio ascendeu a 68,2 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 25,0% em relação ao valor registado em junho de 2015. Este avanço resultou da evolução observada no crédito bruto (+27,6%) e nos recursos de clientes (+22,3%).

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

	Jun16	Jun15	Jun16/Jun15
Volume de Negócio	68.228	54.593	+25,0%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	35.401	27.750	+27,6%
Recursos de Clientes	32.827	26.843	+22,3%

O rácio crédito/depósitos situou-se em 109,8%, no final de junho de 2016, uma redução de 5,7pp em relação aos 115,5% verificados em junho de 2015.

CRÉDITO/DEPÓSITOS (%)



CRÉDITO (milhões de euros)

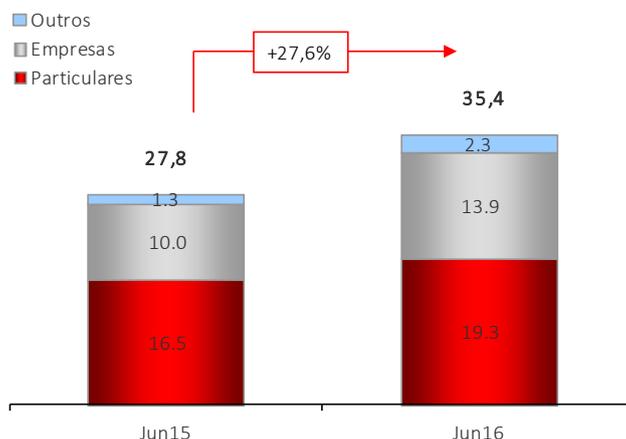
	Jun16	Jun15	Jun16/Jun15
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	35.401	27.750	+27,6%
Crédito Bruto	34.011	26.671	+27,5%
<i>do qual</i>			
Crédito a Particulares	19.268	16.482	+16,9%
<i>do qual</i>			
Habitação	17.044	14.657	+16,3%
Consumo	1.890	1.387	+36,3%
Crédito a Empresas	13.853	9.992	+38,6%

A carteira de crédito (incluindo garantias e avales) totalizou 35,4 mil milhões de euros no final de junho de 2016, subindo 27,6% em comparação com o período homólogo. O crédito concedido a empresas, no montante de 13,9 mil milhões de

euros, cresceu 38,6%, em resultado do incremento da nova produção e da aquisição da carteira de crédito do ex-Banif, passando a representar cerca de 40% da carteira total de crédito do Santander Totta. O crédito a particulares situou-se em 19,3 mil milhões de euros, +16,9% face ao final de junho de 2015. O crédito à habitação, de 17,0 mil milhões de euros,

aumentou 16,3%, no último ano, não só pela incorporação da carteira do ex-Banif, como também pelo aumento de 66,5% nos novos empréstimos face aos montantes contratados no primeiro semestre de 2015, superando a redução natural do stock existente por via das amortizações.

CRÉDITO (milhões de euros)



No final do primeiro semestre de 2016, o rácio de crédito em risco aumentou 1,3pp face a junho de 2015, para 6,9%. As imparidades em balanço cobriam a 91,8% o crédito em risco, comparando com 80,6% de cobertura no período homólogo.

Esta evolução indica a débil qualidade de crédito de uma parte significativa da carteira adquirida em dezembro de 2015, embora esteja adequadamente provisionada.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	Jun16	Jun15	Jun16/Jun15
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	4,6%	4,3%	+0,3 p.p.
Crédito Vencido mais 90 dias / Crédito Total	4,2%	4,3%	-0,1 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	6,9%	5,6%	+1,3 p.p.
Crédito Reestruturado / Crédito Total	9,5%	9,5%	+0,0 p.p.
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	6,7%	7,1%	-0,4 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	137,0%	103,5%	+33,5 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido mais 90 dias	150,7%	105,6%	+45,1 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	91,8%	80,6%	+11,2 p.p.

Os recursos de clientes atingiram 32,8 mil milhões de euros no final de junho de 2016, aumentando 22,3% face ao montante obtido em junho de 2015.

RECURSOS (milhões de euros)

	Jun16	Jun15	Jun16/Jun15
Recursos de Clientes	32.827	26.843	+22,3%
Recursos de Balanço	28.447	21.768	+30,7%
Depósitos	28.447	21.743	+30,8%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	0	25	-100,0%
Recursos fora de Balanço	4.380	5.074	-13,7%
Fundos de investimento geridos ou comercializados	1.514	1.694	-10,6%
Seguros e outros recursos	2.867	3.380	-15,2%

Os depósitos situaram-se em 28,4 mil milhões de euros no final do primeiro semestre de 2016, o que compara com um montante de 21,7 mil milhões de euros um ano antes (+30,8%), refletindo não só a aquisição da carteira de depósitos de clientes do ex-Banif, bem como o crescimento verificado na rede comercial desde o início do ano. Este incremento mais que compensou o decréscimo observado em fundos de investimento comercializados pelo Banco

(-10,6%) e em seguros de capitalização e outros recursos (-15,2%).

Rácio de Solvabilidade

O rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), de acordo com as regras da CRD IV/CRR situou-se em 16,6%, passando para 16,5% em base *fully implemented*.

CAPITAL (milhões de euros)

	Jun16	Jun15	Jun16/Jun15
Common Equity Tier I	3.113	2.115	+47,2%
Tier I	3.113	2.510	+24,0%
Total Capital	3.116	2.510	+24,1%
Risk Weighted Assets (RWA)	18.772	16.046	+17,0%
CET I Ratio	16,6%	13,2%	+3,4 p.p.
Tier I Ratio	16,6%	15,6%	+1,0 p.p.
Total Capital Ratio	16,6%	15,6%	+1,0 p.p.

Perspetivas para o segundo semestre de 2016

As expectativas para o segundo semestre de 2016 apontam para uma estabilização da atividade económica, assim como das condições financeiras, na zona euro, embora num quadro de maior incerteza, dado o cenário de saída pelo Reino Unido da União Europeia.

Os bancos continuarão a desenvolver a sua atividade num enquadramento de baixas taxas de juro, *spreads* de crédito sob pressão e novas exigências regulatórias, nomeadamente no que respeita a requisitos de capital, rácios de liquidez e de alavancagem, e ainda os novos regulamentos referentes aos mecanismos de resolução, com o conseqüente impacto estrutural na rentabilidade das instituições financeiras

O Santander Totta tem demonstrado uma forte capacidade de geração de receitas, mantendo sólidos rácios de capital e uma situação de liquidez confortável.

Mantêm-se, para o segundo semestre, os principais objetivos de incremento das quotas de mercado e de vinculação de clientes, em especial os oriundos da rede ex-Banif, e de incremento da rentabilidade dos capitais próprios, e da margem financeira, pela gestão criteriosa do custo de passivo, de expansão dos volumes de negócio, e da gestão da qualidade da carteira de crédito.

O Santander Totta manterá a sua estratégia de apoio à revitalização da economia portuguesa e das empresas, incrementando o peso relativo deste segmento na carteira de crédito, aliada a uma política de controlo rigoroso dos riscos no que respeita à concessão e ao seguimento de crédito.

Em simultâneo, o Banco continuará o processo de transformação comercial, no âmbito da sua missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, visando ser um Banco mais **Simples, Próximo e Justo**. O Banco prosseguirá a simplificação dos processos; o reforço do modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes; e a agilização da gestão de risco, com modelos mais ajustados a cada segmento de clientes, mantendo uma gestão prudente e rigorosa dos riscos assumidos.

Após a aquisição de um conjunto de ativos e passivos do Banco Banif, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal, no final de 2015, o Santander Totta procedeu à imediata integração da estrutura comercial efetuando o *rebranding* de todas as agências. No segundo semestre de 2016, o processo deverá estar concluído, com a integração operacional e tecnológica da rede ex-Banif.

A conclusão do processo permitirá alargar a oferta de produtos e serviços a mais de 300 mil clientes, com especial foco nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, proporcionando uma alavanca adicional para o crescimento da atividade e dos volumes de negócio.

Banca Comercial

Particulares e Negócios

No primeiro semestre, o Banco manteve a orientação da sua atuação assente nas suas prioridades estratégicas e na cultura corporativa de um Banco que se assume como **Simples, Próximo e Justo**.

No atual enquadramento de taxas de juro em níveis negativos, o Banco continuou a ajustar a sua oferta e portefólio de produtos ao contexto de mercado, procurando continuar a premiar o nível de relacionamento com o Banco. Assim, e no âmbito da relação de confiança com os clientes e beneficiando da solidez do Banco, os recursos de clientes registaram um acréscimo significativo, no primeiro semestre.

No crédito à habitação e pessoal, respondendo às necessidades de apoio à realização de projetos dos clientes, registou-se um crescimento de 35,6% face ao período homólogo.

No crédito ao segmento Negócios/PME's registou-se um crescimento de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior o que permitiu uma evolução positiva na carteira de crédito do segmento.

O Mundo 1|2|3 continua a revelar-se como uma alavanca importante de captação e vinculação de clientes. O Mundo 1|2|3 é uma solução multiproduto que confere vantagens a nível das principais comissões do dia-a-dia e vários seguros e coberturas de assistência ao domicílio 24h, um conjunto de benefícios, via reembolso na conta-cartão Mundo 1|2|3. Esta solução tem permitido ao Banco incrementar a captação de novos clientes e reforçar a relação com os existentes. Em março, foi feito um reforço dos benefícios atribuídos aos clientes, nomeadamente, o incremento da oferta na Repsol, inclusão de vantagens na utilização da Via Verde e nos bilhetes para o Rock in Rio Lisboa.

O Banco aumentou também o número de clientes digitais, que ultrapassou os 404 mil clientes.

Private Banking e Select

A atividade dos segmentos de rendimentos mais elevados esteve condicionada pela evolução dos mercados financeiros, que, no primeiro semestre, se caracterizaram, e como já mencionado, pelos receios em relação ao abrandamento da economia chinesa e, já no final do semestre, pelo referendo no Reino Unido relativamente à permanência na União Europeia. Estes fatores potenciaram

momentos de maior volatilidade e de fuga para a qualidade.

A integração dos centros *Private* da rede do ex-Banif, constituiu mais uma oportunidade para a área de *Private Banking* confirmar a robustez do seu modelo de negócio, assente na proximidade com o cliente, modelo de assessoria e arquitetura aberta, continuando a apresentar soluções de investimento adaptadas ao perfil, necessidades e objetivos dos clientes.

A área de *Private Banking* foi distinguida, pelo 5º ano consecutivo, como “Best Private Banking Services Overall” pela Euromoney, que veio juntar-se aos dois prémios de referência atribuídos em 2015, pela Global Finance e pela parceria PWM/The Banker, como “Best Private Bank in Portugal”.

No que se refere ao segmento *Affluent*, o Santander Totta passou a publicar os critérios de acesso ao segmento. Desta forma o Banco aumenta a transparência na relação com os clientes e cria condições para uma maior dinâmica comercial, numa aposta clara na banca de relação com os clientes *Affluent*. Também neste semestre e em complemento à oferta atual *Select*, passou a ser disponibilizada a Global Value aos clientes *Select* e *Private*. Trata-se de uma solução que abrange um conjunto de serviços sendo por isso mais um fator gerador de vinculação e de captação de clientes.

Empresas

O Banco manteve o foco no aumento da proximidade e relação com os seus clientes no segmento de Empresas.

Sob o lema “Um Banco próximo da sua empresa”, o Banco elegeu como prioridade a presença em feiras e eventos setoriais, e em especial a criação de um novo conceito de proximidade e de comunicação: a Box Santander Advance Empresas. Este conceito abre um novo conceito de proximidade entre o Banco, as empresas e as universidades.

A estratégia do Santander Advance Empresas passa pela dinamização da oferta integrada existente, em que a componente não financeira assume particular relevância, face ao caráter inovador e distintivo da mesma. Destaca-se, a título de exemplo, o Site Santander Advance com aproximadamente 1,5 milhões de visualizações; o Programa Bolsas de Estágio Santander Universidades, com mais de 900 pedidos de Estágio desde seu lançamento ou a Formação (online e presencial) atribuída a mais de 1.300 empresas.

O Grupo Santander foi premiado pela revista Euromoney com o galardão “World's Best Bank for SMEs”, realçando que a estratégia global do Santander, no âmbito do Santander Advance, vai para além do financiamento, uma vez que abrange soluções de formação, internacionalização e conectividade que permitem às empresas superar os obstáculos.

No negócio internacional, durante o primeiro semestre, o Banco reforçou a sua presença junto das empresas no apoio ao comércio externo e no processo de internacionalização. Neste período, o Banco: i) alargou o número de empresas que trabalham regularmente o negócio internacional com o Banco; ii) cresceu significativamente a sua quota de mercado em *trade finance*; e iii) aumentou as suas receitas, nomeadamente comissões, ligadas a este negócio.

Promotores e Mediadores

O primeiro semestre de 2016 ficou marcado pela integração da rede do ex-Banif. Desde o início do ano, a área de Promotores e Mediadores Imobiliários encetou um processo de análise à realidade que existia neste Banco para os Canais de Promotores e Mediadores, com o objetivo de avaliar impactos, identificar desenvolvimentos necessários e definir procedimentos tendo em vista o alargamento a esta rede das atividades de dinamização destes canais.

Durante o segundo trimestre, foi já possível divulgar e implementar procedimentos para que, de forma transitória, se pudesse colocar à disposição dos balcões da rede do ex-Banif toda a estrutura de apoio e de seguimento destes canais, o que permitiu iniciar a dinamização dos protocolos já existentes celebrados com as empresas de mediação imobiliária.

Paralelamente, foi também desenvolvido e divulgado um processo de admissão de novos Promotores Externos, com o objetivo de rapidamente dotar os balcões ex-Banif de um número mínimo de parceiros de negócio, durante a fase de transição.

Ao longo dos primeiros seis meses do ano, verificou-se um aumento significativo do contributo que o canal de Mediadores Imobiliários deu para os níveis de produção alcançados.

A rede de Lojas de Promotor continua no seu processo de expansão tendo sido abertas mais 24 Lojas no primeiro semestre o que veio aumentar a cobertura nacional desta rede complementar à rede de balcões.

Canais Complementares

Durante o primeiro semestre de 2016, a área de Estratégia e Gestão Multicanal prosseguiu a implementação do Plano de Transformação Multicanal, de acordo com a estratégia definida pelo Grupo para os canais diretos, com o objetivo de modernizar, simplificar e estar mais próximo dos clientes, capacitando e aumentando a oferta dos serviços do Banco ao nível do digital.

Neste contexto, foram implementadas novas funcionalidades e realizadas melhorias, para tornar a oferta mais ampla, melhorar substancialmente a experiência dos clientes, aumentando significativamente a adesão a canais não presenciais e as vendas realizadas por via dos canais.

Foram implementadas diversas ações e iniciativas para a integração do ex-Banif, que deverá ocorrer de forma plena no decurso do segundo semestre.

SelfBanking

A atividade de *SelfBanking* foi centrada na colocação em prática da estratégia e dos planos de atividades previstos para o incremento do negócio, na focalização para o serviço prestado ao cliente e na implementação do plano de integração da atividade da rede ex-Banif.

Paralelamente à evolução prevista do negócio de instalação de ATM's, o início da implementação do plano de integração do ex-Banif produziu um maior crescimento do número de ATM's da rede Multibanco posicionando as quotas de mercado em valores de 15% em equipamentos e de 16% em movimentos realizados.

A utilização da rede de equipamentos, enquanto canal de comunicação e de ofertas de valor aos clientes foi reforçado, sendo gerador eficaz de *leads* comerciais para a rede de balcões.

O plano de rejuvenescimento e inovação tecnológica e a consolidação do projeto de ATM's com capacidade de recirculação continuam a ser pilares de suporte para o incremento da qualidade e serviço prestado e reconhecido pelos clientes, traduzindo-se em índices de satisfação de 94%.

Canais Digitais

No que se refere ao digital, manteve-se a estratégia de capacitar os vários canais, reforçando o seu posicionamento como veículos de distribuição de produtos e serviços do Banco e de vinculação de clientes, com ofertas segmentadas. São exemplos disso, o menu *Select* – segmento *Private* – e o lançamento do Mundo *Select* no canal *Mobile* (App). Foi implementado também o Mundo 1|2|3 no canal *Mobile*, oferta orientada para clientes do

segmento de *Mid&Mass Market*. Entre as várias melhorias efetuadas neste canal, destacam-se o *Mobile Touch ID*, que permite aceder à aplicação *Mobile* através de impressão digital, de forma cómoda, simples e totalmente segura e a funcionalidade de gestão de *plafond* de cartão.

No NetBanco Particulares, implementaram-se alterações ao nível das transferências, para dar cumprimento às normas SEPA. Em linha com o canal *Mobile*, a oferta segmentada dominou as melhorias implementadas no *Homebanking*, sobretudo ao nível do Mundo 1|2|3 e nas “Minhas Ofertas”, onde o utilizador pode consultar as ofertas disponibilizadas.

À semelhança dos Particulares, o tema SEPA fez parte das alterações e melhorias ocorridas no *NetBanco* Empresas, não apenas ao nível das transferências como também de débitos diretos. O *site* de Empresas tem em curso um plano de redesign, que está a ser implementado e que já se encontra disponível em algumas funcionalidades, como por exemplo a área de Cartões (Cartões Refeição).

Registaram-se melhorias na disponibilidade e *performance* dos *websites* e um crescimento de utilizadores das plataformas digitais. Os clientes digitais ativos registaram, em junho, um crescimento homólogo superior a 19%, sendo que os clientes que realizam transações tiveram igualmente um aumento próximo de 19% no mesmo período.

Contact Center

Em janeiro de 2016, o Banco inaugurou um novo Centro de Contactos, numa zona central de Lisboa, servida por transporte rodoviário e ferroviário dado estar muito próximo de um *hub* Central de Transportes. Este centro dispõe de elevada tecnologia de *Contact Centers* e condições únicas ao nível das melhores práticas deste setor e dos *contact centers* do grupo. As condições de trabalho e serviços adicionais de lazer e suporte à família dos trabalhadores do *contact center* foram melhoradas substancialmente.

Esta aposta e reforço de investimento visa melhorar a experiência de contacto dos clientes e facilitar a aposta na transformação do *Contact Center* num centro de proveitos para o Banco.

A estratégia seguida em anos anteriores reforçou o investimento no aumento da autonomia e na rápida resolução de todas as situações que são apresentadas pelos clientes, estando agora mais focada na transformação comercial, criando as condições para aumentar o peso das vendas do Banco geradas por este canal e uma maior aposta no segmento de Empresas e Negócios, com projetos muito concretos nesta área.

Foi concluído o Centro de Atendimento de Empresas que tem como objetivo garantir o seguimento de todas as solicitações operativas que os clientes habitualmente efetuam junto das Direções Comerciais de Empresas e, simultaneamente, assegurar uma resposta mais rápida e uma melhor Experiência de Cliente.

Foi reforçada a sistemática de geração de *leads* comerciais para a rede de balcões, no seguimento da deteção de oportunidades de venda no contato com o cliente.

A atividade, no primeiro semestre de 2016, foi, em média, 20% superior ao período homólogo, acentuando-se a alteração do *mix* de contactos, com maior peso do suporte aos canais digitais.

Em maio, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado, pelo 8º ano consecutivo, o “Melhor *Contact Center* de Portugal no Sector Financeiro”, prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

Redes Sociais

Ao longo dos primeiros seis meses do ano, o Banco implementou diversos passatempos e ações de divulgação e promoção nas redes sociais, alinhadas com a estratégia de Marketing e com as parcerias que o Banco estabeleceu, nomeadamente as meias maratonas e o Rock in Rio, que foi alvo de ação de cobertura mediática específica no Facebook.

A página institucional do Banco no Facebook conta com 350 mil seguidores e cresceu 40% no primeiro semestre: 100.343 novos seguidores nos quais estão incluídos 57.184 da fusão da página do ex-Banif.

O crescimento do número de seguidores do Banco no Facebook resulta de um investimento consistente em publicidade e da realização regular de passatempos e iniciativas.

O Instagram, com 3.542 novos seguidores no primeiro semestre de 2016, foi a rede social com maior crescimento relativo (306%) face a dezembro de 2015.

O Banco Santander Totta está presente em 6 redes sociais: Facebook, Twitter, LinkedIn, Youtube, Instagram e Google+.

Atividade internacional

Em 2016, a atividade Internacional do Banco Santander Totta para clientes particulares residentes no estrangeiro, tem privilegiado o aumento da vinculação, captação de novos clientes e oferta de canais digitais, com maior foco no NetBanco e Mobile que constituem prioridade

estratégica do Banco, podendo os clientes aceder de forma digital aos serviços do Banco.

No âmbito de operações de reestruturação do Grupo Santander, concluiu-se o processo de encerramento de duas unidades reguladas por legislação dos EUA, ou sejam, o Totta Inc. e a filial BSTI (Porto Rico).

Por outro lado, têm sido desenvolvidas ações para a integração das unidades no exterior do ex-Banif, nomeadamente junto das autoridades locais.

O volume de negócios na área de residentes no estrangeiro registou um bom crescimento na vertente de crédito, mas teve menor evolução em recursos, o que acontece face ao nível das taxas de juro e ao direcionamento de poupanças para investimento em imobiliário.

No âmbito da relação com as comunidades, o Banco participou em diversos eventos destinados a clientes, nomeadamente no “Dia de Portugal”, onde se reforçaram as ligações com Portugal e onde se pretendeu transmitir a oferta e disponibilidade do Banco no apoio sistemático às comunidades Portuguesas no exterior.

O Banco esteve presente na 12ª conferência anual da Câmara de Comércio Luso-Britânica e no Salão Imobiliário de Paris, onde foi possível manter um importante número de contactos com a comunidade, associações locais e clientes.

Nos últimos meses do primeiro semestre, foi concluída a preparação da campanha de Verão, que visa um atendimento preferencial aos clientes que nos visitam, facultando brindes e informação comercial que de forma estruturada, permite dar as boas-vindas aos portugueses que residem no exterior. Foi reforçada, também, a comunicação, o acolhimento nos principais balcões, nos aeroportos nacionais e meios de comunicação, promovendo-se a oferta de serviços e soluções de poupança.

Pela primeira vez foi possível associar a realização de um importante evento desportivo, a Volta a Portugal em Bicicleta, à visita dos clientes residentes no Estrangeiro, convidando-os a participar em eventos organizados em localidades em que a Volta passa e de onde eles são naturais ou passam as suas férias.

A exemplo do verificado em anos anteriores, e numa conjuntura em que houve redução de alguns canais tradicionais para transferências, nomeadamente na Suíça e no Reino Unido, promoveram-se ações de dinamização para recordar aos clientes a possibilidade e as vantagens de realizarem transferências para Portugal, que se refletiu numa quota de mercado superior a 20%.

A sucursal de Londres tem continuado a evidenciar boa evolução no controlo da carteira de crédito, mantendo um importante apoio aos balcões em Portugal para serviço da comunidade portuguesa que vive e trabalha no Reino Unido.

Global Banking & Markets

A área de Financiamentos Estruturados mantém uma intensa atividade, acompanhando a tendência das empresas em explorar novas oportunidades de investimentos. Neste sentido, destaca-se neste período, o financiamento de um portefólio de projetos eólicos, assim como do novo terminal de cruzeiros em Lisboa.

Na atividade da área de *Corporate Finance*, destacam-se a conclusão com sucesso de uma operação de assessoria na aquisição de uma participação minoritária relevante num portefólio de ativos eólicos em Portugal e a assessoria financeira a um grupo nacional de *media* na avaliação das suas participadas.

A área de *Fixed Income & FX* (FIC) mantém o apoio às empresas portuguesas através da apresentação de soluções de mitigação de riscos financeiros, disponibilização de informação de mercado e acompanhamento próximo dos clientes, em coordenação com as Redes Comerciais.

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão, tem sido um fator decisivo para a consecução dos objetivos do Banco.

Risco de Crédito

No primeiro semestre do exercício de 2016, a atividade da área de Riscos de Crédito teve como vetores principais os seguintes:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e, consequentemente, da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados, intensificou-se a proximidade com os clientes, de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, revisão das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso. Esta atuação, e o nível de qualidade creditícia dos clientes, permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector e em simultâneo continuar a crescer a carteira de crédito. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco, e implementaram-se melhorias nos processos, com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afetados pelo contexto macroeconómico, com o objetivo de mitigar os rácios de crédito vencido. As permanentes revisões de carteira permitem concluir que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimado é, também, adequado;
- Nos primeiros seis meses do ano, continuaram a ser implementadas medidas de gestão do processo de admissão de novos créditos, com o objetivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes, sempre que apresentam novas oportunidades de negócio;
- Decorrente da integração da rede do ex-Banif, realizaram-se diversos trabalhos de identificação e avaliação de riscos de crédito sobre as exposições creditícias, com um foco especial nas principais exposições. Deu-se início à integração do processo de admissão e acompanhamento das operações e clientes oriundos dessa rede, nos modelos do Banco Santander Totta;
- Nos riscos estandardizados (ou não encarteirados), o Banco, visando a melhoria contínua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Ainda ao nível dos riscos estandardizados, manteve-se o foco na manutenção da qualidade da carteira, atuando sobre a morosidade de gestão e crédito vencido, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível atuais e futuros. Neste sentido, estão definidas estratégias de admissão adequadas aos sistemas de decisão do Banco, e utilizam-se sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Com o objetivo de reforçar o envolvimento comercial e *cross-selling* dos clientes e, em simultâneo, potenciar a captação de novos clientes foram mantidas campanhas comerciais para Negócios, visando a produção de crédito novo e retenção de clientes e operações em curso, de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Num cenário macroeconómico adverso em que os rácios de crédito vencido continuam a aumentar, manteve-se um forte enfoque ao nível da atividade de recuperações, reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a atividade de recuperações de gestão massiva, em simultâneo com um acompanhamento permanente dos casos especiais, judiciais e extrajudiciais;
- Manteve-se a política de reforço da negociação, visando a redução do número de dações, para que, quando ocorram, se privilegie a obtenção de dações em pagamento em alternativa à atuação judicial;
- Prosseguiu o processo de modernização da área de Recuperações assente, por um lado, em desenvolvimentos informáticos criteriosamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperações, relação com os advogados e ação executiva;
- Manteve-se a vigilância sobre a metodologia de trabalho, com vista à otimização dos vários processos, tendo como objetivo “stressar” o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das ações para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível da gestão corporativa de riscos, prosseguiu uma política de controlo rigoroso do risco da carteira de crédito, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, com vista a uma gestão correta dos riscos do Banco;

- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requisitos de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito está especializada com base na tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes estandardizados ou de tratamento massivo (não encarteirados).

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de banca maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista e complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes estandardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

Ferramentas de classificação (rating/scoring)

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação, correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e banca maiorista global, tanto na determinação do seu *rating*, como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado

de um módulo quantitativo ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, e complementado pela análise efetuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível, bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos estandardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos, como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), reporta-se a um nível de perda muito

elevado, contudo pouco provável, o qual, atendendo à sua natureza, não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de fatores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Excetuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efetuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência, com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, como também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal, sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos, utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objeto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, entre outros).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC), onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste na análise da capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e rendibilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está, também, especializada de acordo com a segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação, que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação

irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal e, por outro lado, manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “*repos*”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo risco potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o primeiro semestre de 2016, o valor presente das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou uma ligeira subida, refletindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo.

Risco de Balanço

Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio, bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos ativos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco baseados no valor patrimonial, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições atuais de balanço, os quais constituem indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

O rácio LCR (Liquidity Coverage Ratio), calculado segundo as normas da CRD IV situou-se em 121,6%, no final de junho de 2016.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos, que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

Gestão do risco estrutural de balanço

Risco de taxa de juro

Como referido anteriormente, o risco de taxa de juro do balanço é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado, modelando a evolução no tempo dos

Risco de Mercado

Atividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos fatores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as atividades são segmentadas do seguinte modo:

- **Negociação:** neste título inclui-se a atividade de serviço financeiro a clientes;
- **Gestão de balanço:** riscos decorrentes da actividade comercial do grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de ativos e passivos.

Metodologias

Atividade de Negociação

A metodologia aplicada, no exercício de 2016, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir, de forma rápida e eficaz, os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e “gregos”) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das

fatores de risco e das posições do banco sobre os ativos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os fatores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente, o risco originado diretamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da atividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspetivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento a utilizar, para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador, o Banco está muito mais protegido relativamente a potenciais crises que afetem o meio envolvente.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que, entre outros indicadores, exige um volume razoável de ativos líquidos disponíveis.

A gestão de liquidez é efetuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espórâdicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

Limites

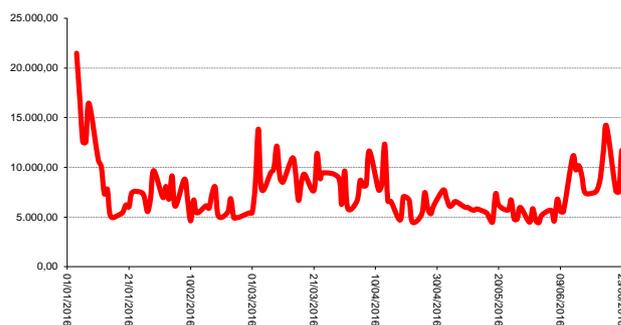
Para as carteiras de negociação, utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e “gregos”) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas, ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à atividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2016, quantificado através do VaR, é a seguinte:

VaR 99%



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 4 mil euros e os 21 mil euros.

Risco Operacional

Definição e objetivos

O Banco Santander Totta (BST) define o risco operacional como “o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas”. Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou ativos, e é gerado internamente (pessoas, sistemas, etc.), ou como consequência de riscos externos como por exemplo atuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócios e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais gerados no seu âmbito de atuação.

O objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direcionado na identificação, medição, avaliação, controlo e mitigação e informação desse risco.

A prioridade do BST é, portanto, identificar e mitigar fontes de risco, independentemente de terem ou não ocasionado perdas. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou, numa primeira fase, pelo método *standard* previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem, de forma periódica, o tratamento de aspetos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A gestão e controlo do risco operacional são parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são elas que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos suscetíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional. São acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento do projeto através do respetivo controlo e supervisão.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Definir o perfil objetivo de risco operacional, com especificação das estratégias por unidade e horizonte temporal, por meio do estabelecimento do apetite e tolerância de RO, do orçamento e seu acompanhamento;
- Promover o envolvimento de todos os colaboradores com a cultura do risco operacional por meio de formação adequada a todos os âmbitos e níveis da organização;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente com os padrões regulatórios (Basileia, Banco de Portugal, etc.) e o sector bancário;
- Realizar um acompanhamento contínuo das exposições de risco operacional, implantar procedimentos de controlo, melhorar o conhecimento interno e minimizar as perdas;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao risco operacional, e seu nível de controlo para a Administração e áreas, bem como informar o mercado e organismos supervisores.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promove o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional;
- Permite uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controle/mitigação, e informação);
- Melhora o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e sua atribuição às linhas de negócio e de suporte;

- As informações de risco operacional contribuem para melhorar os processos e controlos, reduzir as perdas e a volatilidade da receita;
- Facilita o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma perceção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política do risco de cumprimento e reputacional tem por finalidade a gestão dos mesmos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco de cumprimento e reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Política de tratamento e proteção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

Práticas de Governo e Modelo de Controlo Interno

A Assembleia Geral de 31 de Maio de 2016 aprovou uma reformulação geral do contrato de sociedade, que implicou a alteração da estrutura de fiscalização societária, tendo adotado o denominado modelo anglo-saxónico de governo societário, composto pelo Conselho de Administração e por uma Comissão de Auditoria, enquanto órgão de fiscalização.

A reformulação geral do contrato de sociedade tem a sua execução suspensa até à conclusão do processo de autorização ou não oposição por parte das entidades de supervisão competentes para os membros dos órgãos sociais propostos para o órgão de administração e fiscalização, processo que à data de 30 de Junho de 2016 se encontrava ainda pendente.

A restante estrutura do Governo da Sociedade bem como as políticas, procedimentos e órgãos de controlo interno do Banco não sofreram alterações face ao exercício relativo ao ano de 2015.

Estrutura Acionista

Acionista	Nº ações	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.241.179.513	98,76%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	1,16%

Movimento de Ações Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 31 de Maio de 2016, o Banco Santander Totta, S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco Santander Totta detinha 290.435 ações próprias, correspondentes a 0,030% do seu capital social. Durante o ano de 2016, o Banco não procedeu à compra nem a alienação de ações próprias, fechando o semestre com igual número de ações próprias, as quais passaram a representar 0,023% do seu capital social, na sequência da emissão de 300.000.000 novas ações em Março de 2016.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2016

Banco Santander Totta, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2015	290.435	5,78	1.678.843	0,030%
Aquisição de ações	0	-	0	-
Alienação de ações	0	-	0	-
Saldo em 30/06/2016	290.435	5,78	1.678.843	0,023%

Movimentos de Ações e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não foram feitos quaisquer movimentos de ações e obrigações pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao primeiro semestre de 2016.

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao primeiro semestre do exercício de 2016 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários.”

Conselho de Administração

António Basagoiti Garcia-Tuñon Presidente	
António José Sacadura Vieira Monteiro Vice-Presidente	Enrique Garcia Candelas Vogal
Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota Vogal	João Batista Leite Vogal
José Carlos Brito Sítima Vogal	José Urgel Moura Leite Maia Vogal
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Vogal	Manuel António Amaral Franco Preto Vogal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida Vogal	

Glossário

Margem Financeira Estrita

Juros e rendimentos similares deduzidos dos Juros e encargos similares

Margem Financeira

Margem financeira estrita adicionada de rendimento de instrumentos de capital

Comissões Líquidas e Outros Resultados da Atividade Bancária

Rendimentos de serviços e comissões deduzidos dos encargos com serviços e comissões, adicionado de outros resultados de exploração

Margem Comercial

Soma da margem financeira e comissões líquidas e outros resultados da atividade bancária

Resultados de Operações Financeiras

Soma de resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, de resultados de ativos financeiros disponíveis para venda, de resultados de reavaliação cambial e de resultados da alienação de outros ativos

Produto Bancário

Margem comercial adicionada de resultados de operações financeiras

Custos de Transformação

Custos com pessoal adicionado de gastos gerais administrativos

Custos Operacionais

Custos de transformação adicionados de amortizações do exercício

Resultado de Exploração

Produto bancário subtraído dos custos operacionais

Imparidade e Provisões Líquidas

Soma das provisões líquidas de anulações, de imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações, de imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações e de imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações

Rácio de Eficiência

Rácio entre os custos operacionais e o produto bancário

Rácio Crédito / Depósitos

Medido de acordo com as definições decorrentes do “Memorando de Entendimento”

Crédito a Particulares (Habitação e Consumo) e Empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS)

Crédito vencido / Crédito total

Rácio entre o saldo do crédito a clientes com prestações de capital ou juros vencidos e o crédito a clientes total

Crédito vencido mais 90 dias / Crédito total

Rácio entre o saldo do crédito a clientes com prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias e o crédito a clientes total

Crédito em risco / Crédito total¹

Rácio entre o crédito a clientes em risco (bruto) e o crédito a clientes total (bruto)

¹ De acordo com a Instrução n.º 23/2012 do Banco de Portugal

Crédito reestruturado / Crédito total²

Rácio entre o crédito a clientes reestruturado e o crédito a clientes total.

Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total²

Rácio entre o crédito a clientes reestruturado não incluído no crédito a clientes em risco e o crédito a clientes total.

Cobertura de crédito vencido

Rácio entre a Imparidade acumulada para crédito a clientes (valor de balanço) e o crédito a clientes vencido

Cobertura de crédito vencido há mais de 90 dias

Rácio entre a Imparidade acumulada para crédito a clientes (valor de balanço) e o crédito a clientes vencido há mais de 90 dias

Cobertura de crédito em risco

Rácio entre a Imparidade acumulada para crédito a clientes (valor de balanço) e o crédito a clientes em risco

Depósitos

Corresponde à rubrica de balanço recursos de clientes e outros empréstimos

Recursos fora de balanço

Soma dos fundos de investimento geridos ou comercializados e de seguros e outros recursos, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS)

² De acordo com a Instrução nº. 32/2013 do Banco de Portugal

As contas referentes ao primeiro semestre de 2016 não foram objeto de revisão limitada nem do respectivo parecer por parte dos auditores do Banco.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ATIVO	Notas	30-06-2016			31-12-2015		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2016	31-12-2015
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	968.665	-	968.665	3.134.032	Passivo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	402.067	-	402.067	463.898	Recursos de bancos centrais	19	2.450.427	4.952.679	
Ativos financeiros detidos para negociação	7	1.679.638	-	1.679.638	1.750.694	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.687.799	1.721.691	
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	5.683.685	71.628	5.612.057	6.467.813	Recursos de outras instituições de crédito	20	3.124.569	3.545.229	
Aplicações em instituições de crédito	9	1.830.797	-	1.830.797	1.535.436	Recursos de clientes e outros empréstimos	21	28.446.921	27.126.313	
Crédito a clientes	10	34.011.457	2.160.581	31.850.876	31.780.965	Responsabilidades representadas por títulos	22	4.625.993	5.043.445	
Investimentos detidos até à maturidade	11	301.730	-	301.730	-	Derivados de cobertura	12	183.854	170.133	
Derivados de cobertura	12	126.281	-	126.281	130.292	Provisões	23	250.385	323.090	
Ativos não correntes detidos para venda	13	297.910	120.983	176.927	190.595	Passivos por impostos correntes	17	34.536	37.747	
Propriedades de investimento	14	380.961	-	380.961	387.193	Passivos por impostos diferidos	17	88.070	122.920	
Outros activos tangíveis	15	744.579	436.791	307.788	300.194	Instrumentos representativos de capital	24	69.314	69.309	
Ativos intangíveis	15	413.746	379.922	33.824	31.054	Passivos subordinados	25	4.299	4.302	
Investimentos em associadas	16	40.163	1.500	38.663	42.957	Outros passivos	26	496.351	399.302	
Ativos por impostos correntes	17	13.367	-	13.367	16.458	Total do Passivo		<u>41.462.518</u>	<u>43.516.160</u>	
Ativos por impostos diferidos	17	385.796	-	385.796	418.317	Capital Próprio				
Outros ativos	18	670.335	98.191	572.144	279.070	Capital	27	1.256.723	956.723	
						Prémios de emissão	27	193.390	193.390	
						Outros instrumentos de capital	27	135.000	135.000	
						Reservas de reavaliação	27	(469.097)	(322.046)	
						Outras reservas e resultados transitados	27	1.953.134	1.603.610	
						(Acções próprias)		(43.561)	(43.561)	
						Resultado consolidado do período/exercício atribuível aos accionistas do BST	28	<u>192.804</u>	<u>568.377</u>	
						Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		<u>3.218.393</u>	<u>3.091.493</u>	
						Interesses que não controlam	29	<u>670</u>	<u>321.315</u>	
						Total do Capital Próprio		<u>3.219.063</u>	<u>3.412.808</u>	
Total do Ativo		<u>47.951.177</u>	<u>3.269.596</u>	<u>44.681.581</u>	<u>46.928.968</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>44.681.581</u>	<u>46.928.968</u>	

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de junho de 2016.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Juros e rendimentos similares	31	574.573	540.798
Juros e encargos similares	32	(204.591)	(258.237)
Margem financeira		369.982	282.561
Rendimentos de instrumentos de capital	33	330	1.134
Rendimentos de serviços e comissões	34	190.328	164.807
Encargos com serviços e comissões	35	(33.008)	(29.503)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	36	(33.519)	(6.913)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	37	90.519	20.587
Resultados de reavaliação cambial	38	4.402	4.619
Resultados de alienação de outros ativos	39	26.389	7.161
Outros resultados de exploração	40	(5.429)	1.617
Produto bancário		609.994	446.070
Custos com o pessoal	41	(166.082)	(136.074)
Gastos gerais administrativos	42	(100.627)	(75.864)
Amortizações do período	15	(17.673)	(22.952)
Provisões líquidas de anulações	23	(949)	(12.780)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	(41.266)	(42.931)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(2.189)	(459)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	23	(8.948)	(9.767)
Resultados de associadas	43	2.010	8.951
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		274.270	154.194
Impostos			
Correntes	17	(37.626)	(26.533)
Diferidos	17	(43.840)	(25.009)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		192.804	102.652
Interesses que não controlam	29	-	-
Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST	28	192.804	102.652
Acções em circulação	28	1.098.432.941	641.858.667
Resultado por acção básico e diluído (em Euros)	28	0,18	0,16

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30 de junho de 2016		30 de junho de 2015	
	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam
Resultado consolidado do período	192.804	-	102.652	-
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Desvios atuariais e financeiros relativos a pensões				
. Valor bruto	(23.478)	-	8.912	-
. Impacto fiscal	-	-	-	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	(598)	(6.405)	2.894	19.598
. Transferências para resultados do período de variações cambiais em filiais no estrangeiro	(1.717)	-	-	-
. Variações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda				
. Justo valor	(67.482)	-	(88.338)	-
. Impacto fiscal	17.128	-	25.550	-
. Transferências para resultados do período de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda				
. Justo valor	(90.041)	-	(20.603)	-
. Impacto fiscal	26.112	-	5.975	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	(10.097)	-	(11.032)	-
. Impacto fiscal	2.928	-	3.199	-
Rendimento integral consolidado do período	<u>45.559</u>	<u>(6.405)</u>	<u>29.209</u>	<u>19.598</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado líquido do exercício/período	Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
				De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	656.723	193.390	135.000	23.245	(393.897)	(486)	92.400	246.107	914.649	373.840	(43.444)	165.174	595.677	2.958.378
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	260	13.447	30.969	54.784	-	(99.460)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.714)	-	(65.714)
Distribuição de dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.168)	-	-	-	-	(30.168)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	191	-	-	-	-	191
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	-	-	-	-	(8)
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2015	-	-	-	-	(111.061)	2.894	34.724	-	-	-	-	102.652	19.598	48.807
Saldos em 30 de junho de 2015	656.723	193.390	135.000	23.245	(504.958)	2.408	127.384	259.554	915.633	428.624	(43.445)	102.652	615.275	2.911.485
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000
Distribuição de dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.511)	(8.511)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(201)	-	-	-	-	(201)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116)	-	-	(116)
Reembolso de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	-	(300.000)
Rendimento integral consolidado do segundo semestre de 2015	-	-	-	-	42.535	158	(12.818)	-	-	-	-	465.725	14.551	510.151
Saldos em 31 de dezembro de 2015	956.723	193.390	135.000	23.245	(462.423)	2.566	114.566	259.554	915.432	428.624	(43.561)	568.377	321.315	3.412.808
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	194	51.544	41.066	297.286	-	(390.090)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(178.287)	-	(178.287)
Distribuição de dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.416)	-	-	-	10.026	(30.390)
Reembolso de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(324.266)	(324.266)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-	-	-	44
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2016	-	-	-	-	(191.098)	(2.315)	46.168	-	-	-	-	192.804	(6.405)	39.154
Saldos em 30 de junho de 2016	1.256.723	193.390	135.000	23.245	(653.521)	251	160.928	311.098	916.126	725.910	(43.561)	192.804	670	3.219.063

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	713.009	648.517
Pagamento de juros e comissões	(250.586)	(274.973)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(292.440)	(231.464)
Contribuições para o fundo de pensões	-	-
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	7.721	10.576
Recuperação de créditos incobráveis	1.317	1.461
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>179.021</u>	<u>154.117</u>
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(318.167)	86.034
Ativos financeiros detidos para negociação	71.097	137.634
Crédito a clientes	(54.164)	6.300
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3.220)	87.144
Ativos não correntes detidos para venda	(4.594)	(18.379)
Propriedades de investimento	9.037	35.982
Outros ativos	(108.830)	1.530
	<u>(408.841)</u>	<u>336.245</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(2.919.086)	(1.631.298)
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.356.100	143.144
Passivos financeiros detidos para negociação	(33.892)	(101.731)
Outros passivos	69.396	94.131
	<u>(1.527.482)</u>	<u>(1.495.754)</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(1.757.302)	(1.005.392)
Impostos pagos	(37.978)	(35.958)
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>(1.795.280)</u>	<u>(1.041.350)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	330	1.134
Aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.477.722)	(432.185)
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	2.615.091	1.522.528
Rendimentos adquiridos nos ativos financeiros disponíveis para venda	144.077	181.656
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(28.703)	(20.335)
Vendas de ativos tangíveis	1.149	389
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>254.222</u>	<u>1.253.187</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(406.439)	(238.859)
Reembolso de ações preferenciais	(320.642)	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(80.737)	(63.021)
Dividendos pagos	(178.286)	(65.715)
Aumento de capital	300.000	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(36)	(41)
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>(686.140)</u>	<u>(367.636)</u>
Aumento/(Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	<u>(2.227.198)</u>	<u>(155.799)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.597.930	1.071.692
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.370.732	915.893

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, “BST” ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de ações efetuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os primeiros semestres de 2016 e 2015 encontram-se detalhados na Nota 47.

No dia 16 de dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua atividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a atual.

Em 3 de maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de janeiro de 2010.

Em 1 de abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Banco adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade (Nota 1.4).

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 691 balcões (693 balcões em 31 de dezembro de 2015, dos quais 154 transferidos do ex-Banif) e mantém uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

No primeiro semestre de 2016, o Banco adotou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2016:

- Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24.
- Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.
- IAS 19 (alteração), ‘Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados’. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não associadas ao número de anos de serviço.
- IAS 1 (alteração), ‘Revisão às divulgações’. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.
- IAS 16 e IAS 38 (alteração), ‘Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos’. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.
- IAS 27 (alteração), ‘Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas’. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- IFRS 11 (alteração), ‘Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta’. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais.

A adoção das normas e interpretações acima referidas não produziu um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, mas ainda não adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- a) Aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016:
- Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, ‘Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma “Entidade de Investimento” se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma “Entidade de investimento”.

- b) Aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017:
- IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.
 - IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.
 - IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
 - IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
 - IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".
 - Alterações à IFRS 15), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.
 - IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo Banco no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2016. Exceto quanto aos efeitos da aplicação da IFRS 9 e da IFRS 16, os quais à data não é possível ainda estimar, não se preveem impactos materiais resultantes da adoção das normas acima referidas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos seus resultados. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” e da IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Banco assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 29).

O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gastos nos períodos em que os custos são incorridos, com exceção dos custos da emissão de valores mobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IAS 39. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição, são mensurados pelo justo valor determinado à data de aquisição.

Na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor ou na proporção da percentagem detida sobre o ativo líquido da entidade adquirida, quando representam direitos efetivos na entidade. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

Por outro lado, o Banco gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Banco, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica “Instrumentos representativos de capital” (Nota 24). Os interesses que não controlam de resultados relativos ao fundo de investimento consolidado são reconhecidos como uma dedução à rubrica “Outros resultados de exploração” (Fundo Novimovest) atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esses fundo (Nota 40).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Banco realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Banco realiza testes de imparidade ao goodwill, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de “cash-flows” futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” (IFRS 3). Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Banco reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Banco aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Banco reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo (Nota 4).

Por outro lado, o Banco decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro, por contrapartida de resultados transitados. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos fixos tangíveis, permanecem refletidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para euros são registadas nos capitais próprios do Banco na rubrica de “Reservas de reavaliação - De flutuação cambial”.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de ativos financeiros inclui o crédito concedido a clientes, outras contas a receber e as aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial e obrigações) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registadas inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos diretamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do seu período de vigência, segundo o método da taxa de juro efetiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. A partir de 1 de janeiro de 2004, o Banco passou a diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação daqueles créditos sejam reduzidas, os mesmos são considerados incobráveis e são reconhecidas perdas de imparidade para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Imparidade

Periodicamente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e as outras contas a receber com o objetivo de identificar indícios de imparidade. Considera-se que um ativo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse ativo ou grupo de ativos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Banco efetua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a 10.000 m.euros;
- Responsabilidades superiores a 500 m.euros e que estejam classificados em “morosidade de gestão” no seu sistema de acompanhamento; e
- Responsabilidades superiores a 1.000 m.euros se classificados em VE1, Substandard e em VE2 e VE3, no seu sistema de vigilância especial.

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente, o Banco inclui ainda na sua análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora estes não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais sejam apuradas perdas por imparidade inferiores a 0,5% são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise de imparidade coletiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a 300 m.euros.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Banco efetua uma análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um ativo ou grupo de ativos definida pelo Banco está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do setor no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respetivos créditos e o valor atualizado dos *cash-flows* estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percecionada pelo Banco (*"Incurred but not reported"*). Para todos os segmentos da carteira, o Banco considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Banco incorreu numa perda por imparidade em crédito ou em outras contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses ativos e o valor atual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do ativo ou ativos financeiros. O valor de balanço do ativo ou dos ativos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, estabelecida no respetivo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Banco para a sua carteira de crédito concedido a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos coletivos. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é atualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflita os efeitos das condições atuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração dos resultados.

Relativamente aos créditos adquiridos ao Banif no âmbito da medida de resolução, tal como previsto na IFRS 3, foi determinado o respetivo justo valor na data de aquisição (20 de dezembro de 2015, data da resolução).

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados de alienação de outros ativos” (Nota 39). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Desreconhecimento

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre quando (i) os direitos contratuais do Banco expiram ou quando (ii) o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

Factoring

Os ativos associados a operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respetivos.

Os ativos associados a operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring”. As entregas de fundos efetuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring” (Nota 26).

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração, e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Crédito a clientes” e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respetivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, na rubrica de “Outros ativos tangíveis” por contrapartida de um passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. O saldo de locação financeira corresponde ao valor a receber do locatário, adicionado de qualquer valor residual estimado, não garantido pelo Banco. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Para além da categoria “Crédito a clientes e outras contas a receber” e de “Instrumentos detidos até à maturidade”, os ativos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável e fixo transacionados em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação e os ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica “Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu “bid-price” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de reavaliação – De justo valor” até à sua venda ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Reclassificação de ativos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração”, o Banco pode reclassificar um ativo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados”.

iv) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos ativos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o seu custo de aquisição e o seu valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

vi) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência objetiva de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para instrumentos de capital cotados, considera-se que existe evidência objetiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para os restantes títulos, é considerada evidência objetiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos ativos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efetua. Relativamente aos critérios objetivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objetiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e transferida para a demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles ativos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são registados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquido de custos de transação, e são posteriormente registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Passivos subordinados”.

Os derivados embutidos nas obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Ativos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Transações em mercado secundário

O Banco efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

f) Valorização e registo de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transacionados pelo Banco são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento, isto é, são diferentes dos riscos e características deste contrato, e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para a aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de ativos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são refletidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspetos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Banco realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados do exercício, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Banco.

g) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção destes ativos são considerados como parte do custo inicial do seu respetivo custo, quando se traduzem em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Conforme previsto na IFRS 1, os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efetuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das depreciações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

h) Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

No primeiro semestre de 2016 e no exercício de 2015, o Banco não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

j) Ativos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 18). Estes ativos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes ativos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objeto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Banco a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Banco irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação (a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota), exceto no que diz respeito a passivos contingentes associados à aquisição de negócios, os quais são reconhecidos de acordo com o previsto na IFRS 3.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade (Nota 23), bem como outras situações associadas à aquisição de parte significativa da atividade do ex-Banif, tal como descrito em maior detalhe na Nota 1.4.

l) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011.

Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das atualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respetivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos ativos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (desconto)	4%

Os ativos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respetivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos ativos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor atual provisório das responsabilidades; e
- ii) Até 30 de junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor atual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos atuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o Banco efetuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no ativo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações (Nota 45).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos atuariais atualizados adotados pelo Banco foi registada como custo.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 45).

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para o setor bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida para o qual os seus colaboradores podiam efetuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de julho de 1997. No primeiro semestre de 2014, o Fundo do ex-BSN foi liquidado após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de julho de 1997.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao ex-Banif, o BST assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do ex-Banif (Nota 45).

Aplicação da IAS 19

Em 1 de janeiro de 2005, o Banco optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adotado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas atuariais existentes em 1 de janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adoção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco alterou a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Banco passou a registar na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 18 e 26). O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST (excluindo as associadas à sua sucursal de Londres e ao ex-Banif) com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 99,94% e 102,99%, respetivamente (Nota 45).

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a taxa de cobertura das responsabilidades transferidas do ex-Banif correspondia a 92,2% (Nota 45).

m) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no ativo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efetivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva (no ano da atribuição), respetivamente.

O Banco determina o valor atual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos atuariais baseados no método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica “Outros passivos - Encargos a pagar - Relativos ao pessoal – Prémio de antiguidade” (Nota 26).

n) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redação dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a pagar por todos os sujeitos passivos que apurassem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000 m.euros. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados passaram a estar sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre 1.500 m.euros e 10.000 m.euros passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a 10.000 m.euros passaram a estar sujeitas a uma taxa de 5%.

A Lei nº 66–B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) veio proceder a uma redução do limite a partir do qual passou a ser aplicável a taxa de derrama estadual de 5% de 10.000 m.euros para 7.500 m.euros, aplicável ao período de tributação que se iniciasse em ou após 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março) e pela Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2015 e 2016, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1.500 m.euros 0%
 - Entre 1.500 m.euros e 7.500 m.euros 3%
 - Entre 7.500 m.euros e 35.000 m.euros 5%
 - maior do que 35.000 m.euros 7%

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos no primeiro semestre de 2016 e no exercício de 2015 fosse de 29%.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Por outro lado, o prazo de reporte de prejuízos fiscais é de seis anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2008 e 2009, de quatro anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2010 e 2011 e de cinco anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente (30%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Os aspetos fiscais relacionados com a aquisição de parte significativa da atividade do Banif são apresentados na Nota 1.4.

Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei nº 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 165 - A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

O Grupo não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Relativamente aos impostos diferidos ativos não reconhecidos associados à aquisição de parte significativa da atividade do Banif é apresentada informação complementar na Nota 1.4.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

o) Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 48.

p) Ações próprias

As ações próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

q) Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como instrumento de capital próprio quando:

- Não existe uma obrigação contratual por parte do Banco em reembolsar (em numerário ou em outro ativo financeiro) as ações preferenciais adquiridas pelo detentor;
- A remissão ou reembolso antecipado das ações preferenciais apenas pode ocorrer por opção do Banco; e
- As distribuições de dividendos efetuadas pelo Banco aos detentores das ações preferenciais são discricionárias.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco classificou como instrumentos de capital próprio as emissões de ações preferenciais do BST International Bank, Inc. – Porto Rico.

As ações preferenciais classificadas como instrumentos de capital próprio e detidas por terceiros são apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 29).

r) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

1.4. Combinação de negócios

1. Enquadramento - Medida de resolução relativa ao Banif

Em 20 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banif, no âmbito da qual deliberou:

- Constituição de um veículo de gestão de ativos, denominado como Oitante, S.A. (inicialmente com a denominação Naviget, S.A.);
- Transferência para a Oitante, S.A. (“Oitante”) de um conjunto de direitos e obrigações correspondentes a ativos do Banif;
- Pagamento pela Oitante de uma contrapartida ao Banif pela transferência dos ativos, através de entrega de obrigações representativas de dívida emitidas pela Oitante, no montante de 746.000 m.euros, apurado no âmbito da avaliação provisória dos ativos transferidos;
- Alienação ao BST de direitos e obrigações que constituem ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif;
- Determinação ao Fundo de Resolução da disponibilização do apoio financeiro necessário para a aplicação das medidas de resolução com vista à subscrição e realização do capital social da Oitante, à prestação de uma garantia às obrigações emitidas pela Oitante e à absorção de prejuízos do Banif.

No seu comunicado de 20 de dezembro, o Banco de Portugal referiu que “a operação envolve um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visam cobrir contingências futuras, dos quais 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar”. Em comunicado da Comissão Europeia de 21 de dezembro de 2015, foi aprovada a ajuda estatal ao Banif de 2.255 milhões de euros acima referida para cobrir o *gap* de financiamento na medida de resolução do Banif, em linha com as regras europeias de ajuda estatal. O apoio estatal ao Banif mencionado encontra-se deduzido do montante devido pelo Banco pela aquisição do conjunto de ativos, passivos e atividade do ex-Banif. A Comissão Europeia também indicou que o Banco, enquanto comprador de um conjunto de ativos e passivos do Banif, não recebeu qualquer ajuda pública.

Na medida de resolução estava ainda definido que o Estado português iria prestar uma contragarantia à garantia prestada pelo Fundo de Resolução às obrigações representativas de dívida da Oitante. A referida contragarantia foi aprovada pelo Despacho do Ministério das Finanças nº 867/2016.

Adicionalmente, a medida de resolução prevê que o Banco de Portugal pode, desde que com o consentimento do BST, devolver ao Banif ou proceder a transferências adicionais de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão entre o Banif e o Banco.

2. Aquisição de negócios

A aquisição de parte da atividade bancária do Banif pelo BST ocorreu no âmbito da medida de resolução acima descrita.

Esta aquisição foi formalizada através da apresentação pelo BST da *Definitive offer* na sequência da *process letter* emitida pelo Banco de Portugal em 19 de dezembro de 2015, num contexto de possível aplicação de uma medida de resolução ao Banif, que se veio a concretizar.

A transferência dos ativos e passivos para o BST, incluindo as obrigações emitidas pela Oitante, ocorre imediata e automaticamente pela decisão do Conselho de Administração do Banco de Portugal referente à venda de atividade do ex-Banif no âmbito da aplicação da medida de resolução. Deste modo, não foi celebrado um acordo de compra e venda relativamente à aquisição de parte da atividade do ex-Banif.

Face ao acima exposto, a data de aquisição considerada pelo BST foi 20 de dezembro de 2015, data da medida de resolução.

O montante acordado com o Banco de Portugal pela transferência para o BST de parte da atividade, ativos e passivos do ex-Banif ascendeu a 150.000 m.euros. Este montante está deduzido ao apoio estatal concedido ao Banif, que ascendeu a 2.255.000 m.euros, pelo que não foi objeto de liquidação financeira em separado.

O montante de 150.000 m.euros não inclui quaisquer custos relacionados com a aquisição.

3. Detalhe dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif adquiridos pelo BST no âmbito da medida de resolução

O Banco de Portugal procedeu à separação das contas não auditadas do Banif com referência a 20 de dezembro de 2015 pelas três entidades, Oitante, Banif e BST, considerando as disposições da medida de resolução, a *Definitive Offer* e esclarecimentos posteriores.

No dia 18 de março de 2016, o Banco de Portugal comunicou um Balanço provisório não auditado relativo aos ativos e passivos transferidos para o BST a 20 de dezembro de 2015 com um total de ativos de 12.957 milhões de euros e um total de passivos de 11.217 milhões de euros. No dia 19 de abril de 2016 o Banco de Portugal comunicou o seu entendimento relativo a um conjunto de questões e pedidos de esclarecimento efetuados pelo BST, Oitante e Banif. Deste modo o BST efetuou as seguintes alterações: i) Aumento de ativos no montante de 12 milhões de euros; e ii) Aumento de passivos no montante de 20 milhões de euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Neste contexto, o balanço provisório não auditado de 20 de dezembro de 2015 (adiante balanço) considerado foi o seguinte (valores expressos em milhões de euros):

	<u>Montante</u>
Ativos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.377
Disponibilidades em outras instituições de crédito	99
Ativos financeiros detidos para negociação	36
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.887
Aplicações em instituições de crédito	11
Crédito a clientes	6.066
Ativos com acordo de recompra	1.081
Outros ativos tangíveis	8
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18
Ativos por impostos diferidos	273
Outros ativos	97
	<u>12.969</u>
Passivos	
Recursos de bancos centrais	2.110
Passivos financeiros detidos para negociação	21
Recursos de outras instituições de crédito	996
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.642
Responsabilidades representadas por títulos	223
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	3.031
Passivos por impostos correntes	1
Provisões	20
Outros passivos	193
	<u>11.236</u>
Diferença entre ativos e passivos provisórios não auditados	<u>1.733</u>

O balanço acima apresentado não inclui os efeitos da consolidação de veículos e fundos de titularização e da consolidação da participada Banif International Bank Ltd. (Bahamas).

Nos termos da *Definitive Offer*, o BST reconheceu uma redução do valor contabilístico líquido do ativos e passivos transferidos do ex-Banif no montante de 1.133 milhões de euros, dos quais 75 milhões de euros relativos a custos de reestruturação, resultando numa diferença entre ativos e passivos de 600 milhões de euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Adicionalmente foram transferidos para o BST no âmbito da medida de resolução elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão, com o seguinte detalhe:

Ativos dados em garantia	2.175.257
Garantias e avales	279.256
Créditos documentários abertos	21.148
Compromissos	
Por linhas de crédito	
Revogáveis	314.711
Irrevogáveis	79.021
Fundo de Garantia de Depósitos	10.253
Sistema de Indemnização aos Investidores	1.146
Facilidades de descobertos em conta	87.946
Outros compromissos revogáveis	104.855
	<u>3.073.593</u>
Depósito e guarda de valores	2.241.777
Valores recebidos para cobrança	112.398
	<u>2.354.175</u>

A rubrica “Ativos dados em garantia” diz respeito essencialmente a ativos dados em garantia em operações de financiamento.

A rubrica “Depósitos e guarda de valores” corresponde aos títulos de clientes depositados junto do ex-Banif.

No âmbito da medida de resolução, foi transferida para o BST a posição contratual de 1.130 colaboradores do Banif, maioritariamente da área comercial. O BST comunicou à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões no dia 27 de janeiro de 2016, a sua intenção de assumir as responsabilidades por serviços passados dos colaboradores acima referidos e de um conjunto adicional de 511 colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-colaboradores.

Ainda de acordo com a medida de resolução, foram transferidas para o BST as responsabilidades que respeitem a áreas de negócio, ativos, direitos ou responsabilidades transferidas para o BST e as que sejam constituídas pelo Banif no âmbito da sua atividade bancária (incluindo as obrigações do Banif ao abrigo de depósitos, cartas de conforto, garantias bancárias, *performance bonds* e outras contingências similares).

Foram excluídas, entre outras, da transferência para o BST:

- Todas as responsabilidades não conhecidas e as responsabilidades contingentes e litigiosas e as responsabilidades no âmbito de alienação de entidades ou de atividades;
- Quaisquer responsabilidades, contingências ou indemnizações nomeadamente as decorrentes de fraude ou da violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contraordenacionais.

4. Resultado apurado na compra

O resultado apurado na compra de parte significativa do negócio do Banif em 20 de dezembro de 2015 foi positivo no montante de 327.159 m.euros, tendo sido determinado com base na estimativa do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais.

O Banco aplicou a IAS 19 – Benefícios a empregados aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos.

O Banco reconheceu este resultado na rubrica da demonstração dos resultados “Resultado na compra da atividade do Banif”. O resultado da compra enquadra-se nas circunstâncias relacionadas com a medida de resolução aplicada ao Banif pelo Banco de Portugal já apresentadas acima.

A metodologia utilizada pelo Banco na determinação do justo valor dos principais ativos e passivos adquiridos pelo BST pode ser resumida da seguinte forma:

- Relativamente às rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, atendendo à sua natureza, o justo valor estimado corresponde ao valor contabilístico dos ativos transferidos do ex-Banif.
- Quanto às rubricas “Aplicações em instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” foram considerados os fluxos de caixa estimados descontados com base nas taxas de juro das operações interbancárias.
- O valor bruto deduzido da imparidade estimada foi considerado como aproximação ao justo valor do crédito a clientes, dado que na determinação da imparidade foi considerado o valor atual dos fluxos de caixa estimados.
- Relativamente à rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos”, para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os restantes depósitos de clientes, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados pelos clientes do BST.
- Na rubrica “Responsabilidades representadas por títulos”, foram considerados os preços de mercado disponibilizados por bancos de investimento.
- Relativamente aos títulos de dívida pública portuguesa registados na rubrica “Ativos Financeiros disponíveis para venda” foram considerados os preços disponíveis em mercados ativos.

De acordo com a IFRS 3, o adquirente reconhece na data de aquisição os passivos contingentes assumidos numa concentração de atividade empresarial se os mesmos correspondem a uma obrigação presente que resulta de eventos passados e cujo justo valor pode ser determinado de forma fiável.

Na determinação do justo valor dos ativos e passivos do Banif foram utilizadas diversas simplificações atendendo à informação disponível.

Nos termos da IFRS 3, o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e conseqüentemente o resultado determinado na compra, decorrente de informação obtida posteriormente sobre situações existentes a essa data.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Apresentamos de seguida a reconciliação entre o balanço provisório não auditado de 20 de dezembro de 2015 apresentado pelo Banco de Portugal (contas individuais), considerando os esclarecimentos obtidos em 19 de abril de 2016, e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos pelo BST, incluindo o resultado na compra (valores em milhões de euros):

	Notas	Perímetro 20-12-2015	Reclassi- ficações	Efeito consolidação (1)	Ajustamentos de compra (2)	Valor estimado pelo BST
Ativos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	a)	2.377	-	-	-	2.377
Disponibilidades em outras instituições de crédito		99	-	-	-	99
Ativos financeiros detidos para negociação		36	-	1	(1)	36
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		16	(16)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	b)	2.887	351	(2.129)	(20)	1.089
Aplicações em instituições de crédito		11	-	261	1	273
Crédito a clientes	c)	6.066	746	(4)	(828)	5.981
Ativos com acordo de recompra		1.081	(1.081)	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-	1	-	1
Outros ativos tangíveis		8	-	1	(8)	1
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		18	-	2	(18)	2
Ativos por impostos diferidos	d)	273	-	-	(273)	-
Outros ativos		97	-	(39)	(41)	17
		12.969	-	(1.906)	(1.188)	9.876
Passivos						
Recursos de bancos centrais	e)	2.110	-	-	-	2.110
Passivos financeiros detidos para negociação		21	-	2	-	23
Recursos de outras instituições de crédito	f)	996	-	(77)	1	920
Recursos de clientes e outros empréstimos	g)	4.642	-	(214)	-	4.428
Responsabilidades representadas por títulos	h)	223	-	1.437	-	1.660
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		3.031	-	(3.031)	-	-
Passivos por impostos correntes		1	-	-	-	1
Provisões	i)	20	-	(52)	215	183
Outros passivos		193	-	30	1	224
		11.236	-	(1.906)	217	9.549
Resultado apurado						327

(1) Corresponde ao efeito da consolidação de veículos de securitização e do Banif International Bank Ltd com referência a 31 de dezembro de 2015.

(2) Para além do valor de 1.133 milhões de euros nos termos previstos na *Definitive Offer*, inclui a anulação de impostos diferidos no montante de 273 milhões de euros.

Notas:

- a) A rubrica “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” na data de aquisição inclui a ajuda estatal concedida ao Banif de 2.255 milhões de euros, incluindo 489 milhões de euros entregues pelo Fundo de Resolução.

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 159-E/2015, de 30 de dezembro, que efetuou um aditamento à Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, no âmbito do processo de aplicação de medida de resolução ao Banif, o Estado subscreveu e realizou um aumento de capital no Banif, no montante de 1.766 milhões de euros. Apesar da aprovação do Orçamento de Estado retificativo que permitiu o financiamento da medida de resolução ter ocorrido no dia 30 de dezembro de 2015, o balanço acima já reflete a ajuda estatal concedida ao Banif a receber em consonância com a medida de resolução.

- b) Os ativos transferidos incluem Obrigações do tesouro cujo justo valor em 20 de dezembro de 2015 ascende a 1.069.450 m.euros. Nas contas individuais, esta rubrica também incluía obrigações associadas a operações de titularização, que no âmbito do processo de consolidação foram deduzidas à rubrica de “Responsabilidades representadas por títulos”. Parte destas obrigações, encontravam-se registadas no balanço provisório não auditado apresentado pelo Banco de Portugal em 18 de março de 2016 na rubrica “Ativos com acordo de recompra”.
- c) O crédito concedido a clientes adquirido pelo BST e reconhecido ao justo valor por 5.980.079 m.euros apresentava na data de aquisição um valor bruto de 7.283.439 m.euros, e nessa data a melhor estimativa para a respetiva imparidade ascendia a 1.303.360 m.euros.

O valor bruto do crédito titularizado incluído nesta rubrica ascende a 3.343.104 m.euros.

A rubrica de “Crédito a clientes” inclui ainda o montante de 746.000 m.euros relativo aos títulos de dívida emitidos pela Oitante no âmbito da medida de resolução. Estas obrigações estavam classificadas no balanço provisório não auditado apresentado pelo Banco de Portugal em 18 de março de 2016 na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

Os títulos de dívida da Oitante são reembolsáveis em 10 anos a contar da data de emissão (22 de dezembro de 2015), têm remuneração variável indexada à Euribor a 3 meses com um *spread* equivalente aos “Portuguese 5 years CDS” (fixado em 18 de dezembro de 2015 em 1,679%) mais 1%. Em 31 de dezembro de 2015, a taxa de juro dos títulos de dívida corresponde a 2,548%. Os títulos são garantidos pelo Fundo de Resolução e contragarantidos pela República Portuguesa. Em 18 de março de 2016, a periodicidade de pagamento de juros foi alterada para semestral. Atendendo às características destas obrigações, o Banco considerou que o seu justo valor corresponde ao respetivo valor nominal.

- d) Os impostos diferidos ativos que constam do perímetro definido pelo Banco de Portugal, no montante de 273.000 m.euros, incluem 250.000 m.euros relativos a prejuízos fiscais gerados na esfera do Banif, dos quais:

- . 138 milhões de euros até 2014; e
- . 112 milhões de euros gerados entre 1 de janeiro e 20 de dezembro de 2015.

O Banco apresentou requerimento junto do Ministro das Finanças para que os impostos diferidos ativos transferidos no âmbito da aquisição do ex-Banif relativos a prejuízos fiscais reportáveis sejam utilizados para compensar lucros tributáveis futuros do BST, nos termos do número 4 do artigo 145º- AU do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O requerimento apresentado pelo Banco incluía os valores constantes na medida de resolução (179.000 m.euros), os quais foram posteriormente atualizados pelo Banco de Portugal para 273.000 m.euros, dos quais 250.000 m.euros para prejuízos fiscais, tendo sido retirados do perímetro passivos líquidos de ativos correspondentes a esta diferença.

De acordo com a *Definitive Offer*, caso não seja obtido o despacho favorável do Ministro das Finanças ao requerimento apresentado pelo BST, o Banco tem direito a receber um montante equivalente em obrigações do tesouro ou numerário.

Não obstante o acima, atendendo a que até à presente data não foi obtido o despacho favorável do Ministro das Finanças, nem se conhecem os respetivos termos, o Banco não reconheceu os impostos diferidos ativos transferidos do ex-Banif.

Tal como previsto na *Definitive Offer*, o Banco solicitou ao Ministro das Finanças e tem ainda pendente de reconhecimento:

- A aplicação do regime fiscal de neutralidade previsto para as operações de entradas de ativos estabelecido no artigo 74º do Código do IRC, sendo abrangido pela neutralidade, designadamente o resultado registado pelo BST em resultado da aquisição dos elementos patrimoniais incluídos no balanço apresentado pelo Banco de Portugal, as depreciações e amortizações dos elementos patrimoniais, as perdas por imparidade e as provisões que foram transferidos do ex-Banif.
- A isenção de imposto municipal sobre as transmissões de imóveis, isenção de imposto do selo e de emolumentos e outros encargos legais que se mostrem devidos pela prática das operações ou atos necessários à execução da medida de resolução de transferência parcial de atividade do Banif para o BST, incluindo os relativos à transmissão dos créditos hipotecários.

- e) A rubrica de “Recursos de bancos centrais” inclui 1.290.000 m.euros, dos quais 1.060.000 m.euros correspondentes à linha de assistência de liquidez de emergência do Banco de Portugal. No dia subsequente à data da resolução do Banif, o Banco reembolsou financiamentos obtidos junto do Banco Central Europeu no montante de 1.150.000 m.euros tal como previsto na medida de resolução. Adicionalmente, a rubrica inclui operações de refinanciamento de prazo alargado concedidas pelo Banco Central Europeu no montante de 819.000 m.euros.
- f) A rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” inclui financiamentos obtidos junto de instituições financeiras no estrangeiro relativos a operações de venda de títulos com acordo de recompra no montante de 649.466 m.euros.
- g) A rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” inclui essencialmente depósitos à ordem no montante de 1.704.860 m.euros, depósitos a prazo no montante de 2.111.317 m.euros e poupanças no montante de 931.080 m.euros, antes do efeito de consolidação dos veículos de securitização (que incluíam depósitos junto do ex-Banif no montante de 335.561 m.euros).
- h) A rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” inclui obrigações séniores em circulação com valor nominal de 166.200 m.euros e certificados de depósito no montante de 52.405 m.euros.

Esta rubrica inclui ainda 1.436.399 m.euros de obrigações em circulação emitidas pelos veículos de securitização do ex-Banif.

Por último, foram transferidas para o BST obrigações hipotecárias emitidas pelo ex-Banif no montante de 285.000 m.euros que eram totalmente detidas por este.

- i) As provisões reconhecidas pelo Banco incluem: (i) provisões para reestruturação, no montante de 75.000 m.euros, nos termos da Definitive Offer; (ii) contingências legais, fiscais e outras no montante de 70.000 m.euros, incluindo 40.000 m.euros relativos ao Banif International Bank Ltd (Bahamas); (iii) aumento das responsabilidades do fundo de pensões e desvalorização dos ativos do fundo de pensões no montante líquido de 15.823 m.euros. Na nota 45 estão descritas as responsabilidades com pensões relativas a estes colaboradores; e (iv) outras provisões no montante de 22.000 m.euros.

5. *Cash flow* líquido na aquisição de negócio do Banif

A caixa e seus equivalentes adquiridos (líquidos) no âmbito da aquisição de parte significativa do negócio do Banif ascendeu a 1.326 milhões de euros. Este montante inclui os movimentos realizados no quadro da medida de resolução até ao dia 31 de dezembro de 2015, nomeadamente as transferências recebidas no dia 31 de dezembro de 2015 após a aprovação do Orçamento de Estado retificativo que permitiu o financiamento da medida de resolução, líquido dos recursos reembolsados pelo Banco no dia 21 de dezembro de 2015.

6. Resultados da atividade adquirida do ex-Banif

O montante incluído em resultados no período compreendido entre 20 de dezembro e 31 de dezembro de 2015 relativo à atividade do ex-Banif ascendeu a 534 m.euros, correspondendo maioritariamente a margem financeira de 2.114 m.euros, rendimentos líquidos de serviços e comissões no montante de 1.829 m.euros, perdas em resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor por resultados de 1.138 m.euros e custos com pessoal e gastos gerais e administrativos no montante de 2.187 m.euros.

Adicionalmente, o Banco reconheceu custos de integração da atividade do ex-Banif nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2015 no montante de 53.000 m.euros (antes de impostos).

1.5. Comparabilidade da informação

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Santander Totta são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 1.3. e). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Justo valor

Os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:

- i) Preços (“bid prices”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- ii) Cotações indicativas (“bid prices”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers; e
- iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias potenciais resultantes da desvalorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida da reserva de reavaliação – justo valor. No entanto, sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de reavaliação – justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do *rating* do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

Com o objetivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, foi aprovado o Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo procedido também à revogação do nº 2 do artigo 57º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com a interpretação das mesmas efetuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente dos mencionados na Nota 50, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, o teor da sentença do Tribunal Comercial de Londres e as decisões até à data dos tribunais portugueses, os quais no entanto poderão vir a não concretizar-se.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 5 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 5 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 30 de junho de 2016 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2016				
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	43.185	229.556	74.967	22.274	369.982
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	330	330
Margem financeira alargada	43.185	229.556	74.967	22.604	370.312
Comissões líquidas	25.068	131.044	12.011	(10.803)	157.320
Outros resultados da atividade bancária	(14)	3.033	(1)	(8.448)	(5.429)
Margem comercial	68.239	363.633	86.977	3.353	522.203
Resultado de operações financeiras	5.815	1.271	356	80.348	87.791
Produto bancário	74.054	364.905	87.334	83.701	609.993
Custos de transformação	(9.786)	(230.921)	(24.643)	(1.359)	(266.709)
Amortizações do período	(1.559)	(15.349)	(765)	0	(17.673)
Margem de exploração	62.709	118.634	61.926	82.342	325.612
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(12.826)	(55.281)	(11.403)	26.157	(53.352)
Resultados associadas	-	-	-	2.010	2.010
Resultado antes de impostos	49.883	63.354	50.523	110.510	274.269
Impostos	(14.965)	(19.175)	(15.157)	(32.169)	(81.466)
Resultado líquido do período	34.918	44.179	35.366	78.341	192.804

Em 30 de junho de 2016, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2016				
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total Consolidado
Ativo					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	16.825.403	-	-	16.825.403
Crédito ao consumo	-	1.533.105	-	-	1.533.105
Outros créditos	3.696.406	2.858.000	6.937.962	-	13.492.368
Total de ativos afetos	3.696.406	21.216.508	6.937.962	-	31.850.876
Ativos não afetos	-	-	-	-	12.830.705
Total do Ativo					44.681.581
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	510.613	23.719.772	3.404.277	812.259	28.446.921
Responsabilidades representadas por títulos	-	16.271	-	4.609.722	4.625.993
	510.613	23.736.043	3.404.277	5.421.981	33.072.914
Garantias e avals	201.348	157.111	1.031.347	-	1.389.806

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 30 de junho de 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2015				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	47.283	163.755	54.467	17.056	282.561
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	1.134	1.134
Margem financeira alargada	47.283	163.755	54.467	18.190	283.695
Comissões líquidas	27.682	105.707	10.287	(8.372)	135.304
Outros resultados da actividade bancária	(28)	1.651	(22)	16	1.617
Margem comercial	74.937	271.113	64.732	9.834	420.616
Resultado de operações financeiras	6.178	1.695	116	17.465	25.454
Produto bancário	81.115	272.808	64.848	27.299	446.070
Custos de transformação	(8.871)	(173.730)	(27.899)	(1.438)	(211.938)
Amortizações do período	(2.188)	(18.227)	(2.537)	-	(22.952)
Margem de exploração	70.056	80.851	34.412	25.861	211.180
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(9.223)	(21.565)	(12.812)	(22.337)	(65.937)
Resultados associadas	-	-	7.487	1.464	8.951
Resultado antes de impostos	60.833	59.286	29.087	4.988	154.194
Impostos	(18.250)	(14.804)	(6.480)	(12.008)	(51.542)
Resultado líquido do período	42.583	44.482	22.607	(7.020)	102.652

Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2015				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas ⁽¹⁾	Total Consolidado
Ativo					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	14.601.677	-	2.616.463	17.218.140
Crédito ao consumo	-	1.368.668	-	-	1.368.668
Outros créditos	3.308.123	2.155.361	5.106.083	2.624.590	13.194.157
Total de ativos afetos	3.308.123	18.125.706	5.106.083	5.241.053	31.780.965
Ativos não afetos					15.148.003
Total do Ativo					46.928.968
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	638.251	18.749.857	2.209.797	5.528.408	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	-	61.129	-	4.982.316	5.043.445
	638.251	18.810.986	2.209.797	10.510.724	32.169.758
Garantias e avales	222.328	148.830	786.163	303.627	1.460.948

(1) Inclui os ativos adquiridos e os passivos assumidos no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da atividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	30-06-2016					Total consolidado
	Portugal	Irlanda	Banif Bahamas	Outros	Total	
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	968.665	-	-	-	-	968.665
Disponibilidades em outras instituições de crédito	396.275	42	5.628	122	5.792	402.067
Ativos financeiros detidos para negociação	1.679.638	-	-	-	-	1.679.638
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.612.057	-	-	-	-	5.612.057
Aplicações em instituições de crédito	1.830.797	-	-	-	-	1.830.797
Crédito a clientes	31.839.746	-	11.130	-	11.130	31.850.876
Investimentos detidos até à maturidade	301.730	-	-	-	-	301.730
Derivados de cobertura	126.281	-	-	-	-	126.281
Ativos não correntes detidos para venda	175.458	-	1.469	-	1.469	176.927
Propriedades de investimento	380.961	-	-	-	-	380.961
Outros ativos tangíveis	306.933	-	855	-	855	307.788
Ativos intangíveis	33.824	-	-	-	-	33.824
Investimentos em associadas	38.663	-	-	-	-	38.663
Ativos por impostos correntes	13.367	-	-	-	-	13.367
Ativos por impostos diferidos	385.796	-	-	-	-	385.796
Outros ativos	572.101	-	43	-	43	572.144
Total do ativo	44.662.292	42	19.125	122	19.289	44.681.581
Passivo						
Recursos de bancos centrais	2.450.427	-	-	-	-	2.450.427
Passivos financeiros detidos para negociação	1.687.799	-	-	-	-	1.687.799
Recursos de outras instituições de crédito	3.123.626	-	943	-	943	3.124.569
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.421.465	-	25.456	-	25.456	28.446.921
Responsabilidades representadas por títulos	4.625.993	-	-	-	-	4.625.993
Derivados de cobertura	183.854	-	-	-	-	183.854
Provisões	250.385	-	-	-	-	250.385
Passivos por impostos correntes	33.990	546	-	-	546	34.536
Passivos por impostos diferidos	68.407	19.663	-	-	19.663	88.070
Instrumentos representativos de capital	69.314	-	-	-	-	69.314
Passivos subordinados	4.299	-	-	-	-	4.299
Outros passivos	495.358	7	974	12	993	496.351
Total do Passivo	41.414.917	20.216	27.373	12	47.601	41.462.518
Capital próprio						
Capital próprio atribuível aos acionistas do BST	3.245.488	7.247	(33.684)	(657)	(27.095)	3.218.393
Interesses que não controlam	670	-	-	-	-	670
Total do capital próprio	3.246.158	7.247	(33.684)	(657)	(27.095)	3.219.063
Total do passivo e do capital próprio	44.661.075	27.463	(6.311)	(645)	20.506	44.681.581

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2015						Total consolidado
	Portugal	Atividade internacional				Total	
		Irlanda	Porto Rico	Banif Bahamas	Outros		
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.134.032	-	-	-	-	-	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	462.678	24	58	683	455	1.220	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.750.694	-	-	-	-	-	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.467.813	-	-	-	-	-	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	1.535.156	-	280	-	-	280	1.535.436
Crédito a clientes	31.766.739	-	-	14.226	-	14.226	31.780.965
Derivados de cobertura	130.292	-	-	-	-	-	130.292
Ativos não correntes detidos para venda	189.126	-	-	1.469	-	1.469	190.595
Propriedades de investimento	387.193	-	-	-	-	-	387.193
Outros ativos tangíveis	299.310	-	-	866	18	884	300.194
Ativos intangíveis	31.054	-	-	-	-	-	31.054
Investimentos em associadas	42.957	-	-	-	-	-	42.957
Ativos por impostos correntes	16.458	-	-	-	-	-	16.458
Ativos por impostos diferidos	418.317	-	-	-	-	-	418.317
Outros ativos	278.777	-	6	(105)	392	293	279.070
Total do ativo	46.910.596	24	344	17.139	865	18.372	46.928.968
Passivo							
Recursos de bancos centrais	4.952.679	-	-	-	-	-	4.952.679
Passivos financeiros detidos para negociação	1.721.691	-	-	-	-	-	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	3.544.248	-	-	981	-	981	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	26.934.343	-	70.690	121.280	-	191.970	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	5.043.445	-	-	-	-	-	5.043.445
Derivados de cobertura	170.133	-	-	-	-	-	170.133
Provisões	323.090	-	-	-	-	-	323.090
Passivos por impostos correntes	36.966	781	-	-	-	781	37.747
Passivos por impostos diferidos	103.323	19.597	-	-	-	19.597	122.920
Instrumentos representativos de capital	69.309	-	-	-	-	-	69.309
Passivos subordinados	4.302	-	-	-	-	-	4.302
Outros passivos	397.983	28	872	344	75	1.319	399.302
Total do Passivo	43.301.512	20.406	71.562	122.605	75	214.648	43.516.160
Capital próprio							
Capital próprio atribuível aos acionistas do BST	3.112.238	5.700	7.644	(33.690)	(399)	(20.745)	3.091.493
Interesses que não controlam	672	-	329.659	-	(9.016)	320.643	321.315
Total do capital próprio	3.112.910	5.700	337.303	(33.690)	(9.415)	299.898	3.412.808
Total do passivo e do capital próprio	46.414.422	1.047.192	408.865	88.915	(9.340)	514.546	46.928.968

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	30-06-2016					Total Consolidado
	Atividade doméstica	Atividade internacional			Total	
	Portugal	Irlanda	Banif Bahamas	Outros		
Juros e rendimentos similares	573.833	1	739	-	740	574.573
Juros e encargos similares	(204.434)	-	(157)	-	(157)	(204.591)
Margem financeira	369.399	1	582	-	583	369.982
Rendimentos de instrumentos de capital	330	-	-	-	-	330
Rendimentos de serviços e comissões	190.129	-	199	-	199	190.328
Encargos com serviços e comissões	(32.969)	-	(33)	(6)	(39)	(33.008)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(33.519)	-	-	-	-	(33.519)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	90.519	-	-	-	-	90.519
Resultados de reavaliação cambial	4.648	-	(246)	-	(246)	4.402
Resultados de alienação de outros ativos	26.438	-	(58)	9	(49)	26.389
Outros resultados de exploração	(5.358)	-	(69)	(2)	(71)	(5.429)
Produto bancário	609.617	1	375	1	377	609.994
Custos com o pessoal	(164.734)	(97)	(225)	(1.026)	(1.348)	(166.082)
Gastos gerais administrativos	(100.018)	(166)	(134)	(309)	(609)	(100.627)
Amortizações do período	(17.656)	-	(11)	(6)	(17)	(17.673)
Provisões líquidas de anulações	(949)	-	-	-	-	(949)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(41.266)	-	-	-	-	(41.266)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	(2.189)	-	-	-	-	(2.189)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(8.948)	-	-	-	-	(8.948)
Resultados de associadas	2.010	-	-	-	-	2.010
Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam	275.867	(262)	5	(1.340)	(1.597)	274.270
Impostos correntes	(36.508)	(1.115)	-	(3)	(1.118)	(37.626)
Impostos diferidos	(43.775)	(65)	-	-	(65)	(43.840)
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	195.584	(1.442)	5	(1.343)	(2.780)	192.804
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do BST	195.584	(1.442)	5	(1.343)	(2.780)	192.804

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	30-06-2015						Total Consolidado
	Atividade doméstica	Atividade internacional					
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	
Juros e rendimentos similares	540.798	-	-	-	-	-	540.798
Juros e encargos similares	(257.533)	(4)	-	(700)	-	(704)	(258.237)
Margem financeira	283.265	(4)	-	(700)	-	(704)	282.561
Rendimentos de instrumentos de capital	1.134	-	-	-	-	-	1.134
Rendimentos de serviços e comissões	164.807	-	-	-	-	-	164.807
Encargos com serviços e comissões	(29.380)	-	-	-	(123)	(123)	(29.503)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(6.913)	-	-	-	-	-	(6.913)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	20.587	-	-	-	-	-	20.587
Resultados de reavaliação cambial	4.642	-	-	(23)	-	(23)	4.619
Resultados de alienação de outros ativos	7.161	-	-	-	-	-	7.161
Outros resultados de exploração	1.619	-	-	(2)	-	(2)	1.617
Produto bancário	446.922	(4)	-	(725)	(123)	(852)	446.070
Custos com o pessoal	(135.499)	(97)	-	(105)	(373)	(575)	(136.074)
Gastos gerais administrativos	(75.469)	(166)	-	(72)	(157)	(395)	(75.864)
Amortizações do período	(22.952)	-	-	-	-	-	(22.952)
Provisões líquidas de anulações	(12.780)	-	-	-	-	-	(12.780)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(42.931)	-	-	-	-	-	(42.931)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	(459)	-	-	-	-	-	(459)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(9.767)	-	-	-	-	-	(9.767)
Resultados de associadas	1.464	-	7.487	-	-	7.487	8.951
Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam	148.529	(267)	7.487	(902)	(653)	5.665	154.194
Impostos correntes	(25.050)	(1.483)	-	-	-	(1.483)	(26.533)
Impostos diferidos	(25.213)	204	-	-	-	204	(25.009)
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	98.266	(1.546)	7.487	(902)	(653)	4.386	102.652
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do BST	98.266	(1.546)	7.487	(902)	(653)	4.386	102.652

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3 deste Anexo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado do período/exercício	
	30-06-2016	31-12-2015	30-06-2016	31-12-2015	30-06-2016	31-12-2015	30-06-2016	31-12-2015	30-06-2016	31-12-2015
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	47.895.591	50.232.462	2.779.427	2.621.463	175.442	515.438
TOTTA & AÇORES FINANCING	100,00	100,00	100,00	100,00	45	46	45	46	-	9.017
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	-	100,00	-	41.735	-	41.718	-	164
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	482	1.441	468	1.249	(753)	(45)
TOTTA IRELAND, PLC	100,00	100,00	100,00	100,00	950.474	1.010.842	428.694	416.546	12.234	4.433
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	100,00	100,00	100,00	100,00	180.240	180.859	180.209	180.832	(623)	101.741
TOTTAURBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (1)	100,00	100,00	100,00	100,00	145.304	144.563	135.803	135.431	425	2.756
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO	100,00	100,00	-	100,00	-	440.858	-	358.672	-	25.694
TAXAGEST,SGPS,SA	100,00	99,00	99,00	99,00	55.755	55.753	55.747	55.747	1	25
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	78,88	78,59	78,84	78,59	396.041	408.283	328.184	325.168	4.205	450
HIPO TOTTA NO. 1 PLC	-	-	-	-	140.500	157.406	(190)	(722)	204	453
HIPO TOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	889.026	1.009.080	(4.778)	(4.895)	1.060	5.826
HIPO TOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	811.282	878.085	(2.415)	(3.214)	1.145	3.741
HIPO TOTTA NO. 1 FTC	-	-	-	-	121.612	139.960	121.603	138.460	-	(1.263)
HIPO TOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	835.369	965.241	837.437	954.929	-	(4.169)
HIPO TOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	775.362	848.331	775.474	840.639	-	(3.352)
GAMMA STC (3)	-	-	-	-	3.064.618	3.635.777	(415.707)	(113.002)	2.125	9.888
ATLANTES MORTGAGE 1 (3)	-	-	-	-	110.252	123.472	(13.321)	(7.070)	(584)	(872)
ATLANTES FINANCE 6 (3)	-	-	-	-	74.349	96.228	94	(85)	168	-
BENIM - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	-	-	25,81	25,81	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	21,50	21,50	21,50	21,50	373.500	347.230	122.393	137.926	10.386	39.872
BANIF INTERNACIONAL BANK, LTD (2)	100,00	100,00	100,00	100,00	34.644	89.203	(33.476)	(33.689)	218	(53.941)

n/d – não disponível

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Lisboa	Matriz
TOTTA & AÇORES FINANCING	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽¹⁾	Gestão de propriedades	Lisboa	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Promoção imobiliária	Lisboa	Equivalência patrimonial
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO	Bancária	Porto Rico	Integral
BANIF INTERNATIONAL BANK ⁽²⁾	Bancária	Bahamas	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de crédito	Lisboa	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
GAMMA STC ⁽³⁾	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 PLC ⁽³⁾	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES FINANCE 6 ⁽³⁾	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Equivalência patrimonial
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Gestão de fundos	Lisboa	Integral

- (1) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 m.euros.
- (2) Esta entidade foi consolidada pela primeira vez durante o exercício de 2015, decorrente da medida de resolução aplicada ao ex-Banif (Nota 1.4). O capital desta subsidiária está representado por 25.000.000 ações ordinárias com o valor nominal de 1 euro e por 10.000 ações preferenciais com o valor nominal de 1 cêntimo. As ações preferenciais foram emitidas no dia 24 de junho de 2009 e no dia 26 de junho de 2009, foi decidido pelo Conselho de Administração da participada emitir um “Global Share Certificate for Ten Thousand Preference Shares” que foi por sua vez subscrito por 10.000 m.euros por outra entidade do Grupo Banif, a qual não foi adquirida pelo BST.
- (3) Estas entidades foram consolidadas pela primeira vez em 2015. A Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. é uma sociedade de titularização de créditos detida atualmente pela Oitante. No âmbito da aquisição de parte significativa da atividade do Banif o BST adquiriu onze operações de titularização cujos créditos foram originados por este e cedidos à Gamma STC, a qual se financiou através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* para cada operação de titularização. Por simplificação, o Banco considerou estas titularizações no seu conjunto denominando-as “Gamma STC”, tendo registado estes veículos de acordo com o envolvimento continuado do Grupo nestas operações, determinado com base na percentagem detida do respetivo *equity piece*. Adicionalmente, existe uma titularização denominada “Atlantes Mortgages 1 PLC” em que os créditos foram vendidos a um fundo de titularização de créditos denominado “Atlantes Mortgages nº. 1 FTC”, que emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade irlandesa “Atlantes Mortgages nº. 1 PLC”. As demonstrações financeiras incluídas na consolidação dizem respeito à sub-consolidação do fundo e da sociedade existente na Irlanda, tendo sido efetuados pelo Grupo ajustamentos às contas estatutárias. Por último, a “Atlantes Finance 6” diz respeito a uma titularização em que os créditos foram cedidos igualmente à Gamma, não dispondo o Grupo BST da totalidade do *equity piece*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces* (Nota 46).

Durante o primeiro semestre de 2016 o Banco procedeu à liquidação das seguintes sociedades:

- Serfin International Bank & Trust;
- BST International Bank Inc. – Porto Rico;
- Totta & Açores, Inc. – Newark;
- Totta & Açores Financing.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o balanço do Fundo Novimovest apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Carteira de títulos	3.078	3.096
Carteira de imóveis	380.961	387.193
Contas de terceiros	9.663	14.795
Disponibilidades	424	513
Acréscimos e diferimentos	1.915	2.686
	<u>396.041</u>	<u>408.283</u>
Capital do Fundo	328.184	325.168
Ajustamentos e provisões	5.536	5.485
Contas de terceiros	59.959	75.201
Acréscimos e diferimentos	2.362	2.429
	<u>396.041</u>	<u>408.283</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o resultado líquido consolidado inclui um lucro e um prejuízo de 3.317 m.euros e 93 m.euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Caixa	244.242	284.668
Depósitos à ordem		
No Banco de Portugal	724.423	2.849.364
	<u>968.665</u>	<u>3.134.032</u>

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica incluía 2.329.852 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à Ordem	3.630	2.631
Cheques a Cobrar	65.905	63.219
Juros a Receber	320	-
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	330.644	393.043
Cheques a Cobrar	1.435	1.074
Outras Disponibilidades	133	3.931
	<u>402.067</u>	<u>463.898</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito” incluía 114.619 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as sub rubricas de “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem no montante de 79.147 meuros e 67.831 m.euros, respetivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

7. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.676.560	1.747.598
Títulos - Unidades de participação	3.078	3.096
	<u>1.679.638</u>	<u>1.750.694</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	(1.687.799)	(1.721.691)
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	<u>(11.239)</u>	<u>25.907</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as rubricas de “Instrumentos financeiros derivados” têm a seguinte composição:

	30-06-2016			31-12-2015		
	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 12)	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 12)
Forwards	16.676	16.099	577	22.123	21.261	862
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	4.088	-	4.088	14.061	12.732	1.329
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.440.847	1.459.624	(18.777)	1.412.795	1.396.888	15.907
Contratos sobre cotações (equity swaps)	495	388	107	55.437	53.976	1.461
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	1.117	963	154	1.163	1.081	82
Contratos sobre cotações	59.993	59.280	713	92.086	88.802	3.284
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	153.344	151.445	1.899	149.933	146.951	2.982
	<u>1.676.560</u>	<u>1.687.799</u>	<u>(11.239)</u>	<u>1.747.598</u>	<u>1.721.691</u>	<u>25.907</u>

Em 30 de junho de 2016 as rubricas de ativo e passivo relativas a “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 218.917 m.euros e 203.564 m.euros de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”, respetivamente (113.100 m.euros e 152.000 m.euros em 31 de dezembro de 2015, respetivamente).

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Instrumentos financeiros derivados – Ativo” incluía os saldos com entidades pertencentes ao Setor Público Português que se encontram em litígio, nos montantes de 1.315.800 m.euros e 1.315.000 m.euros, respetivamente (Nota 50).

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Títulos - Unidades de participação” correspondia ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maxirent.

8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2016							Valor de balanço
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 23)	
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total (Nota 27)		
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	4.966.560	50.377	44.709	78.586	(69.101)	9.485	(109)	5.071.022
Outros residentes								
Operações de titularização	12.949	7	-	-	-	-	-	12.956
Dívida não subordinada	403.235	5.029	-	19.983	-	19.983	(230)	428.017
Dívida subordinada	2.970	2	-	-	-	-	(2.970)	2
	<u>5.385.714</u>	<u>55.415</u>	<u>44.709</u>	<u>98.569</u>	<u>(69.101)</u>	<u>29.468</u>	<u>(3.309)</u>	<u>5.511.997</u>
Instrumentos de Capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	73.957	-	-	892	(1.184)	(292)	(36.892)	36.773
Valorizados ao custo histórico	92.474	-	-	-	-	-	(30.681)	61.793
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	1.382	-	-	1	-	1	-	1.383
Valorizados ao custo histórico	857	-	-	-	-	-	(746)	111
	<u>5.554.384</u>	<u>55.415</u>	<u>44.709</u>	<u>99.462</u>	<u>(70.285)</u>	<u>29.177</u>	<u>(71.628)</u>	<u>5.612.057</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2015							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
				Positiva	Negativa	Total		
				(Nota 27)				
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	5.251.118	108.845	20.761	214.425	(562)	213.863	(116)	5.594.471
Outros emissores públicos nacionais	6.003	-	-	-	(367)	(367)	-	5.636
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	85.996	59	-	-	(4.697)	(4.697)	-	81.358
Dívida não subordinada	466.838	13.464	-	22.833	(4.156)	18.677	(230)	498.749
Dívida subordinada	126.017	24	-	-	-	-	(6.254)	119.787
Emitidos por não residentes								
Dívida não subordinada	97.874	3.217	-	-	(51.872)	(51.872)	-	49.219
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	96.428	-	-	584	(1.633)	(1.049)	(45.329)	50.050
Valorizados ao custo histórico	93.847	-	-	-	-	-	(29.486)	64.361
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	8	-	-	3.728	-	3.728	-	3.736
Valorizados ao custo histórico	1.192	-	-	-	-	-	(746)	446
	6.225.321	125.609	20.761	241.570	(63.287)	178.283	(82.161)	6.467.813

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” incluía 1.083.808 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao ex-Banif.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as rubricas de Obrigações do Tesouro incluíam valias reconhecidas em resultados nos montantes de 44.709 m.euros e 20.761 m.euros, respetivamente, relativas a correções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentavam as seguintes características:

Descrição	30/06/2016					31/12/2015						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento entre um e três anos	-	-	-	-	-	-	414.489	4.802	-	(546)	-	418.745
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.777.962	5.407	32.052	12.582	-	1.828.003	2.269.602	54.776	34.514	90.039	-	2.448.931
. Com vencimento entre cinco e dez anos	3.188.111	44.966	12.657	(3.097)	-	3.242.637	2.566.540	49.263	(13.753)	124.370	-	2.726.420
Outros	487	4	-	-	(109)	382	487	4	-	-	(116)	375
	4.966.560	50.377	44.709	9.485	(109)	5.071.022	5.251.118	108.845	20.761	213.863	(116)	5.594.471

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Portuguesas, nos montantes de 1.438.598 m.euros e 1.207.074 m.euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 20).

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Instrumentos de dívida” incluía, entre outros, os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2016					31-12-2015				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES 2025	-	-	-	-	-	72.463	51	(4.677)	-	67.837
ATLANTES FINANCE 6 B 03/20/33	9.000	7	-	-	9.007	9.000	8	-	-	9.008
ATLANTES FINANCE 6 S 03/20/33	3.949	-	-	-	3.949	4.483	-	-	-	4.483
ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES 2025	-	-	-	-	-	50	-	(20)	-	30
	12.949	7	-	-	12.956	85.996	59	(4.697)	-	81.358
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3,75% JAN/2018	250.914	4.222	14.199	-	269.335	251.273	8.931	15.771	-	275.975
Banco Comercial Português 22/06/2017	102.112	118	2.158	-	104.388	103.192	2.505	2.878	-	108.575
CGD 3% 2014/2019	49.979	689	3.626	-	54.294	49.974	1.442	3.800	-	55.216
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5,875%2	-	-	-	-	-	56.025	2.215	(29.642)	-	28.598
BERWIND I.P. CONSULTORIA SENIOR A	-	-	-	-	-	26.058	24	(2.937)	-	23.145
EDIA 2010/2030	-	-	-	-	-	19.250	206	(542)	-	18.914
PORTUGAL TELECOM INT FIN 4,625%2	-	-	-	-	-	31.230	921	(17.189)	-	14.962
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5 2019	-	-	-	-	-	10.620	81	(5.040)	-	5.661
Outros	230	-	-	(230)	-	17.090	356	(294)	(230)	16.922
	403.235	5.029	19.983	(230)	428.017	564.712	16.681	(33.195)	(230)	547.968
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3,875% 2017	-	-	-	-	-	123.061	22	-	(3.299)	119.784
BPSM/97 - TOPS - OB. PERP. SUB	2.970	2	-	(2.970)	2	2.956	2	-	(2.955)	3
	2.970	2	-	(2.970)	2	126.017	24	-	(6.254)	119.787

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por 15.674 m.euros acima do respetivo justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante. No exercício de 2015, o Banco reverteu 3.304 m.euros, de perdas de imparidade naquele título em virtude da sua valorização. Este título no primeiro semestre de 2016 foi reclassificado para a carteira Investimentos detidos até à maturidade.

Com referência a 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2016				31-12-2015			
	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	28.925	(1.024)	-	27.901	28.925	(1.531)	-	27.394
Banco BPI	-	-	-	-	21.502	-	(8.218)	13.284
SANTANDER MULTIATIVOS 0-30	2.852	(63)	-	2.789	2.852	(50)	-	2.803
UNICAMPUS-FEIMOBILIARIO FECHAD	1.500	(9)	-	1.491	1.500	7	-	1.507
VISA INC series C	1.375	-	-	1.375	-	3.727	-	3.727
SANTANDER MULTIATIVOS 20-60	1.120	(68)	-	1.052	1.120	(36)	-	1.084
FCR PORTUGAL VENTURES VALOR 2	3.836	297	(3.099)	1.034	3.826	51	(3.099)	778
FUNFRAP-FUNDICAO PORTUGUESA, S.A	274	468	-	742	274	371	-	645
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S	685	43	-	728	1.110	72	-	1.182
FII FECHADO GEF II	391	(9)	-	382	391	(7)	-	384
Outros	1.212	74	(624)	662	1.539	74	(616)	997
Títulos com imparidade a 100%	33.169	-	(33.169)	-	33.396	-	(33.396)	-
	75.339	(291)	(36.892)	38.156	96.436	2.679	(45.329)	53.786
Valorizados ao custo histórico								
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIARIO	26.379	-	(2.894)	23.485	26.379	-	(2.894)	23.485
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	33.621	-	(11.715)	21.906	33.621	-	(10.515)	23.106
BANIF PROPERTY	15.350	-	(10.000)	5.350	15.350	-	(10.000)	5.350
SIBS - SGPS, S.A.	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A.	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (Prestações Suplementares)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOC. DE CAPITAL DE RISCO, SA	1.065	-	(214)	851	1.065	-	(214)	851
Outros	501	-	(86)	415	2.118	-	-	2.118
Títulos com imparidade a 100%	5.456	-	(5.456)	-	5.547	-	(5.547)	-
	93.331	-	(31.427)	61.904	95.039	-	(30.232)	64.807

Em 2015 o Banco valorizou a ação da Visa Europa Limited que detinha ao justo valor, na sequência da operação de transferência para a Visa International Inc. No primeiro semestre de 2016, o Banco reconheceu em resultados o impacto desta operação.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Banco detinha 5.861.770 unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional nos montantes de 28.925 m.euros, as quais foram subscritas através do pagamento em numerário de 2 m.euros, da entrega em espécie de imóveis e o remanescente através da alienação de imóveis e a subsequente subscrição de unidades de participação.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de 501 m.euros e 4.629 m.euros, respetivamente. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Banco detinha em carteira 33.620 unidades de participação correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo. No exercício de 2015 o Banco classificou as unidades de participação do fundo ao custo histórico uma vez que considera que não tem informação para apurar com fiabilidade o justo valor do mesmo.

No exercício de 2014, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ações do Banco BPI, S.A. no montante de 21.501 m.euros (justo valor à data da aquisição), as quais em 31 de dezembro de 2015 se encontram valorizados por 13.284 m.euros. Em 2015, atendendo à desvalorização continuada desta participação, o BST reconheceu imparidade. No primeiro semestre de 2016 o Banco alienou a totalidade da participação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, apresentavam as seguintes percentagens de desvalorização face aos respetivos custos de aquisição:

30-06-2016					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	1.625.029	21.543	44.709	(69.101)	1.622.180
	<u>1.625.029</u>	<u>21.543</u>	<u>44.709</u>	<u>(69.101)</u>	<u>1.622.180</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	34.888	-	-	(1.176)	33.712
. Entre 25% e 50%	19	-	-	(8)	11
	<u>34.907</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.184)</u>	<u>33.723</u>
	<u>1.659.936</u>	<u>21.543</u>	<u>44.709</u>	<u>(70.285)</u>	<u>1.655.903</u>
31-12-2015					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	451.227	3.011	-	(9.762)	444.476
. Entre 25% e 50%	10.669	81	-	(5.060)	5.690
. Superior a 50%	87.255	3.136	-	(46.832)	43.559
	<u>549.151</u>	<u>6.228</u>	<u>-</u>	<u>(61.654)</u>	<u>493.725</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	33.325	-	-	(1.628)	31.697
. Entre 25% e 50%	19	-	-	(5)	14
	<u>33.344</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.633)</u>	<u>31.711</u>
	<u>582.495</u>	<u>7.561</u>	<u>-</u>	<u>(63.287)</u>	<u>525.436</u>

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Aplicações em outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos	215.263	220.221
Empréstimos	54.817	45.704
Outras Aplicações	12	7.247
Juros a Receber	1.632	3.918
	<u>271.724</u>	<u>277.090</u>
Aplicações em outras Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	833.361	364.522
Depósitos	524.116	807.694
Outras aplicações	201.269	65.284
Juros a Receber	327	20.846
	<u>1.559.073</u>	<u>1.258.346</u>
	<u>1.830.797</u>	<u>1.535.436</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito” incluía 268.334 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif (Nota 1.4).

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de 161.287 m.euros e 64.966 m.euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Crédito não titulado		
Crédito interno		
A empresas		
Desconto e créditos titulados por efeitos	204.269	252.163
Empréstimos	4.182.525	4.215.499
Crédito em conta corrente	885.669	852.069
Descobertos em depósitos à ordem	129.776	117.932
Créditos tomados	1.184.588	1.285.974
Locação financeira	824.248	806.335
Outros créditos	737.607	704.112
A particulares		
Habitação	12.937.241	12.840.588
Consumo e outros	2.042.421	2.086.065
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	200.361	188.091
Crédito em conta corrente	7.190	8.467
Descobertos em depósitos à ordem	1.185	1.039
Créditos tomados	29.321	52.624
Locação financeira	5.481	5.863
Outros créditos	2.576	2.535
A particulares		
Habitação	326.903	363.681
Consumo e outros	37.892	38.431
	<u>23.739.253</u>	<u>23.821.468</u>
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada	<u>4.249.072</u>	<u>3.889.120</u>
Ativos titularizados não desreconhecidos		
A empresas		
Empréstimos		
.Gamma STC	871.855	1.100.443
A particulares		
Crédito à habitação		
.Hipototta nº 1 PLC	120.611	131.006
.Hipototta nº 4 PLC	832.218	884.221
.Hipototta nº 5 PLC	767.914	802.221
.Gamma STC	1.715.695	1.908.081
Locação Financeira		
.Gamma STC	71.847	97.731
	<u>4.380.140</u>	<u>4.923.703</u>
Créditos e juros vencidos		
Até 90 dias	143.233	40.228
Há mais de 90 dias	1.433.309	1.388.942
	<u>1.576.542</u>	<u>1.429.170</u>
	<u>33.945.007</u>	<u>34.063.461</u>
Juros a receber		
Crédito não titulado	70.189	71.956
Crédito Titulado	19.436	13.461
Ativos titularizados não desreconhecidos	8.894	12.276
Correcções de valor de ativos objecto de cobertura	7.928	3.527
Despesas com encargo diferido	73.004	73.141
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(113.001)	(111.371)
	<u>66.450</u>	<u>62.990</u>
	<u>34.011.457</u>	<u>34.126.451</u>
Imparidade em crédito a clientes (Nota 23)	<u>(2.160.581)</u>	<u>(2.345.486)</u>
	<u>31.850.876</u>	<u>31.780.965</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

No primeiro semestre de 2016 e no exercício de 2015 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidos ao ativo. Como resultado destas operações foram registados no primeiro semestre de 2016 ganhos líquidos nos montantes de 12.527 m.euros (Nota 39).

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco (excluindo o ex-Banif) nos montantes de 8.086.111 m.euros e 7.669.850 m.euros, respetivamente (Nota 22).

Em 31 de dezembro de 2015, o crédito transferido do ex-Banif incluía 3.290.657 m.euros afetos às operações de titularização originadas nesta entidade.

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante o primeiro semestre de 2016 e no exercício de 2015 é apresentado na Nota 23.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Até três meses	143.233	40.228
Entre três meses e seis meses	88.452	39.379
Entre seis meses e um ano	235.814	175.284
Entre um ano e três anos	451.247	476.158
Mais de três anos	657.796	698.121
	<u>1.576.542</u>	<u>1.429.170</u>

Em 30 de junho de 2016 a composição da carteira de crédito concedido a clientes por setores de atividade era a seguinte:

	30-06-2016			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	169.524	5.300	174.823	0,52%
Pescas	4.860	7	4.867	0,01%
Indústrias extrativas	14.202	826	15.028	0,04%
Indústrias transformadoras:	274.166	14.518	288.684	0,85%
Alimentação, bebidas e tabaco	147.932	52	147.984	0,44%
Têxteis, vestuário e couro	252.779	11.991	264.770	0,78%
Madeira e cortiça	244.417	7.266	251.683	0,74%
Papel, gráficas e editoriais	284.679	2.205	286.884	0,85%
Indústria química	215.542	5.881	221.422	0,65%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	206.016	2.060	208.076	0,61%
Metalurgia	160.909	14.406	175.315	0,52%
Máquinas e material de transporte	190.897	9.124	200.021	0,59%
Eletricidade, água e gás	986.865	896	987.761	2,91%
Construção e obras públicas	1.153.374	297.459	1.450.833	4,27%
Comércio e hotelaria:	758.972	45.880	804.852	2,37%
Comércio por grosso	928.067	63.890	991.957	2,92%
Comércio de retalho	472.877	17.515	490.392	1,44%
Restaurantes e hotéis	445.732	7.074	452.805	1,33%
Transportes e comunicações	86.898	2.585	89.483	0,26%
Instituições financeiras não monetárias	520.869	33.163	554.032	1,63%
Sector público administrativo	1.749.983	219	1.750.203	5,16%
Outras empresas de serviços	1.712.800	210.376	1.923.177	5,67%
Crédito a particulares	19.330.145	773.509	20.103.654	59,22%
Crédito ao exterior	314.960	3.953	318.913	0,94%
Outros créditos	1.740.999	46.387	1.787.386	5,27%
	<u>32.368.465</u>	<u>1.576.542</u>	<u>33.945.007</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2015, a composição da carteira de crédito concedido a clientes (excluindo crédito transferido do ex-Banif) por setores de atividade era a seguinte:

	2015			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	175.687	5.295	180.982	0,67%
Pescas	4.432	14	4.446	0,02%
Indústrias extrativas	16.382	900	17.282	0,06%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	353.138	5.374	358.512	1,34%
Têxteis, vestuário e couro	198.354	7.494	205.848	0,77%
Madeira e cortiça	93.763	2.221	95.984	0,36%
Papel, gráficas e editoriais	197.794	1.524	199.318	0,74%
Indústria química	173.543	2.060	175.603	0,65%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	210.734	1.459	212.193	0,79%
Metalurgia	113.669	5.334	119.003	0,44%
Máquinas e material de transporte	154.212	7.965	162.177	0,60%
Eletricidade, água e gás	875.366	1.210	876.576	3,27%
Construção e obras públicas	1.000.676	269.441	1.270.117	4,74%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	678.902	29.249	708.151	2,64%
Comércio de retalho	857.016	38.978	895.994	3,34%
Restaurantes e hotéis	318.870	9.515	328.385	1,22%
Transportes e comunicações	447.083	8.364	455.447	1,70%
Instituições financeiras não monetárias	610.727	12.595	623.322	2,32%
Sector público administrativo	699.857	112	699.969	2,61%
Outras empresas de serviços	2.001.289	92.152	2.093.441	7,81%
Crédito a particulares	14.818.069	438.549	15.256.618	56,88%
Crédito ao exterior	325.815	4.898	330.713	1,23%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	1.258.594	8.493	1.267.087	4,72%
Outros créditos	282.546	1.677	284.223	1,06%
	<u>25.866.518</u>	<u>954.873</u>	<u>26.821.391</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 o crédito vencido e o crédito vivo com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade do Banco, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2016		
	Crédito Vencido	Crédito Vivo	Crédito Total
Crédito concedido a Empresas			
Sem indícios de imparidade	-	11.832.365	11.832.365
Com indícios de imparidade	1.109.657	1.102.952	2.212.609
	<u>1.109.657</u>	<u>12.935.317</u>	<u>14.044.974</u>
Crédito à Habitação			
Sem indícios de imparidade	-	15.806.828	15.806.828
Com indícios de imparidade	316.761	839.214	1.155.975
	<u>316.761</u>	<u>16.646.042</u>	<u>16.962.803</u>
Crédito ao Consumo			
Sem indícios de imparidade	-	1.147.221	1.147.221
Com indícios de imparidade	43.886	63.299	107.185
	<u>43.886</u>	<u>1.210.520</u>	<u>1.254.406</u>
Crédito concedido através de cartões de crédito			
Sem indícios de imparidade	-	301.287	301.287
Com indícios de imparidade	11.970	23.664	35.634
	<u>11.970</u>	<u>324.951</u>	<u>336.921</u>
Outros créditos a Particulares			
Sem indícios de imparidade	-	1.101.768	1.101.768
Com indícios de imparidade	94.268	149.867	244.135
	<u>94.268</u>	<u>1.251.635</u>	<u>1.345.903</u>
	<u>1.576.542</u>	<u>32.368.465</u>	<u>33.945.007</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2015, o crédito vencido e o crédito vivo, excluindo crédito adquirido pelo BST no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade do Banco, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2015		
	Crédito Vencido	Crédito Vivo	Crédito Total
Crédito concedido a Empresas			
Sem indícios de imparidade	-	9.234.844	9.234.844
Com indícios de imparidade	484.597	288.514	773.111
	<u>484.597</u>	<u>9.523.358</u>	<u>10.007.955</u>
Crédito à Habitação			
Sem indícios de imparidade	-	13.672.636	13.672.636
Com indícios de imparidade	336.480	682.010	1.018.490
	<u>336.480</u>	<u>14.354.646</u>	<u>14.691.126</u>
Crédito ao Consumo			
Sem indícios de imparidade	-	1.024.538	1.024.538
Com indícios de imparidade	35.640	48.777	84.417
	<u>35.640</u>	<u>1.073.315</u>	<u>1.108.955</u>
Crédito concedido através de cartões de crédito			
Sem indícios de imparidade	-	245.307	245.307
Com indícios de imparidade	17.199	5.246	22.445
	<u>17.199</u>	<u>250.553</u>	<u>267.752</u>
Outros créditos a Particulares			
Sem indícios de imparidade	-	621.862	621.862
Com indícios de imparidade	80.957	42.784	123.741
	<u>80.957</u>	<u>664.646</u>	<u>745.603</u>
	<u>954.873</u>	<u>25.866.518</u>	<u>26.821.391</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)11. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-06-2016			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas em reservas (Nota 27)	Valor de balanço
De outros emissores públicos nacionais				
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA/99	4.502	-	(314)	4.188
De outros residentes				
<i>Divida não Subordinada</i>				
EDIA 2010/2030	19.251	192	(524)	18.919
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIO	24.883	20	(2.782)	22.121
IBERWIND II P-CONSULTORIA SENIOR	7.311	12	(642)	6.681
REN REDES ENERGETICAS 4.125% 2018	9.155	154	292	9.601
TAGUS CLASSE A-VARIAVEL-12/05	68.833	41	(4.428)	64.446
ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES MAY	50	-	(19)	31
	<u>129.483</u>	<u>419</u>	<u>(8.103)</u>	<u>121.799</u>
<i>Divida subordinada</i>				
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	121.075	20	-	121.095
Títulos - Emitidos por não Residentes				
<i>Outros não residentes - Divida não Subordinada</i>				
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5.875%	31.749	515	-	32.264
PORTUGAL TELECOM INT FIN 4.625%	15.782	151	-	15.934
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5 2019	6.135	315	-	6.450
	<u>53.667</u>	<u>981</u>	<u>-</u>	<u>54.647</u>
	<u>308.727</u>	<u>1.420</u>	<u>(8.417)</u>	<u>301.730</u>

No primeiro semestre de 2016 o Banco reclassificou para esta rubrica um conjunto de títulos que estavam anteriormente classificados em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30/06/2016			31-12-2015		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Coberturas de justo valor						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	21.860	81.748	(59.888)	24.634	80.782	(56.148)
Swaps cotações (equity swap)	12.283	17.825	(5.542)	16.218	18.329	(2.111)
Opções	-	1.042	(1.042)	-	1.593	(1.593)
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	92.138	83.239	8.899	89.440	69.429	20.011
	<u>126.281</u>	<u>183.854</u>	<u>(57.573)</u>	<u>130.292</u>	<u>170.133</u>	<u>(39.841)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	30-06-2016							Valor nocional	
	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
	1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)								
Forwards									
Compra	577	85.179	32.498	10.733	1.029	-	129.438	63.331	66.107
Venda		85.131	32.474	10.726	1.028	-	129.359	65.396	63.964
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra	4.088	405.856	-	-	-	-	405.856	-	405.856
Venda		401.544	-	-	-	-	401.544	401.544	-
Outros swaps de taxa de juro	(18.777)	732.838	69.938	74.990	1.304.581	8.328.434	10.510.781	10.510.781	-
Swaps sobre cotações (equity swap)	107	-	-	519	40.000	-	40.519	40.519	-
Opções de moeda									
Compras	154	40.764	28.007	18.692	-	-	87.464	-	87.464
Vendas		40.764	28.007	16.979	-	-	85.750	-	85.750
Opções de cotações									
Compras	713	216.105	-	-	-	-	216.105	216.105	-
Vendas		216.105	-	1.713	-	-	217.818	216.105	1.713
Outros (Caps & Floors)	1.899	742	2.604	1.311.874	205.115	1.390.315	2.910.649	2.910.649	-
	(11.239)	2.225.028	193.528	1.446.226	1.551.752	9.718.749	15.135.284	14.424.429	710.854
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps taxa de juro (interest rate swap)									
Ativos financeiros disponíveis para venda	(71.650)	-	-	-	-	600.000	600.000	600.000	-
Passivos e crédito	11.762	9.625	8.594	29.729	54.694	447.697	550.339	550.339	-
Opções AutoCollable	(1.042)	-	-	-	196.516	-	196.516	196.516	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(5.542)	243.074	281.808	421.744	1.509.537	114.591	2.570.754	2.410.937	159.817
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps taxa de juro (interest rate swap)									
Fluxos de caixa	8.899	400.000	200.000	225.000	-	1.300.000	2.125.000	2.125.000	-
	(57.573)	652.699	490.402	676.473	1.760.746	2.462.288	6.042.609	5.882.792	159.817
31-12-2015									
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nocional					Total	Valor nocional	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
Compra	862	76.292	80.815	15.578	205	-	172.890	85.500	87.390
Venda		76.214	80.786	15.553	204	-	172.757	87.225	85.532
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra	1.329	838.715	-	-	-	-	838.715	-	838.715
Venda		847.133	-	-	-	-	847.133	847.133	-
Outros swaps de taxa de juro	15.907	870.380	578.144	169.621	604.488	10.012.699	12.235.332	10.972.766	1.262.566
Swaps sobre cotações (equity swap)	1.461	139.009	70.000	-	180.519	-	389.528	389.528	-
Opções de moeda									
Compras	82	7.006	13.778	24.800	-	-	45.584	-	45.584
Vendas		7.006	13.778	24.800	-	-	45.584	-	45.584
Opções de cotações									
Compras	3.284	-	195.899	125.104	1.929	-	322.932	321.003	1.929
Vendas		-	195.899	125.104	1.929	-	322.932	321.003	1.929
Outros (Caps & Floors)	2.982	1.106	1.340	5.101	1.359.303	1.421.102	2.787.952	2.787.952	-
	25.907	2.862.861	1.230.439	505.661	2.148.577	11.433.801	18.181.339	15.812.110	2.369.229
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps taxa de juro (interest rate swap)									
Ativos financeiros disponíveis para venda	(76.981)	-	-	-	-	850.000	850.000	850.000	-
Passivos e crédito	20.833	19.442	33.721	18.219	66.055	314.058	451.495	451.495	-
Opções AutoCollable	(1.593)	-	-	-	196.516	-	196.516	196.516	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(2.111)	325.583	300.481	525.399	1.531.074	153.632	2.836.169	2.649.122	187.047
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps taxa de juro (interest rate swap)									
Fluxos de caixa	20.011	275.000	300.000	600.000	225.000	1.300.000	2.700.000	2.700.000	-
	(39.841)	620.025	634.202	1.143.618	2.018.645	2.617.690	7.034.180	6.847.133	187.047

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

13. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	242.274	253.626
Imóveis de serviço próprio para venda	34.695	36.792
Unidades de Participação	18.663	18.663
Equipamento	2.178	2.253
Outros Imóveis	100	100
	<u>297.910</u>	<u>311.434</u>
Imparidade (Nota 23)	(120.983)	(120.839)
	<u>176.927</u>	<u>190.595</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" nos períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	30-06-2016										
	31 de Dezembro de 2015							30 de Junho de 2016			
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências	Imparidade (Nota 23)			Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
						Dotações	Reposições	Utilizações			
						(Nota 15)					
Imóveis:											
Recebidos em dação em pagamento	253.626	(89.821)	39.140	(50.492)	-	(9.229)	1.791	6.504	242.274	(90.755)	151.519
Serviço próprio para venda e outros	36.792	(25.376)	20	(2.592)	475	(548)	-	1.519	34.695	(24.405)	10.290
Equipamento	2.253	(1.642)	687	(762)	-	(823)	186	456	2.178	(1.823)	355
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
Outros imóveis	100	-	-	-	-	-	-	-	100	-	100
	311.434	(120.839)	39.847	(53.846)	475	(10.600)	1.977	8.479	297.910	(120.983)	176.927

	30-06-2015										
	31 de Dezembro de 2014							30 de Junho de 2015			
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências	Imparidade (Nota 23)			Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
						Dotações	Reposições	Utilizações			
						(Nota 15)					
Imóveis:											
Recebidos em dação em pagamento	271.204	(92.406)	57.484	(59.137)	-	(13.852)	3.126	11.164	269.550	(91.968)	177.582
Serviço próprio para venda e outros	38.890	(24.941)	66	(108)	5.599	(2.242)	1.132	10	44.448	(26.041)	18.407
Equipamento	3.464	(2.499)	499	(1.563)	-	(280)	451	654	2.400	(1.674)	726
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	332.221	(123.846)	58.049	(60.808)	5.599	(16.374)	4.709	11.828	335.061	(123.683)	211.378

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica "Unidades de participação" inclui unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

O Banco tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)14. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>380.961</u>	<u>387.193</u>

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Terrenos		
Urbanizados	15.127	15.129
Não urbanizados	1.196	1.196
Projetos de Construção		
Outros Projetos de Construção	27.337	36.147
Construções acabadas		
Arrendadas	273.832	267.848
Não arrendadas	63.469	66.873
	<u>380.961</u>	<u>387.193</u>

Por outro lado, durante os primeiros semestres de 2016 e 2015, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Rendas	8.967	9.180
Impostos	-	(1.834)
Condomínio	(664)	(689)
Conservação e reparação	(307)	(494)
Seguros	(126)	(131)
	<u>7.870</u>	<u>6.033</u>

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi como segue:

	<u>30-06-2016</u>				
	Saldo a 31 de dezembro de 2015	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 30 de junho de 2016
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>387.193</u>	-	2.805	(9.037)	<u>380.961</u>

	<u>31-12-2015</u>				
	Saldo a 31 de Dezembro de 2014	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de Dezembro de 2015
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	401.239	-	(6.241)	(7.805)	387.193
Hotel	19.000	-	-	(19.000)	-
	<u>420.239</u>	-	<u>(6.241)</u>	<u>(26.805)</u>	<u>387.193</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outros resultados de exploração – Mais / Menos valias em propriedades de investimento” (Nota 40).

As propriedades de investimento detidas pelo Banco são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 13.

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	30-06-2016	31-12-2015
Propriedades de investimento	380.961	387.193

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em	Valor em	Técnica de valorização	Inputs relevantes
		30-06-2016	31-12-2015		
Hotel Delfim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	34.253	34.253	Método do rendimento	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	33.702	30.017	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	26.420	26.420	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	15.721	15.721	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	12.173	12.373	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	11.446	12.854	Método de rendimento / Método comparativo de mercado (2015) Método de rendimento / Método do custo (2014)	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	12.032	11.722	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Parque Logístico SPC Armazéns 1 e 4 Armazéns em Vila Franca de Xira	Arrendado (SPC 1) Não arrendado (SPC 4)	10.455	10.455	Método de rendimento / Método comparativo de mercado (2015) Método de rendimento / Método do custo (2014)	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Não urbanizado	6.122	6.130	Método comparativo de mercado/ Método do custo/ Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
		<u>162.324</u>	<u>159.945</u>		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

15. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 e 2015 pode ser apresentado da seguinte forma:

	30-06-2016																
	31-12-2015				Transferências				Amortizações do período	Perdas de Imparidade (Nota 23)	Outros e		30-06-2016				
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Abates e vendas		De/Para ativos detidos para venda (Nota 13)				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)
					Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas									
Ativos tangíveis																	
Imóveis																	
. Imóveis de serviço próprio	387.162	139.061	3.843	4.995	-	-	(715)	(241)	3.541	36	(376)	(292)	391.066	142.069	3.879	245.118	
. Despesas em edifícios arrendados	148.784	138.518	-	6	173	173	-	-	1.604	-	(3)	(3)	148.613	139.945	-	8.668	
. Outros imóveis	1.293	287	20	-	-	-	-	-	63	-	-	-	1.293	350	20	923	
Ativos tangíveis em curso																	
. Imóveis de serviço próprio	9.034	-	-	5.282	-	-	-	-	-	-	-	-	14.317	-	-	14.317	
	546.273	277.866	3.863	10.284	173	173	(715)	(241)	5.208	36	(379)	(295)	555.289	282.364	3.899	269.026	
Equipamento																	
. Mobiliário e material	20.840	19.129	-	1.010	46	46	-	-	370	-	(1)	(1)	21.803	19.452	-	2.351	
. Máquinas e ferramentas	5.555	5.462	-	13	45	45	-	-	19	-	(1)	(1)	5.522	5.435	-	87	
. Equipamento informático	98.949	89.608	-	3.919	10.307	10.306	-	-	2.099	-	-	-	92.562	81.401	-	11.161	
. Instalações interiores	24.740	13.551	-	1.267	4	4	(1)	(1)	939	-	-	-	26.002	14.484	-	11.517	
. Material de transporte	21.848	11.720	-	1.159	3.608	3.556	-	-	949	-	(2)	(2)	19.397	9.111	-	10.286	
. Equipamento de segurança	12.669	12.172	-	123	-	-	-	-	87	-	-	-	12.791	12.259	-	532	
. Outro equipamento	5.320	4.472	-	89	-	-	-	-	117	-	-	-	5.409	4.589	-	820	
. Ativos tangíveis em curso	14	-	-	164	-	-	-	-	-	-	-	-	178	-	-	178	
	189.935	156.114	-	7.745	14.010	13.957	(1)	(1)	4.580	-	(4)	(3)	183.665	146.732	-	36.933	
Outros ativos tangíveis																	
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-	
. Património artístico	1.829	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.829	-	-	1.829	
. Outros	3.464	3.464	-	-	-	-	-	-	-	-	51	51	3.515	3.515	-	-	
	5.574	3.745	-	-	-	-	-	-	-	-	51	51	5.625	3.796	-	1.829	
	741.782	437.724	3.863	18.029	14.183	14.130	(717)	(242)	9.788	36	(332)	(248)	744.579	432.892	3.899	307.788	
Ativos intangíveis																	
Software adquirido a terceiros	393.964	368.693	-	8.434	19	-	-	-	7.885	-	-	-	402.379	376.577	-	25.802	
Ativos intangíveis em curso	5.782	-	-	2.239	-	-	-	-	-	-	-	-	8.022	-	-	8.022	
Trespases	3.345	3.345	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.345	3.345	-	-	
	403.091	372.037	-	10.674	19	-	-	-	7.885	-	-	-	413.746	379.922	-	33.824	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
 (Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

30-06-2015																		
Transferências																		
31-12-2014				Abates e vendas		De/Para activos detidos para venda (Nota 13)		Transferências		Amortizações	Reversão de Imparidade (Nota 23)	Diferenças de câmbio		30/06/2015				
Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	do período		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido	
Ativos tangíveis																		
Imóveis																		
. Imóveis de serviço próprio	390.602	135.286	3.843	555	40	40	(10.028)	(4.456)	-	-	3.642	-	-	381.089	134.432	3.843	242.814	
. Despesas em edifícios arrendados	125.363	112.122	-	401	1.932	1.932	(130)	(130)	-	-	2.126	-	13	123.715	112.199	-	11.516	
. Outros imóveis	306	7	20	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	306	8	20	278	
Ativos tangíveis em curso																		
. Imóveis de serviço próprio	1.453	-	-	2.482	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.935	-	3.935
	<u>517.724</u>	<u>247.415</u>	<u>3.863</u>	<u>3.438</u>	<u>1.972</u>	<u>1.972</u>	<u>(10.158)</u>	<u>(4.586)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.769</u>	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>509.045</u>	<u>246.639</u>	<u>3.863</u>	<u>258.543</u>	
Equipamento																		
. Mobiliário e material	22.441	20.471	-	188	426	426	-	-	8	-	393	-	3	22.214	20.441	-	1.773	
. Máquinas e ferramentas	3.755	3.683	-	14	67	67	-	-	-	-	16	-	2	3.704	3.634	-	70	
. Equipamento informático	127.703	117.426	-	861	303	300	-	-	-	-	1.838	-	1	128.262	118.965	-	9.297	
. Instalações interiores	18.345	8.945	-	1.508	36	36	(51)	(24)	-	-	949	-	-	19.766	9.834	-	9.932	
. Material de transporte	20.977	13.169	-	1.291	1.146	1.146	-	-	-	-	709	-	8	21.130	12.736	-	8.394	
. Equipamento de segurança	26.651	26.302	-	190	273	273	(1)	(1)	-	-	110	-	-	26.567	26.138	-	429	
. Outro equipamento	5.704	4.770	-	163	68	68	-	-	(8)	-	236	-	-	5.791	4.938	-	853	
	<u>225.576</u>	<u>194.766</u>	<u>-</u>	<u>4.215</u>	<u>2.319</u>	<u>2.316</u>	<u>(52)</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.251</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>227.434</u>	<u>196.686</u>	<u>-</u>	<u>30.748</u>	
Outros ativos tangíveis																		
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-	
. Património artístico	1.536	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1.541	-	-	1.541	
	<u>1.817</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1.822</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>1.541</u>	
	<u>745.117</u>	<u>442.462</u>	<u>3.863</u>	<u>7.657</u>	<u>4.291</u>	<u>4.288</u>	<u>(10.210)</u>	<u>(4.611)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.020</u>	<u>-</u>	<u>28</u>	<u>738.301</u>	<u>443.606</u>	<u>3.863</u>	<u>290.832</u>	
Ativos intangíveis																		
. Software adquirido a terceiros	376.056	348.178	-	8.862	-	-	-	-	272	-	12.932	-	-	385.190	361.110	-	24.080	
. Ativos intangíveis em curso	503	-	-	3.554	-	-	-	-	(272)	-	-	-	-	3.785	-	-	3.785	
. Trespases	3.464	3.464	-	-	118	118	-	-	-	-	-	-	-	3.346	3.346	-	-	
	<u>380.023</u>	<u>351.642</u>	<u>-</u>	<u>12.416</u>	<u>118</u>	<u>118</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.932</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>392.321</u>	<u>364.456</u>	<u>-</u>	<u>27.865</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Investimentos em associadas	30-06-2016		31-12-2015	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
No país				
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	1.855	25,81	2.078
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50	38.295	21,50	41.635
Atlantes Finance 6 C	22,02	13	23,00	744
		<u>40.163</u>		<u>44.457</u>
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 23)				
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		(1.500)		(1.500)
		<u>38.663</u>		<u>42.957</u>

Nos termos do acordo assinado em agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (“CGD”) e o BST, em 4 de junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A. (“Santotta”) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A. (“Partang”) mediante a entrega de ações do Banco Totta de Angola, S.A., posteriormente Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (“BCGTA”), correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respetivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efetuado em 2 de julho de 2009 um aumento de capital social na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% diretamente pelo BST).

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência daquela operação, o Banco passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, naquela data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Subsequentemente, a participação na Partang passou a ser registada pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2014, a Partang detinha 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Em 29 de maio de 2015, o Banco exerceu a opção de venda que detinha sobre a CGD relativamente à sua participação financeira na Partang (49% do capital social detido direta e indiretamente). O preço de venda acordado ascendeu a aproximadamente 191 milhões de dólares norte-americanos. A transferência das ações, a correspondente liquidação do preço de venda e o desreconhecimento daquele investimento financeiro ocorreram durante o mês de julho de 2015. O BST reconheceu uma mais valia nas contas consolidadas no montante de 41.042 m.euros.

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indiretamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A..

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

O Banco detém 22% do *equity piece* da titularização “Atlantes Finance 6 C”, o qual foi reconhecido na rubrica “Investimentos em associadas” na sequência da aquisição deste ativo pelo BST, no âmbito da aplicação da medida de resolução ao Banif.

17. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Ativos por impostos correntes		
IRC a recuperar	<u>13.367</u>	<u>16.458</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	30.282	33.090
Outros	4.254	4.657
	<u>34.536</u>	<u>37.747</u>
Ativos por Impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	<u>385.796</u>	<u>418.317</u>
Passivos por Impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	84.828	119.609
Prejuízos fiscais reportáveis	3.242	3.311
	<u>88.070</u>	<u>122.920</u>

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Ativos por impostos correntes – IRC a recuperar" incluía 8.641 m.euros, pagos pelo Banco relativos a correções efetuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos de exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correções, o Banco registou estes pagamentos como um ativo e apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Impostos correntes:		
Do semestre	(28.875)	(11.278)
Contribuição especial sobre o setor bancário	(19.633)	(16.716)
Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE´s)	(563)	(569)
Outros	11.445	2.030
	<u>(37.626)</u>	<u>(26.533)</u>
Impostos diferidos:		
Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	(43.840)	(19.836)
(Encargos)/Rendimentos por créditos fiscais	-	(5.173)
	<u>(43.840)</u>	<u>(25.009)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos durante no período findo em 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 pode ser apresentado da seguinte forma:

	30-06-2016			Saldos em 30-06-2016
	Saldos em 31-12-2015	Outro rendimento integral	Resultados	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos	220.997	-	(19.498)	201.499
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(1.818)	-	-	(1.818)
Reavaliação de ativos tangíveis	(3.311)	-	69	(3.242)
Pensões:				
Reformas antecipadas	23.096	-	(56)	23.040
Pensões de reforma e desvios actuariais	101.629	-	(10.817)	90.812
Transferência de responsabilidades com pensões para a segurança social	4.838	-	(151)	4.687
Prémio de antiguidade	10.861	-	(257)	10.604
Operações de titularização:				
Prémio/desconto em dívida emitida	(185)	-	13	(172)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(4.271)	-	(279)	(4.550)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(21.642)	-	(2.206)	(23.848)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	(559)	-	(357)	(916)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	132	2.928	-	3.060
Ativos financeiros disponíveis para venda	(51.701)	43.240	-	(8.461)
Diferimento de comissões	1.870	-	381	2.251
Valias fiscais não contabilísticas	(1.540)	-	17	(1.523)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(330)	-	-	(330)
Plano de incentivos de longo prazo	1.962	-	85	2.047
Custos de Incorporação	15.370	-	(10.783)	4.587
Outros	(1)	-	-	-
	<u>295.397</u>	<u>46.168</u>	<u>(43.840)</u>	<u>297.726</u>

O Banco não reconheceu 272.955 m.euros de impostos diferidos ativos transferidos do ex-Banif, conforme descrito na Nota 1.4.

	30-06-2015			Saldos em 30-06-2015
	Saldos em 31-12-2014	Outro rendimento integral	Resultados	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos	230.321	-	(5.026)	225.295
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(1.958)	-	140	(1.818)
Reavaliação de ativos tangíveis	(3.505)	-	122	(3.383)
Pensões:				
Reformas antecipadas	31.989	-	(3.843)	28.146
Pensões de reforma e desvios actuariais	120.819	-	(9.445)	111.374
Transferência de responsabilidades com pensões para a segurança social	5.140	-	(151)	4.989
Prémio de antiguidade	10.571	-	152	10.723
Operações de titularização:				
Prémio/desconto em dívida emitida	(214)	-	14	(200)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(4.360)	-	(8)	(4.368)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(20.414)	-	(1.007)	(21.421)
Prejuízos fiscais reportáveis	25.957	-	(5.295)	20.662
Valorizações e ajustamentos temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	468	-	(521)	(53)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(6.346)	3.199	-	(3.147)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(74.436)	31.525	-	(42.911)
Diferimento de comissões	1.424	-	83	1.507
Valias fiscais não contabilísticas	(1.226)	-	(309)	(1.535)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(392)	-	-	(392)
Plano de incentivos de longo prazo	1.929	-	85	2.014
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	883	-	-	883
Outros	(1)	1	-	-
	<u>316.649</u>	<u>34.725</u>	<u>(25.009)</u>	<u>326.365</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a aferição da realização dos ativos por impostos diferidos, nomeadamente dos associados a prejuízos fiscais reportáveis, foi efetuada através do último *Business Plan* aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, o qual contemplava um período de 3 anos. De acordo com aquele *Business Plan* os ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis do Banco seriam recuperados nos próximos 2 anos, o que se veio a concretizar em 2015.

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2015, o Banco passou em 2014 a apurar e a registar os ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 21% e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29%.

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2013, inclusive. Como resultado da inspeção ao ano de 2013, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC relativa a tributação autónoma e a diversas correções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios atuariais, ajustamentos ao nível das reformas antecipadas e ajustamentos relativos às utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correções são meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objeto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 23).

Em 2015 o Banco aplicou o regime de neutralidade fiscal ao resultado apurado na compra de parte significativa da atividade do ex-Banif. É convicção do Conselho de Administração do Banco que o requerimento efetuado ao Ministro das Finanças será despachado favoravelmente (Nota 1.4), sendo que em qualquer caso o Conselho de Administração tem igualmente a convicção que o resultado em causa não é sujeito a tributação nos termos do Código do IRC.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)18. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2016	31-12-2015
Outras disponibilidades	421	311
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	9.385	7.484
Contas caução	818	823
Outras aplicações	480	480
IVA a recuperar	4.916	4.024
Devedores por bonificações a receber	10.396	12.385
Outros devedores	47.556	39.001
Devedores e outras aplicações - capital e juro vencido	8.848	6.683
Devedores por capital não realizado	38	38
Contratos de suprimentos		
Fafer - Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A.	364	364
Gestínsua - Aquisições e alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Propaço - Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda	2.465	2.465
Outros suprimentos do ex-Banif	25.144	-
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.102	3.062
Promessas em dação, arrematações e outros ativos em dação em pagamento	43.689	42.479
Rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido	27.478	36.794
Outros rendimentos a receber - titularização	2.636	2.982
Despesas com encargo diferido	2.351	3.293
Responsabilidades com pensões		
Responsabilidades totais	-	(1.069.479)
Valor patrimonial do fundo de pensões	-	1.071.360
Desvios actuariais incluídos no corredor	-	(96)
Operações fora de bolsa a regularizar	200.381	-
Operações ativas a regularizar	277.856	171.506
Outros ativos	1.885	19.827
	<u>670.335</u>	<u>355.912</u>
Perdas por imparidade (Nota 23)		
Devedores e outras aplicações		
Devedores e outras aplicações	(5.960)	(5.909)
Devedores, contas de regularização e outros ativos		
Activos recebidos em dação em pagamento	(9.944)	(9.725)
Suprimentos	(19.686)	(2.398)
Outros ativos e contas de regularização	(62.601)	(58.810)
	<u>(98.191)</u>	<u>(76.842)</u>
	<u>572.144</u>	<u>279.070</u>

A rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à atividade de “trading” de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica “Outros passivos – Credores e outros recursos - Credores por operações sobre futuros” (Nota 26).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores e outras aplicações – capital vencido” incluía 6.311 m.euros e 6.157 m.euros, respetivamente, relativos a rendas vencidas de imóveis arrendados pelo Fundo Novimovest.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Rendimentos a receber” incluía maioritariamente comissões a receber de seguradoras pela comercialização dos seus seguros (Nota 44).

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Outros rendimentos a receber - Titularização” refere-se ao valor de juros a receber dos “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e os veículos de titularização (Nota 46). O valor de juros a pagar relativo a estas operações encontra-se registado na rubrica “Outros passivos – Encargos a pagar – Relativos a Swap agreements” (Nota 26).

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Outros” inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	30-06-2016		31-12-2015	
	Outros ativos	Outros passivos (Nota 26)	Outros ativos	Outros passivos (Nota 26)
Juros a receber de swaps contratados com entidades do sector público português (Nota 50)	434.348	-	341.894	-
Cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar	-	(11.126)	(74.553)	(216)
Valores a receber / (pagar)		(32.394)	10.666	-
Transferências no âmbito do SEPA	(136.293)	-	(62.355)	-
Saldos a regularizar em ATM's	(64.840)	(10.757)	(46.945)	-
Outros	44.641	(45.103)	2.799	(1.258)
	<u>277.856</u>	<u>(99.380)</u>	<u>171.506</u>	<u>(1.474)</u>

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2016	31-12-2015
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos	2.446.000	4.946.002
Juros a Pagar	-	2.207
Recursos de Outros Bancos Centrais		
Depósitos	4.427	4.470
	<u>2.450.427</u>	<u>4.952.679</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Recursos obtidos junto do Banco Central Europeu” incluía 819.639 m.euros assumidos pelo Banco no âmbito da aplicação da medida de resolução ao Banif.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)20. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Depósitos	134.627	172.731
Empréstimos	1.150	2.349
Outros recursos	-	20.082
Juros a pagar	<u>21</u>	<u>29</u>
	<u>135.798</u>	<u>195.191</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Recursos consignados	699.333	675.909
Recursos a muito curto prazo	942	947
Depósitos	183.197	487.926
Operações de venda com acordo de recompra	2.105.269	2.183.614
Juros a pagar	<u>30</u>	<u>1.642</u>
	<u>2.988.771</u>	<u>3.350.038</u>
	<u>3.124.569</u>	<u>3.545.229</u>

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de venda com acordo de recompra:

Tipo de subjacente	<u>30-06-2016</u>			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferidos	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.438.598	(103)	-	1.438.495
Divida não subordinada	292.861	45	(4)	292.902
Obrigações emitidas por não residentes	<u>373.586</u>	<u>285</u>	<u>-</u>	<u>373.871</u>
	<u>2.105.045</u>	<u>227</u>	<u>(4)</u>	<u>2.105.269</u>
Tipo de subjacente	<u>31-12-2015</u>			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferidos	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.207.074	215	(158)	1.207.131
Divida não subordinada	292.031	50	(17)	292.064
Obrigações emitidas por não residentes	41.428	(37)	12	41.403
Operações de venda com acordo de recompra - provenientes do ex-Banif	<u>643.016</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>643.016</u>
	<u>2.183.549</u>	<u>228</u>	<u>(163)</u>	<u>2.183.614</u>

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos” incluía 600.000 m.euros, relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” incluía 750.189 m.euros relativos a passivos assumidos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Depósitos a prazo	13.853.877	14.431.359
Depósitos à ordem	9.993.318	8.636.032
Outros recursos de clientes	4.350.503	3.798.996
Depósitos de Poupança	95.379	76.759
Depósitos com pré-aviso	22.713	19.190
	<u>28.315.790</u>	<u>26.962.336</u>
Juros e custos a pagar	81.658	120.614
Cheques e ordens a pagar	51.218	48.729
Despesas com encargo diferido	(786)	(945)
Corecções de valor por operações de cobertura	(959)	(4.421)
	<u>131.131</u>	<u>163.977</u>
	<u>28.446.921</u>	<u>27.126.313</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" incluía 4.180.600 m.euros relativos a passivos assumidos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.950.000	6.785.000
Readquiridas	(4.450.000)	(4.285.000)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	4.650	14.410
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	5.183.014	5.660.994
Readquiridas	(3.298.403)	(3.401.765)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(593)	(257)
Obrigações de caixa		
Emitidas	192.378	193.056
Readquiridas	(10.780)	(10.780)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	3.060	2.749
	<u>4.573.326</u>	<u>4.958.407</u>
Outros		
Programa EMTN	-	32.300
Readquiridas	-	(1.250)
Juros a pagar	-	2
	<u>-</u>	<u>31.052</u>
Certificados de depósito	51.409	52.392
Juros a pagar	766	796
	<u>52.175</u>	<u>53.188</u>
Correções de valor por operações de cobertura	492	798
	<u>4.625.993</u>	<u>5.043.445</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" incluía 1.653.875 m.euros relativos a passivos assumidos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif, dos quais 1.435.413 m.euros relativos a obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização e 52.392 m.euros relativos a certificados de depósito.

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Entre maio de 2008 e junho de 2016, o BST procedeu a dezassete emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa "€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme". Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Crédito a clientes (Nota 10)	8.086.111	7.669.850
Juros de crédito	6.869	6.914
Comissões	(37.865)	(34.141)
Despesas com encargo diferido	6.033	6.625
	-----	-----
	<u>8.061.148</u>	<u>7.649.248</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As obrigações hipotecárias transferidas do ex-Banif, no montante de 285.000 m.euros, encontravam-se totalmente readquiridas na data da resolução. Em 27 de janeiro de 2016 o Banco amortizou antecipadamente as referidas emissões, seguidas do cancelamento antecipado do respetivo programa.

O movimento ocorrido nas obrigações hipotecárias e de caixa e outra dívida emitida pelo Banco durante o primeiro semestre de 2016 e o exercício de 2015 foi o seguinte:

	Certificados de depósito	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
		Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	6.273.608	(4.355.021)	32.300	(1.250)
. Emissões do ex-Banif	52.392	452.867	-	-	-
. Emissões efetuadas	-	1.500.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	-	(1.248.483)	1.096.038	-	-
. Emissões readquiridas	-	-	(1.036.797)	-	-
. Variação cambial	-	64	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	52.392	6.978.056	(4.295.780)	32.300	(1.250)
. Emissões efetuadas	-	1.200.000	(1.200.000)	-	-
. Emissões reembolsadas	-	(1.035.000)	1.035.000	(32.300)	1.250
. Variação cambial	(983)	(678)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016	51.409	7.142.378	(4.460.780)	-	-

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do seu programa de European Medium Term Notes (EMTN) no montante de 32.300 m.euros.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2016 e o exercício de 2015 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações em circulação	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.140.550	(1.137.116)
. Transferidas do ex- Banif	3.674.999	(2.239.586)
. Reembolsadas	(154.555)	86.204
. Readquiridas		
. Hipototta 4 - Classe A	-	(15.132)
. Hipototta 5 - Classe A2	-	(96.135)
	-	(111.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.660.994	(3.401.765)
. Reembolsadas	(477.980)	174.746
. Readquiridas		
. Hipototta 4 - Classe A	-	(7.158)
. Atlantes Mortgage PLC serie 3 - A	-	(63.226)
. Azor Mortgage PLC classe A	-	(1.000)
	-	(71.384)
Saldos em 30 de junho de 2016	5.183.014	(3.298.403)

No primeiro semestre de 2016 e 2015 o Banco readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização, tendo registado mais-valias de 8.678 m.euros e 4.489 m.euros, respetivamente (Nota 39).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

23. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	31-12-2015	30-06-2016			30-06-2016
		Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para contingências fiscais	12.063	600	-	-	12.663
Provisões para pensões e outros encargos	99.444	435	-	(20.469)	79.410
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	11.187	630	(1.158)	-	10.659
Outras provisões	200.396	15.882	(15.440)	(53.185)	147.653
	323.090	17.547	(16.598)	(73.654)	250.385

	31-12-2014	30-06-2015			30-06-2015
		Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para contingências fiscais	4.167	984	-	-	5.151
Provisões para pensões e outros encargos	28.185	444	-	(4.212)	24.417
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	11.554	2.222	(1.484)	-	12.292
Outras provisões	28.082	14.651	(4.037)	(9.880)	28.816
	71.988	18.301	(5.521)	(14.092)	70.676

	31-12-2015	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade			30-06-2015	Recuperações de imparidade
			Utilizações	Outros			
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10):							
Crédito interno	1.061.142	72.112	(44.328)	(36.726)	-	1.052.200	
Crédito ao exterior	2.420	-	-	-	-	2.420	
Créditos titularizados não desreconhecidos	9.382	136	(120)	-	-	9.398	
Outros créditos e valores a receber titulados	5.891	41	-	-	-	5.932	
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 10):							
Crédito interno	984.626	64.840	(44.772)	(183.949)	(3.181)	817.564	
Crédito ao exterior	90.169	505	(4.470)	(2.767)	-	83.437	
Créditos titularizados não desreconhecidos	190.746	3.187	(3.458)	(730)	(135)	189.610	
Outros créditos e valores a receber titulados	1.110	-	(1.090)	-	-	20	
	2.345.486	140.821	(98.238)	(224.172)	(3.316)	2.160.581	
Imparidade de outros ativos financeiros:							
Imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	82.161	13.497	(11.308)	(12.722)	-	71.628	
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 16)	1.500	-	-	-	-	1.500	
	63.443	13.497	(11.308)	(12.722)	-	73.128	
Imparidade em ativos não financeiros:							
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 13)	120.839	10.600	(1.977)	(8.479)	-	120.983	
Ativos tangíveis (Nota 15)	3.863	36	-	-	-	3.899	
Outros ativos (Nota 18)	76.482	5.519	(5.230)	(1.160)	22.580	98.191	
	151.997	16.155	(7.207)	(9.639)	22.580	223.073	
	1.377.058	170.473	(116.753)	(246.533)	19.264	2.456.782	

	31-12-2014	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade			30-06-2015	Recuperações de imparidade
			Utilizações				
Imparidade para crédito a clientes:							
Crédito interno	229.543	31.326	(36.158)	-	224.711	-	
Crédito ao exterior	1.101	-	(307)	-	794	-	
Créditos titularizados não desreconhecidos	10.644	217	(452)	-	10.409	-	
Outros créditos e valores a receber titulados	7.227	-	(3.408)	-	3.819	-	
Imparidade para crédito e juros vencidos:							
Crédito interno	861.754	103.411	(52.178)	(4.041)	908.946	(1.460)	
Crédito ao exterior	19.223	1.333	(2.300)	(5)	18.251	(1)	
Créditos titularizados não desreconhecidos	30.107	5.185	(3.543)	(1.323)	30.426	-	
Outros créditos e valores a receber titulados	2.019	1.266	-	-	3.285	-	
	1.161.618	142.738	(98.346)	(5.369)	1.200.641	(1.461)	
Imparidade de outros ativos financeiros:							
Imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda	61.943	4.541	(4.082)	(569)	61.833	-	
Imparidade em investimentos em associadas	1.500	-	-	-	1.500	-	
	63.443	4.541	(4.082)	(569)	63.333	-	
Imparidade em ativos não financeiros:							
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 13)	123.846	16.374	(4.709)	(11.828)	123.683	-	
Ativos tangíveis (Nota 15)	3.863	-	-	-	3.863	-	
Outros ativos	24.288	11.090	(12.988)	(2)	22.388	-	
	151.997	27.464	(17.697)	(11.830)	149.934	-	
	1.377.058	174.743	(120.125)	(17.768)	1.413.908	(1.461)	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Planos de reestruturação	58.299	78.768
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 47)	21.111	20.676
	-----	-----
	79.410	99.444
	=====	=====

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outras provisões" incluía:

- Provisões para contingências diversas associadas à integração do ex-Banif no montante de 107.822 m.euros (Nota 1.4);
- Provisões para processos judiciais na sequência de ações interpostas por clientes e colaboradores do Banco nos montantes de 15.439 m.euros e 20.434 m.euros, respetivamente. A perda esperada por processo é apurada pela área jurídica do Banco com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento; e
- Outras provisões que se destinavam, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Banco	69.314	69.309
	=====	=====

25. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
	-----	-----
	288.540	288.540
Títulos readquiridos	(284.265)	(284.265)
Juros a pagar	24	27
	-----	-----
	4.299	4.302
	=====	=====

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	9.385	7.484
Recursos diversos		
Recursos conta activa	62.198	53.475
Recursos conta caução	1.714	924
Outros recursos	1.507	1.529
Sector público administrativo		
IVA a pagar	2.331	3.629
Retenção de impostos na fonte	20.147	25.524
Contribuições para a Segurança Social	4.993	5.272
Outros	531	593
Cobrança por conta de terceiros		454
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.681	1.535
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	31.634	33.324
Credores por fornecimentos de bens	9.784	5.525
Outros credores	35.837	40.953
Encargos a pagar		
Relativos a "Swap Agreements" (Nota 18)	2.815	3.419
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	42.005	42.890
Férias e subsidio de férias	26.383	33.988
Outras remunerações variáveis	21.888	28.523
Subsidio de natal	7.842	-
Outros custos com pessoal	1.528	631
Gastos gerais administrativos	62.563	37.564
Custos de integração do ex-Banif (Notas 1.4)	15.818	53.000
Outros	15.214	5.035
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 45)		
Responsabilidades totais do BST	893.652	-
Valor patrimonial do fundo de pensões do BST	(893.089)	-
Responsabilidades totais da sucursal de Londres	49.575	-
Valor patrimonial do fundo de pensões da sucursal de Londres	(38.244)	-
Responsabilidades totais do ex- Banif	118.021	-
Valor patrimonial do fundo de pensões ex-Banif	(117.138)	-
Outras receitas com rendimento diferido	3.149	3.177
Valores a regularizar com clientes e bancos		
Operações passivas a regularizar	3.247	9.380
Outros (Nota 18)	99.380	1.474
	<u>496.351</u>	<u>399.302</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)27. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social do Banco estava representado por 1.256.723.284 ações e 956.723.284 ações, respetivamente, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	30-06-2016		
	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.241.179.513	98,76%	1.241.180
Taxagest, SGPS, S.A. (ações próprias)	14.593.315	1,16%	14.593
Ações próprias	290.435	0,02%	290
Outros	660.021	0,05%	660
	<u>1.256.723.284</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.256.723</u>

	31-12-2015		
	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	941.226.328	98,38%	941.227
Taxagest, SGPS, S.A. (ações próprias)	14.593.315	1,53%	14.593
Ações próprias	290.435	0,03%	290
Outros	613.206	0,06%	613
	<u>956.723.284</u>	<u>100%</u>	<u>956.723</u>

Em 23 de março de 2016 e 30 de dezembro de 2015, o Banco realizou aumentos de capital, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações em cada uma das datas.

No exercício de 2015, o Banco procedeu à aquisição de 19.191 ações próprias, pelos montantes de 117 m.euros.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a 193.390 m.euros, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo acionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

No primeiro semestre de 2016 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 178.287 m.euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,1419 euros por ação.

Em 2015 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 65.714 m.euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,1001 euros por ação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	29.177	178.283
De investimentos detidos até à maturidade (Nota 11)	(8.417)	-
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalencia patrimonial	8.262	8.262
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(10.553)	(456)
Ganhos e perdas atuariais (Nota 45)		
Fundo de Pensões do BST	(655.812)	(639.140)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do BST	(15.203)	(8.397)
Ganhos e perdas atuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(975)	(975)
Reservas de flutuação cambial	251	2.566
Reservas reavaliação legais	23.245	23.245
	<u>(630.025)</u>	<u>(436.612)</u>
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De ativos financeiros disponíveis para venda	(8.461)	(51.701)
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalencia patrimonial	(2.394)	(2.394)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	3.060	132
Impacto fiscal dos desvios atuariais	171.745	171.745
Impacto fiscal por alterações de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	285	285
Relativas à reavaliação de ativos tangíveis	(3.311)	(3.505)
Relativas à reavaliação de ativos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	4	4
	<u>160.928</u>	<u>114.566</u>
	<u>(469.097)</u>	<u>(322.046)</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na rubrica “Reservas por impostos diferidos – Por desvios atuariais e financeiros” foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	177.625

Impacto fiscal resultante dos desvios atuariais e financeiros apurados no ano	(5.880)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	171.745
	=====

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98 de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 m.euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Reserva legal	311.098	259.554
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	238.480	203.626
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	9.308	44.283
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação do TottalFIC	90.520	90.520
Outras reservas	1.079	264
Resultados transitados	725.910	428.624
	<u>1.953.134</u>	<u>1.603.610</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)28. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

No primeiro semestre de 2016 e 2015, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	30-06-2016		30-06-2015	
	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do semestre do BST (atividade individual)	175.442	175.442	86.193	86.193
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Totta Ireland, Plc.	12.234	12.234	10.377	10.377
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	4.205	3.317	(119)	(93)
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	10.386	2.233	6.810	1.464
Gama STC	2.125	2.125	-	-
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	425	425	1.101	1.101
Banif International Bank, LTD	218	218	-	-
Totta & Açores, Inc. - Newark	(753)	(753)	(4)	(4)
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	(623)	(623)	(22)	(22)
Atlantes Mortgage 1	(584)	(584)	-	-
BST International Bank, Inc. (BSTI)	-	-	12.848	12.848
Partang, SGPS, S.A.	-	-	17.277	8.466
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	-	-	33.756	8.436
Totta & Açores, Financing, Ltd	-	-	6.216	6.216
Santander Multiobrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de	-	-	(2.167)	(1.398)
Serfin International Bank & Trust	-	-	118	118
Taxagest, S.A.	1	1	17	17
	<u>27.636</u>	<u>18.594</u>	<u>86.208</u>	<u>47.526</u>
Ajustamentos aos resultados consolidados				
.Anulação de dividendos intragrupo recebidos:				
Totta Ireland, Plc.		(10.020)		(13.800)
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(5.573)		(1.436)
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.		-		(8.601)
		<u>(15.593)</u>		<u>(23.837)</u>
.Anulação da valorização por equivalência patrimonial pela Partang da participação no BCGTA		-		1.173
.Ajustamentos relacionados com operações de titularização		5.759		138
.Dissolução do BSTI		8.806		-
.Dissolução da Totta & Açores, Inc.		93		-
.Dissolução da Santander Gestão de Ativos		-		(8.370)
.Outros		(298)		(171)
Resultado consolidado do período		<u>192.804</u>		<u>102.652</u>

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	30-06-2016	30-06-2015
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do BST	192.804	102.652
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	1.113.316.691	656.723.284
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	14.883.750	14.864.617
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.098.432.941	641.858.667
Resultado por ação básico atribuível aos accionistas do BST (em euros)	0,18	0,16

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

29. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

No primeiro semestre de 2016 e no exercício de 2015, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	Balança		Demonstração dos Resultados	
	30-06-2016	31-12-2015	30-06-2016	30-06-2015
Ações preferenciais BSTI	-	330.670	-	-
Dividendos antecipados	-	(10.027)	-	-
TAXAGEST	557	557	-	-
Outros	113	115	-	-
	670	321.315	-	-

Em 30 de junho de 2006, o BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 ações preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas ações, o BST Porto Rico garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Diretores do BST Porto Rico no início de janeiro de cada ano. No primeiro semestre de 2016 o BST Porto Rico procedeu ao reembolso integral das ações preferenciais.

Em 29 de junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 ações preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas ações, o TAF garantia um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Diretores do TAF no início de janeiro de cada ano. O TAF podia proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 30 de junho de 2015 ao preço de 1.000 euros por ação, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado. Em 30 de dezembro de 2015, o TAF procedeu ao reembolso integral das ações preferenciais.

30. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.389.806	1.460.948
Créditos documentários abertos	250.742	255.497
Outros passivos eventuais	6	6
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	142.884	142.884
Fundo de garantia de depósitos	66.162	68.251
Sistema de indemnização aos investidores	6.603	5.803
Ativos dados em garantia (ex-Banif)	-	1.402.875
	<u>1 856 203</u>	<u>3 336 264</u>
Compromissos perante terceiros		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.434.583	4.599.351
Irrevogáveis	518.695	658.346
Fundo de Garantia de Depósitos	63.655	63.655
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.133	4.891
Outros compromissos revogáveis	89.911	106.202
Facilidades de descobertos em conta	65.659	88.274
	<u>5 177 636</u>	<u>5 520 719</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	21.629.244	20.975.056
Valores recebidos para cobrança	207.340	207.034
Outros valores	5	5
Outros	396	398
	<u>21 836 985</u>	<u>21 182 493</u>

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 63.655 m.euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. No primeiro semestre de 2016 e 2015, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 12 m.euros e 728 m.euros, respetivamente (Nota 40).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estas responsabilidades ascendiam a 5.133 m.euros e 4.891 m.euros, respetivamente.

31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	27	33
Sobre instituições de crédito no estrangeiro	6	28
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no país	1.647	1.967
Em instituições de crédito no estrangeiro	14.241	19.044
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	270.022	249.091
Crédito ao exterior	6.828	6.111
Outros créditos e valores a receber (titulados)	45.036	29.388
Ativos titularizados não desreconhecidos	41.899	11.654
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	19.716	17.089
Juros de crédito vencido	5.808	4.923
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros		
Ativos financeiros detidos para negociação	1.193	1.866
Ativos financeiros disponíveis para venda	74.917	85.129
Investimentos detidos até á maturidade	5.183	-
Derivados de cobertura	77.994	100.451
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	9.144	13.141
Outros	912	883
	<u>574.573</u>	<u>540.798</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)32. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Juros de recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Portugal	3.870	1.585
Juros de recursos de outras Instituições de Crédito		
No país	2.321	130
No estrangeiro	4.254	12.067
Depósitos de Clientes		
Depósitos		
De residentes	65.677	117.445
De não residentes	3.521	6.518
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Certificados de depósito	714	-
Obrigações	29.763	33.086
Outras responsabilidades representadas por títulos	70	105
Juros de passivos subordinados		
Empréstimos subordinados	36	41
Juros de derivados de cobertura	75.767	71.877
Swap agreements	12.334	15.316
Comissões pagas associadas ao custo amortizado		
Crédito a Clientes	5	12
Responsabilidades representadas por títulos	5.476	10
Passivos subordinados	45	45
Outras Operações	738	-
	<u>204.591</u>	<u>258.237</u>

33. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	1.090
BANIF Property	280	-
Unicampos	43	43
Outros	7	1
	<u>330</u>	<u>1.134</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)34. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	9.348	7.053
Créditos documentários abertos	2.005	1.631
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros		
Irrevogáveis	201	984
Revogáveis	178	658
Por serviços bancários prestados		
Depósito e guarda de valores	2.319	2.617
Cobrança e administração de valores	6.252	4.119
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	8.933	10.383
Transferência de valores	592	671
Por transações de cartões	33.475	30.613
Anuidades	10.173	7.633
Operações de crédito	17.963	16.313
Outros serviços prestados	1.574	56
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	9.203	12.246
Outras	83	118
Outras comissões recebidas		
Seguradoras (Nota 44)	44.290	44.854
Depósitos à Ordem	15.318	13.569
Cheques	3.948	4.139
Outras	24.473	7.150
	<u>190.328</u>	<u>164.807</u>

35. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	754	-
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	1.560	777
Transações de clientes	21.090	15.786
Operações de crédito	5.117	6.839
Outros serviços prestados	2.605	4.405
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Títulos	841	795
Outras	760	525
Outras comissões pagas	281	376
	<u>33.008</u>	<u>29.503</u>

36. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida	-	(1.698)
Instrumentos de capital	41	35
Instrumentos derivados :		
"Swaps":		
. Contratos de taxa de câmbio	(344)	(58)
. Contratos de taxa de juro	(34.221)	(5.282)
. Contratos sobre cotações	347	31
. Outros	1	(279)
Futuros		
. Contratos sobre cotações	-	19
Opções :		
. Contratos de taxa de câmbio	183	101
. Contratos sobre cotações	(18)	-
. Outros	1	9
Contratos de garantia de taxa de juro	401	16
Outros	125	-
	<u>(33.484)</u>	<u>(7.106)</u>
Derivados de cobertura :		
"Swaps":		
. Contratos de taxa de juro	(29.768)	24.166
. Contratos sobre cotações	3.880	(826)
Opções "Autocallable"	618	(1.722)
Correcções de valor de ativos e passivos objecto de cobertura	25.235	(21.425)
	<u>(35)</u>	<u>193</u>
	<u>(33.519)</u>	<u>(6.913)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)37. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2016			30-06-2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
Dívida pública nacional	83.590	(1.721)	81.869	17.776	-	17.776
De outros residentes	-	-	-	2.780	-	2.780
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	8.180	(8)	8.172	47	-	47
Valorizados ao custo histórico	478	-	478	14	(30)	(16)
	<u>92.248</u>	<u>(1.729)</u>	<u>90.519</u>	<u>20.617</u>	<u>(30)</u>	<u>20.587</u>

No primeiro semestre de 2016 e 2015, os ganhos registados na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro portuguesas.

38. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2016	30-06-2015
Ganhos na reavaliação da posição cambial	181.061	72.940
Ganhos cambiais em investimentos em entidades estrangeiras	1.717	-
Perdas na reavaliação da posição cambial	(178.376)	(68.321)
	<u>4.402</u>	<u>4.619</u>

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2016	30-06-2015
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	12.658	56
Ganhos na recompra pelo Banco de obrigações emitidas em operações de titularização (Nota 22)	8.678	4.489
Ganhos em ativos não correntes detidos para venda	4.162	3.075
Ganhos em outros ativos tangíveis	2.271	2.532
Outros ganhos em operações financeiras	19	774
	<u>27.788</u>	<u>10.926</u>
Perdas em outros ativos tangíveis	(936)	(2.990)
Perdas na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	(131)	-
Perdas em ativos não correntes detidos para venda	(272)	(690)
Outras perdas em operações financeiras	(60)	(85)
	<u>(1.399)</u>	<u>(3.765)</u>
	<u>26.389</u>	<u>7.161</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)40. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Rendimentos e receitas operacionais		
Rendas auferidas	9.097	9.325
Mais valias não realizadas em propriedades de investimento	4.637	6.801
Reembolso de despesas	4.033	1.214
Rendimentos da prestação de serviços diversos	4.408	2.052
Aluguer de terminais de pagamento automático	7.363	6.938
Outros	<u>2.576</u>	<u>1.226</u>
	<u>32.114</u>	<u>27.556</u>
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(3.220)	(3.095)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(12)	(728)
Contribuições para o fundo de resolução	(15.090)	(2.357)
Menos valias não realizadas em propriedades de investimento	(5.792)	(8.610)
Encargos com transações realizadas por clientes	(2.173)	(3.272)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(5.183)	(5.222)
Outros encargos e gastos operacionais	(4.572)	(1.293)
Outros impostos		
Impostos indirectos	(654)	(598)
Impostos directos	(847)	(764)
	<u>(37.543)</u>	<u>(25.939)</u>
	<u>(5.429)</u>	<u>1.617</u>

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica "Rendas auferidas" inclui os montantes de 8.967 m.euros e 9.180 m.euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest.

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução. A contribuição periódica do BST do ano de 2016 e 2015 ascendeu a 2.850 m.euros e 2.357 m.euros, respetivamente.

No âmbito do mecanismo único de Resolução estas contribuições serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014.

O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Em dezembro de 2015 o Banco pagou uma contribuição adicional para o Fundo de Resolução no montante de 13.318 m.euros, conforme carta recebida do Banco de Portugal em novembro de 2015. No primeiro semestre de 2016 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para o ano de 2016, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 14.400 m.euros e o compromisso irrevogável em numerário ascendeu a 2.160 m.euros.

41. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização (Nota 47)	2.309	1.786
Empregados	110.478	92.026
Plano de ações (Nota 48)	342	310
Outras remunerações variáveis	16.217	12.370
	<u>129.346</u>	<u>106.492</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	30.912	25.393
Fundos de pensões (Nota 45)	2.168	1.179
Outros encargos sociais obrigatórios	689	398
	<u>33.769</u>	<u>26.970</u>
Outros custos com pessoal		
Plano complementar de reforma (Nota 45)	291	291
Transferências de pessoal	255	339
Outros	2.421	1.982
	<u>2.967</u>	<u>2.612</u>
	<u>166.082</u>	<u>136.074</u>

Nos primeiros semestres de 2016 e 2015 o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para esse efeito (Nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)42. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Serviços externos :		
Serviços especializados	40.459	24.275
Manutenção de software e equipamento informático	19.521	21.670
Rendas e alugueres	8.667	4.754
Comunicações	7.977	5.564
Publicidade e edição de publicações	6.111	5.386
Deslocações, estadas e representações	2.586	2.301
Conservação e reparação	1.917	1.950
Transportes	1.807	1.221
Seguros	1.143	584
Formação de pessoal	1.034	847
Outros serviços de terceiros	3.586	2.510
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	4.603	3.801
Material de consumo corrente	1.092	867
Outros fornecimentos	124	134
	<u>100.627</u>	<u>75.864</u>

43. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Partang, SGPS, S.A.	-	8.923
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	2.233	28
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(223)	-
	<u>2.010</u>	<u>8.951</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Partang SGPS, S.A. era participada pelo Banco em 49% que por sua vez detinha 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.. Em maio de 2015, o Banco exerceu a opção de venda que detinha sobre a CGD relativamente à sua participação financeira na Partang.

44. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões faturadas pela comercialização de seguros de vida e de não vida, tal como segue:

	<u>30-06-2016</u>			<u>30-06-2015</u>		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
			(Nota 34)			(Nota 34)
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	26.002	-	26.002	38.706	124	38.830
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	13.360	-	13.360	-	-	-
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	664	664	-	-	-
Liberty Seguros	-	-	4.264	-	5.607	5.607
Outros	-	-	-	-	417	417
	<u>39.362</u>	<u>664</u>	<u>44.290</u>	<u>38.706</u>	<u>6.148</u>	<u>44.854</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Outros ativos – Proveitos a receber – De outros serviços prestados” (Nota 18) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	11.895	12.975
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	3.022	6.756
Aegon Santander Portugal Não Vida - – Companhia de Seguros, S.A.	93	238
Outras	4.331	1.003
	-----	-----
	19.341	20.972
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não faturadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o segundo trimestres de 2016 e último trimestre de 2015, respetivamente.

45. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método “Projected Unit Credit”.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de junho de 2016 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	304.519	303.523	308.223	282.028	251.252
. Pensionistas	28.439	26.928	26.343	22.891	21.002
. Reformados e reformados antecipadamente	402.554	399.942	415.679	399.434	388.656
	735.512	730.393	750.245	704.353	660.910
- Cuidados de saúde (SAMS)	152.268	151.544	151.903	137.970	129.267
- Subsídio por morte	5.872	5.759	5.543	4.562	4.331
	893.652	887.696	907.691	846.885	794.508
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	893.089	914.204	910.580	840.543	784.937
Valor financiado em excesso / (não financiado)	(563)	26.508	2.889	(6.342)	(9.571)
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	-	-	37.912	42.565	73.518
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(6.986)	(9.857)	6.580	(1.775)	(25.383)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(9.686)	(17.675)	1.111	(3.115)	(15.796)
	(16.672)	(27.532)	7.691	(4.890)	(41.179)
	(16.672)	(27.532)	45.603	37.675	32.339

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a 456.111 m.euros.

O valor das responsabilidades a transferir, calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos atuariais e financeiros atualizados, por si adotados, ascendia a 435.260 m.euros. A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro (456.111 m.euros) e os adotados pelo Banco (435.260 m.euros), no montante de 20.851 m.euros, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à sua transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Ativos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou 1.186.387 m.euros, dos quais 435.260 m.euros correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram os seguintes:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	2,50%	2,50%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento salarial para 2016	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento salarial após 2017	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões para 2016	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2017	0,75%	0,75%
Taxa de inflação	0,75%	0,75%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no primeiro semestre de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do BST:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Responsabilidades no início do exercício	887.696	907.691
Custo dos serviços correntes	1.574	1.916
Custo dos juros	10.641	21.738
(Ganhos)/perdas atuariais	6.986	(9.857)
Reformas antecipadas	8.824	3.940
Valores pagos	(23.263)	(40.095)
Contribuições dos empregados	1.194	2.363
	-----	-----
Responsabilidades no fim do período	893.652	887.696
	=====	=====

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 e 2015, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 41):

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Custo dos serviços correntes	1.574	959
Custo dos juros	10.641	10.869
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(10.641)	(10.869)
	-----	-----
Plano de benefício definido	1.574	959
Plano de contribuição definida	434	26
Plano da Sucursal de Londres	160	194
	-----	-----
	2.168	1.179
	=====	=====

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no primeiro semestre de 2016 e no exercício de 2015 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	666.672

Ganhos atuariais com pensões gerados em 2015	(10.197)
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2015	(14.895)
Perdas atuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2015	340
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2015	(2.780)

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 27)	639.140
Perdas atuariais com pensões gerados em 2016	6.336
Perdas financeiras com pensões gerados em 2016	7.926
Perdas atuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2016	650
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2016	1.760

Saldo em 30 de junho de 2016 (Nota 27)	655.812
	=====

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o número de participantes do Fundo era como segue:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Empregados no ativo ⁽¹⁾	5.176	5.238
Pensionistas	1.092	1.052
Reformados e reformados antecipadamente	5.347	5.325
	-----	-----
	11.615	11.615
	=====	=====

(1) Dos quais 266 e 236 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respetivamente.

As principais alterações demográficas ocorridas no primeiro semestre de 2016 e no exercício de 2015 foram as seguintes:

	Ativos		Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido		
Número total em 31 de dezembro de 2014	<u>195</u>	<u>5.067</u>	<u>5.373</u>	<u>1.031</u>
Saídas:				
. De ativos	(14)	(24)	-	(10)
. Por mortalidade	-	(2)	(101)	(28)
Transferências	-	(43)	43	-
Entradas	<u>55</u>	<u>4</u>	<u>10</u>	<u>59</u>
Número total em 31 de dezembro de 2015	<u>236</u>	<u>5.002</u>	<u>5.325</u>	<u>1.052</u>
Saídas:				
. De ativos	(10)	(16)	-	(14)
. Por mortalidade	-	(8)	(53)	-
Transferências	-	(68)	68	-
Entradas	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>54</u>
Número total em 30 de junho de 2016	<u>266</u>	<u>4.910</u>	<u>5.347</u>	<u>1.092</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante o primeiro semestre de 2016 e no exercício 2015 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2014	910.580

Contribuições do Banco (monetárias)	1.943
Contribuições dos empregados	2.363
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	21.738
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	17.675
Valores pagos	(40.095)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2015	914.204

Contribuições dos empregados	1.194
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	10.641
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(9.687)
Valores pagos	(23.263)

Valor patrimonial em 30 de junho de 2016	893.089
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2016 e 2015 ascenderam a 0,21% e 4,33%, respetivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
<i>Commodities</i>	0% a 5%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	23.668	10.605
. Rating BBB	194.877	239.174
. Rating BB	126.914	97.990
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	74.444	46.689
Fundos de Investimento Imobiliário	186.712	196.957
Fundos de Investimento Mobiliário	154.944	180.399
Depósitos	19.815	27.385
Imóveis		
. Espaços comerciais	52.041	52.060
. Terrenos	862	862
Instrumentos de capital:		
. Ações portuguesas – cotadas	1.265	1.636
. Ações portuguesas – não cotadas	112	120
. Ações estrangeiras – cotadas	45.385	47.968
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	766	852
Outros	11.284	11.507
	-----	-----
	893.089	914.204
	=====	=====

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 49), foi como segue:

	<u>30-06-2016</u>				<u>31-12-2015</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Instrumentos de dívida	410.119	-	9.784	419.903	386.182	-	8.276	394.458
Fundos de Investimento	161.188	-	180.468	341.656	153.618	-	223.738	377.356
Instrumentos de capital	46.650	-	112	46.762	49.604	-	120	49.724
Instrumentos financeiros derivados	766	-	-	766	852	-	-	852
Imóveis	-	-	52.903	52.903	-	-	52.922	52.922
	<u>618.723</u>	<u>-</u>	<u>243.267</u>	<u>861.990</u>	<u>590.256</u>	<u>-</u>	<u>285.056</u>	<u>875.312</u>

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Imóveis arrendados	15.726	15.726
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	160.677	190.563
	-----	-----
	176.403	206.289
	=====	=====

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 m.euros. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 e 2015 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 291 m.euros (Nota 41).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, estavam abrangidos por este plano 107.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,70%	3,80%
Taxa de crescimento salarial	3,10%	3,40%
Taxa de crescimento das pensões	1,80%	2,00%
Taxa de inflação	2,10%	2,40%

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	49.575	44.559
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	38.244	40.125
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(11.331)	(4.434)
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no primeiro semestre de 2016 e no exercício de 2015, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2014	42.855

Custo dos serviços correntes	202
Custo dos juros	1.627
Ganhos atuariais	(1.892)
Valores pagos	(857)
Variações cambiais	2.624

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2015	44.559

Custo dos serviços correntes	86
Custo dos juros	742
Perdas atuariais	4.570
Valores pagos	(382)

Responsabilidades em 30 de junho de 2016	49.575
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante o primeiro semestre de 2016 e o exercício de 2015 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2014	38.223

Rendimento líquido do Fundo	305
Contribuição da Sucursal	113
Valores pagos	(857)
Variações cambiais	2.341

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2015	40.125

Rendimento líquido do Fundo:	
· Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	668
· Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(2.236)
Contribuição da Sucursal	69
Valores pagos	(382)

Valor patrimonial em 30 de junho de 2016	38.244
	=====

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 e 2015 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Custo dos serviços correntes	86	104
Custo dos juros	742	834
Rendimento dos ativos apurado com taxa igual à de desconto	(668)	(744)
	-----	-----
	160	194
	===	===

O movimento ocorrido nos desvios atuariais da Sucursal de Londres no primeiro semestre de 2016 e no exercício de 2015 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.867

Ganhos atuariais com pensões em 2015	(1.892)
Perdas financeiros com pensões em 2015	1.142
Variações cambiais	280

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 27)	8.397

Perdas atuariais com pensões em 2016	4.570
Perdas financeiros com pensões em 2016	2.236

Saldo em 30 de junho de 2016 (Nota 27)	15.203
	=====

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Instrumentos de dívida	32.979	34.374
Instrumentos de capital	5.180	5.667
Depósitos	85	84
	-----	-----
Valor do Fundo	38.244	40.125
	=====	=====

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Fundo de Pensões – ex-Banif

Na sequência da medida de resolução do Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o BST um conjunto de colaboradores do ex-Banif, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com 511 colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o BST a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida.

Os colaboradores do ex-Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

- a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% é efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício é alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras.
- b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS), com taxa de 6,5% e (iii) subsídio por morte, nos termos do ACTV.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O ex-Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

- c) Plano de pensões II – contribuição mensal do ex-Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do ex-Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial, afeta às respetivas contas individuais, foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.
- d) Plano de pensões III – contribuição mensal do ex-Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

O BST assumiu as responsabilidades do ex-Banif nos três planos de pensões, sendo o detalhe da população transferida apresentada de seguida:

	Sub- população Banif	Sub- população ex-BBCA	Total
Ativos	894	228	1.122
Reformados e pensionistas	90	193	283
Reformados antecipadamente	14	182	196
Ex-participantes com direitos adquiridos	-	32	32
Número total	<u>998</u>	<u>635</u>	<u>1.633</u>

Planos de pensões de contribuição definida - colaboradores abrangidos

Plano II	594
Plano III	313
Número total	<u>907</u>

A estimativa de responsabilidades por serviços passados, assumindo os pressupostos do BST, apresentava o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações ex-Banif e ex-BBCA):

	Responsabilidades			Total
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	
Ativos	32.982	5.104	104	38.190
Reformados	54.312	5.170	125	59.607
Pensionistas	4.695	670	-	5.365
Reformados antecipadamente	16.005	3.506	167	19.678
Ex-participantes com direitos adquiridos	4.213	-	-	4.213
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>112.207</u>	<u>14.450</u>	<u>396</u>	<u>127.053</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões transferido				117.138
Insuficiência de financiamento				<u>(9.915)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As responsabilidades por serviços passados relativas aos colaboradores do ex-Banif ascendem a 127.053 m.euros que se encontram reconhecidas da seguinte forma:

Outros passivos (Nota 26)	118.021
Provisões (Nota 23)	9.032

	127.053
	=====

A carteira do Fundo de Pensões do ex-Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	46.205	38,16%
Fundo mobiliário	49.094	40,54%
Fundo imobiliário	3.388	2,80%
Imóveis	18.885	15,60%
Instrumentos de capital	1.332	1,10%
Depósitos	1.314	1,09%
Outros	869	0,72%
	<u>121.087</u>	
Património a transferir	(3.949)	
	<u>117.138</u>	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do ex-Banif que não foram transferidos para o Banco.

46. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 23.250.000 m.euros. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à exceção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo BST ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 1, Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegator). O BST continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navegator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Em 30 de junho de 2016, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	111.675	A	A1	novembro de 2034	agosto de 2012	Euribor 3 meses + 0,27%	Euribor 3 meses + 0,54%
Classe B	32.500	7.201	A-	A3	novembro de 2034	agosto de 2012	Euribor 3 meses + 0,65%	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	14.300	3.173	A-	Baa1	novembro de 2034	agosto de 2012	Euribor 3 meses + 1,45%	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>122.049</u>						
Classe D	17.600	11.000			novembro de 2034	agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>133.049</u>						

Hipototta nº 4 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	731.247	A		dezembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	26.934	A		dezembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	84.055	CCC		dezembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>842.236</u>						
Classe D	14.000	14.000			dezembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>856.236</u>						

Hipototta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	0			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	670.944	A-	A1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A-	Baa1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BB+	Baa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB+	Ba3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	B3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>777.944</u>						
Classe F	10.000	7.779	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>785.723</u>						

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4 e as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respetivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização do ex-Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao ex-Banif, o BST adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos securitizados e obrigações emitidas.

As operações de titularização adquiridas são apresentadas de seguida:

Atlantes Mortgage nº 1

Operação concretizada em fevereiro de 2003 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos contratos de crédito à habitação. Os créditos foram vendidos a um fundo de titularização de créditos denominado Atlantes Mortgage nº 1 FTC, que emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage nº 1 PLC com sede na Irlanda. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage nº 1 PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Esta operação de titularização é administrada pela Navigator.

Atlantes Mortgage nº 1 PLC						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	462.500	46.028	A	A3	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 0,054%
Classe B	22.500	22.500	BB-	Baa2	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 1,3%
Classe C	12.500	12.500	B-	Ba3	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 2,6%
Classe D	2.500	2.500	B-	B3	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 4,75%
	<u>500.000</u>	<u>83.528</u>				
Classe E	15.400	15.400	NR	NR	janeiro de 2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>515.400</u>	<u>98.928</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Azor Mortgage nº 1

Operação concretizada em novembro de 2004 pelo ex-Banif, em que foram cedidos créditos imobiliários originados no anterior BBKA (Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.). Os créditos cedidos foram adquiridos pela Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos (Sagres STC), que emitiu as obrigações Azor Notes, integralmente subscritas pela Azor Mortgages PLC, com sede na Irlanda. Para se financiar, a Azor Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Em dezembro de 2006, foram transferidos da Sagres para a Gamma Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC) – sociedade atualmente detida pela Oitante - as Azor Notes e os respetivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento à entidade Azor Mortgages PLC.

Azor Mortgage nº 1						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.000	14.427	A	Baa3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,3%
Classe B	19.000	19.000	BB	Ba1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,76%
Classe C	9.000	9.000	BB	Ba3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 1,75%
	<u>281.000</u>	<u>42.427</u>				
Classe D	10.000	10.000	NR	NR	setembro de 2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>291.000</u>	<u>52.427</u>				

Atlantes Mortgage nº 2

Operação concretizada em março de 2008 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	174.437	BBB+	A	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	13.817	BB+	BBB	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	5.632	B-	BB	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>193.885</u>				
Classe D	16.125	16.125	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>210.010</u>				

Azor Mortgage nº 2

Operação concretizada em julho de 2008 pelo ex-Banif, em que foram cedidos créditos imobiliários originários do anterior BBKA à Gamma STC. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages nº 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Azor Mortgage nº 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.000	137.165	A+	A	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	<u>299.500</u>	<u>180.245</u>				
Classe D	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>306.250</u>	<u>186.995</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Atlantes Mortgage nº 3

Operação concretizada em outubro de 2008 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 3						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	296.552	A	A+	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	35.441	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	600.000	331.993				
Classe C	57.668	57.668	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	657.668	389.661				

Atlantes Mortgage nº 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	337.963	A+	A+	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	35.750	34.947	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,5%
	550.000	372.910				
Classe C	74.250	74.250	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	624.250	447.160				

Atlantes Mortgage nº 5

Operação concretizada em dezembro de 2009 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 5						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	455.000	284.062	A+	A+	dezembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	43.806	NR	NR	dezembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	500.000	327.868				
Classe C	66.250	66.250	NR	NR	dezembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	566.250	394.118				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Atlantes Mortgage nº 6

Operação concretizada em junho de 2010 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 6 Classes A e B com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 6						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	91.000	49.090	NR	NR	dezembro de 2016	4,50%
	91.000	49.090				
Classe B	22.000	22.000	NR	NR	dezembro de 2016	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	22.000	22.000				
	113.000	71.090				

Atlantes Mortgage nº 7

Operação concretizada em novembro de 2010 pelo ex-Banif, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 6 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 7						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	357.300	220.420	A+	A+	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	36.907	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	397.000	257.327				
Classe C	63.550	63.550	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	63.550	63.550				
	460.550	320.877				

Atlantes NPL nº 1

Operação concretizada em dezembro de 2012, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais (atualmente Cofidis) cederam à Gamma STC uma carteira de crédito imobiliário ou com garantia imobiliária. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes NPL nº 1 Classes A e B com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes NPL nº 1						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	168.000	107.141	NR	NR	dezembro de 2018	6,0%
	168.000	107.141				
Classe B	45.000	45.000	NR	NR	dezembro de 2018	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	45.000	45.000				
	213.000	152.141				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Atlantes Finance nº 6

Operação concretizada em dezembro de 2013, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais (atualmente Cofidis) cederam à Gamma STC uma carteira de crédito ao consumo. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes Finance nº 6 Classes A, B, C e S com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Finance nº 6						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	176.800	32.550	A-	NR	março de 2033	Euribor 3 meses + 2,4%
Classe B	40.100	40.100	NR	NR	março de 2033	Euribor 3 meses + 3%
	<u>216.900</u>	<u>72.650</u>				
Classe C	10.900	6.365	NR	NR	março de 2033	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Classe S	7.400	3.949	NR	NR	março de 2033	Sem remuneração
	<u>235.200</u>	<u>76.599</u>				

Conforme referido anteriormente, o Banco apenas dispõe de 22% da *equity piece* (Classe C), pelo que os créditos foram desreconhecidos. As obrigações detidas encontram-se registadas nas rubricas "Ativos financeiros disponíveis para venda" e "Investimentos em associadas".

Atlantes SME nº 4

Operação concretizada em setembro de 2014 pelo ex-Banif, no âmbito da qual cedeu à Gamma STC uma carteira de crédito a empresas. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes SME nº 4 Classes A, B, C, D e S com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes SME nº 4						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	465.000	55.778	A	NR	dezembro de 2043	Euribor 3 meses + 0,98%
Classe B	55.000	55.000	BB	NR	dezembro de 2043	Euribor 3 meses + 1,48%
Classe C	180.000	180.000	BB	NR	dezembro de 2043	Euribor 3 meses + 6,00%
	<u>700.000</u>	<u>290.778</u>				
Classe D	186.400	186.400	NR	NR	dezembro de 2043	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Classe S	41.000	20.045	NR	NR	dezembro de 2043	Sem remuneração
	<u>927.400</u>	<u>497.223</u>				

Atlantes SME nº 5

Operação concretizada em julho de 2015 pelo ex-Banif, no âmbito da qual cedeu à Gamma STC uma carteira de crédito a empresas. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes SME nº 5 Classes A, B, C, D e S com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes SME nº 5						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	440.000	283.133	A-	A3	janeiro de 2044	Euribor 3 meses + 1,20%
Classe B	35.600	35.600	BBB	B1	janeiro de 2044	Euribor 3 meses + 1,75%
Classe C	164.400	164.400	NR	NR	janeiro de 2044	Euribor 3 meses + 6,00%
	<u>640.000</u>	<u>483.133</u>				
Classe D	172.800	172.800	NR	NR	janeiro de 2044	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Classe S	33.200	23.647	NR	NR	janeiro de 2044	Sem remuneração
	<u>846.000</u>	<u>679.580</u>				

47. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no primeiro semestre de 2016 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
BST International Bank, Inc. - Porto Rico	Porto Rico
Santotta Internacional, S.G.P.S, Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Tottaarbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Portugal
Banif International Bank, Ltd	Bahamas
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Hipototta NO. 1 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Gamma STC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funda Bank, SA	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank A.S.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities, SL	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnología y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Santander Issuances, SA	Espanha
Sovereign Bank	EUA
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, SA	Espanha
PSA Gestao Comercio & Aluguer Veiculos, SA	Portugal
Allfunds Bank International S.A.	Luxemburgo
Financiera El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2015 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que direta ou indiretamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Banif International Bank, Ltd.	Bahamas
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, direta ou indiretamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
Gamma STC ⁽¹⁾	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal
⁽¹⁾ Ver nota 4	

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. SGEGR	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestão Comércio & Aluguer Veículos, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIC	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank S.A.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities,SL	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnología y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,S.A.	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2016		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	26.946	-	139
Activos financeiros detidos para negociação	87.419	-	1.739
Aplicações em instituições de crédito	1.128.353	-	235.433
Crédito a clientes	-	54.120	1.415
Derivados de cobertura	123.340	-	-
Investimentos em associadas	-	38.650	-
Outros activos	11.858	3.920	18.697
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.573.539	-	28.844
Recursos de outras instituições de crédito	340.187	51.840	1.819
Recursos de clientes e outros empréstimos	186.561	-	905.049
Responsabilidades representadas por títulos	61.405	-	18.251
Derivados de cobertura	183.849	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.299
Outros passivos	2.842	-	10.420
Custos:			
Juros e encargos similares	62.871	-	23.318
Encargos com serviços e comissões	825	-	978
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	628.385	-	35.010
Gastos gerais administrativos	-	-	23.443
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	83.896	-	1.658
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	321.211	-	37.201
Rendimentos de serviços e comissões	96	-	49.408
Resultados de reavaliação cambial	18	-	-
Resultados de associadas	-	2.010	-
Outros resultados de exploração	-	-	102
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	25.461	-	10.438
Garantias recebidas	1	-	1.000
Compromissos perante terceiros	37.916	3.000	156.281
Operações cambiais e instrumentos derivados	11.407.239	-	332.100
Responsabilidades por prestação de serviços	3.311.390	25.707	2.155.400

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2015		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21.036	-	525
Activos financeiros detidos para negociação	174.230	-	4.192
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	400
Aplicações em instituições de crédito	952.003	1	228.887
Crédito a clientes	-	39.027	5.851
Derivados de cobertura	127.036	-	-
Investimentos em associadas	-	42.213	-
Outros activos	10.505	7.840	22.067
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.534.391	-	46.867
Recursos de outras instituições de crédito	359.041	65.046	1.639
Recursos de clientes e outros empréstimos	93.652	-	1.100.942
Responsabilidades representadas por títulos	69.592	-	18.095
Derivados de cobertura	170.095	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.302
Outros passivos	3.462	-	1.694
Custos:			
Juros e encargos similares	138.134	30	39.518
Encargos com serviços e comissões	990	-	3.870
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	963.166	-	35.760
Gastos gerais administrativos	-	-	49.016
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	192.925	23	4.429
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	952.619	6.867	31.903
Rendimentos de serviços e comissões	231	-	99.907
Resultados de reavaliação cambial	1.794	937	0
Resultados de associadas	-	14.499	-
Outros resultados de exploração	-	-	156
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	25.717	-	13.005
Garantias recebidas	1	-	1.000
Compromissos perante terceiros	71.074	3.000	153.768
Operações cambiais e instrumentos derivados	13.642.089	-	453.067
Responsabilidades por prestação de serviços	590.996	-	2.221.970

ÓRGÃOS SOCIAISConselho de Administração

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 303 m.euros e 554 m.euros, respetivamente. Em 30 de junho de 2016 e 2015 as remunerações fixas e variáveis totalizaram 2.309 m.euros e 1.786 m.euros, respetivamente (Nota 41).

No exercício de 2015 foi aprovado um novo Plano de Incentivos de Longo Prazo Individual enquadrado na remuneração variável plurianual, o que se encontra descrito na Nota 48. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica “Custos com o pessoal” no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 e 2015 é apresentado de seguida:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual	152	198
	===	===

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. I).

Em Assembleia Geral de Acionistas do BST de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades com este plano ascendiam a 21.111 m.euros e 20.676 m.euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 23).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

48. PLANOS DE INCENTIVOS - AÇÕES

No exercício de 2015 foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual do Banco, enquadrado na remuneração variável plurianual, para um conjunto restrito de colaboradores. Este incentivo tem em conta o comportamento relativo em 2014 do retorno total do acionista (RTA) do Banco Santander, S.A. por comparação com um grupo constituído de 15 instituições de crédito. O Incentivo de Longo Prazo individual tem por referência o valor de 15% da base do prémio de desempenho do Banco, correspondendo a 100% daquele valor caso o RTA do Banco Santander se situe entre os oito primeiros do grupo de instituições de crédito referidas, a 50 % se situe entre a nona e a décima segunda posição e 0% caso esteja em posição inferior.

Conforme descrito na Nota 1.3. o), o registo contabilístico dos planos de incentivos de ações consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos foi assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o custo total do Plano de Ações de Incentivos para todos os colaboradores do Banco abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual	342	310
	===	===

A disponibilização das ações está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)49. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO***Categorias de instrumentos financeiros*

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	30-06-2016				Valor líquido
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	724.423	244.242	-	968.665
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	334.727	67.340	-	402.067
Ativos financeiros detidos para negociação	1.679.638	-	-	-	1.679.638
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.590.354	-	93.331	(71.628)	5.612.057
Aplicações em instituições de crédito	-	1.830.797	-	-	1.830.797
Crédito a clientes	355.176	33.656.281	-	(2.160.581)	31.850.876
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	301.730	-	301.730
Derivados de cobertura	126.281	-	-	-	126.281
	<u>7.751.449</u>	<u>36.546.229</u>	<u>706.643</u>	<u>(2.232.209)</u>	<u>42.772.111</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	2.450.427	-	-	2.450.427
Passivos financeiros detidos para negociação	1.687.799	-	-	-	1.687.799
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.124.569	-	-	3.124.569
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.894.564	25.501.139	51.218	-	28.446.921
Responsabilidades representadas por títulos	16.310	4.609.683	-	-	4.625.993
Derivados de cobertura	183.854	-	-	-	183.854
Passivos subordinados	-	4.299	-	-	4.299
	<u>4.782.527</u>	<u>35.690.117</u>	<u>51.218</u>	<u>-</u>	<u>40.523.862</u>
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.849.364	284.668	-	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	399.605	64.293	-	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.750.694	-	-	-	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.454.935	-	95.039	(82.161)	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	-	1.535.436	-	-	1.535.436
Crédito a clientes	195.661	33.930.790	-	(2.345.486)	31.780.965
Derivados de cobertura	130.292	-	-	-	130.292
	<u>8.531.582</u>	<u>38.715.195</u>	<u>444.000</u>	<u>(2.427.647)</u>	<u>45.263.130</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	4.952.679	-	-	4.952.679
Passivos financeiros detidos para negociação	1.721.691	-	-	-	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.545.229	-	-	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.215.210	23.862.374	48.729	-	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	16.261	5.027.184	-	-	5.043.445
Derivados de cobertura	170.133	-	-	-	170.133
Passivos subordinados	-	4.302	-	-	4.302
	<u>5.123.295</u>	<u>37.391.768</u>	<u>48.729</u>	<u>-</u>	<u>42.563.792</u>

No primeiro semestre de 2016 foram reclassificados um conjunto de títulos da carteira de "Ativos financeiros disponíveis para venda" para a carteira de "Investimentos detidos até à maturidade". No exercício de 2015 não ocorreram quaisquer reclassificações de ativos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2016 e 2015, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2016					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.026.851	(1.059.146)	(32.295)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	202.751	(15.227)	187.524	-	(157.523)	(157.523)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	15.921	-	15.921	-	-	-
Crédito a clientes	535.108	(155.727)	379.381	-	-	-
Derivados de cobertura	84.508	(107.549)	(23.041)	-	(10.097)	(10.097)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(10.445)	(10.445)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	27.990	(74.042)	(46.052)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	8.987	(36.023)	(27.036)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(81)	(81)	-	-	-
	1.902.116	(1.458.240)	443.876	-	(167.619)	(167.619)
Garantias prestadas	12.511	(630)	11.881	-	-	-
Linhas de crédito	379	-	379	-	-	-

	30-06-2015					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.231.096	(1.236.335)	(5.239)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	83.835	(4.571)	79.264	-	(108.941)	(108.941)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21.074	-	21.074	-	-	-
Crédito a clientes	465.082	(177.642)	287.440	-	-	-
Derivados de cobertura	133.945	(83.753)	50.192	-	(11.032)	(11.032)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(13.782)	(13.782)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.055	(123.963)	(95.908)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	5.882	(33.201)	(27.319)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(86)	(86)	-	-	-
	1.968.969	(1.673.333)	295.636	-	(119.973)	(119.973)
Garantias prestadas	8.824	(553)	8.271	-	-	-
Linhas de crédito	2.986	(1.669)	1.317	-	-	-

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respetivos instrumentos financeiros que, em 30 de Junho de 2016 e 2015, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de 2.685 m.euros e 4.619 m.euros, respetivamente (Nota 38).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

No primeiro semestre de 2016 e 2015, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2016			30-06-2015		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	27	-	27	33	-	33
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	-	6	28	-	28
Ativos financeiros disponíveis para venda	74.917	-	74.917	85.129	-	85.129
Aplicações em instituições de crédito	15.888	-	15.888	21.011	-	21.011
Crédito a clientes	387.853	(740)	387.113	318.257	(12)	318.245
Investimentos detidos até à maturidade	5.183	-	5.183	-	-	-
	<u>483.874</u>	<u>(740)</u>	<u>483.134</u>	<u>424.458</u>	<u>(12)</u>	<u>424.446</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(3.870)	(3.870)	-	(1.585)	(1.585)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(6.575)	(6.575)	-	(12.197)	(12.197)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(69.198)	(69.198)	-	(123.963)	(123.963)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(36.023)	(36.023)	-	(33.201)	(33.201)
Passivos subordinados	-	(81)	(81)	-	(86)	(86)
	<u>-</u>	<u>(115.747)</u>	<u>(115.747)</u>	<u>-</u>	<u>(171.032)</u>	<u>(171.032)</u>
Garantias prestadas	11.353	-	11.353	8.684	-	8.684
Linhas de crédito	379	-	379	1.642	-	1.642

No primeiro semestre de 2016 e 2015, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efetiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2016			30-06-2015		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	20.834	(5.877)	14.957	19.070	(7.364)	11.706
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	26.568	-	26.568	22.585	-	22.585

O Banco reconheceu durante o primeiro semestre de 2016 e 2015 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de 5.808 m.euros e 4.923 m.euros, respetivamente (Nota 31).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)**OUTRAS DIVULGAÇÕES****Contabilidade de cobertura**

Em 30 de Junho de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	30/06/2015					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	344.423	347.013	7.928	354.941	344.417	(10.098)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros disponíveis para venda	600.000	608.590	44.709	653.299	600.000	(71.650)
Recursos em bancos centrais						
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.877.016)	(2.895.523)	959	(2.894.564)	2.958.262	13.902
Responsabilidades representadas por títulos	(14.930)	(15.818)	(492)	(16.310)	14.930	1.374
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	1.970.097	1.970.097	-	1.970.097	1.475.000	92.137
Responsabilidades representadas por títulos	711.223	711.223	-	711.223	650.000	(83.238)
	<u>733.797</u>	<u>725.582</u>	<u>53.104</u>	<u>778.686</u>	<u>6.042.609</u>	<u>(57.573)</u>
	31/12/2015					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	191.786	191.919	3.527	195.446	191.787	(3.792)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros disponíveis para venda	850.000	867.212	20.761	887.973	850.000	(76.981)
Recursos em bancos centrais						
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.189.489)	(3.219.631)	4.421	(3.215.210)	3.277.463	19.604
Responsabilidades representadas por títulos	(14.930)	(15.463)	(798)	(16.261)	14.930	1.317
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.767.567	2.767.567	-	2.767.567	2.050.000	89.440
Responsabilidades representadas por títulos	794.542	794.542	-	794.542	650.000	(69.429)
	<u>1.399.476</u>	<u>1.386.146</u>	<u>27.911</u>	<u>1.414.057</u>	<u>7.034.180</u>	<u>(39.841)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2016					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	<u>(29.628)</u>	<u>(17.571)</u>	<u>(5.765)</u>	<u>20.628</u>	<u>41.235</u>	<u>8.899</u>
	31-12-2015					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	<u>5.131</u>	<u>9.725</u>	<u>11.069</u>	<u>(1.287)</u>	<u>(4.627)</u>	<u>20.011</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2016 e 2015, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2016			30-06-2015		
	Elemento	Instrumento	Líquido	Elemento	Instrumento	Líquido
	Coberto	de cobertura		Coberto	de cobertura	
Crédito a clientes	4.402	(4.402)	-	(390)	390	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.948	(23.948)	-	(27.127)	27.127	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.420)	3.385	(35)	5.472	(5.279)	193
Responsabilidades representadas por títulos	305	(305)	-	620	(620)	-
	<u>25.235</u>	<u>(25.270)</u>	<u>(35)</u>	<u>(21.425)</u>	<u>21.618</u>	<u>193</u>

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2016			31-12-2015		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	968.665	968.665	-	3.134.032	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	402.067	402.067	-	463.898	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.679.638	-	1.679.638	1.750.694	-	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.550.153	61.904	5.612.057	6.403.006	64.807	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	-	1.830.797	1.830.797	-	1.535.436	1.535.436
Crédito a clientes	354.941	31.495.935	31.850.876	195.446	31.585.519	31.780.965
Investimentos detidos até à maturidade	-	301.730	301.730	-	-	-
Derivados de cobertura	126.281	-	126.281	130.292	-	130.292
	<u>7.711.013</u>	<u>35.061.098</u>	<u>42.772.111</u>	<u>8.479.438</u>	<u>36.783.692</u>	<u>45.263.130</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	2.450.427	2.450.427	-	4.952.679	4.952.679
Passivos financeiros detidos para negociação	1.687.799	-	1.687.799	1.721.691	-	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.124.569	3.124.569	-	3.545.229	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.894.564	25.552.357	28.446.921	3.215.210	23.911.103	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	16.310	4.609.683	4.625.993	16.261	5.027.184	5.043.445
Derivados de cobertura	183.854	-	183.854	170.133	-	170.133
Passivos subordinados	-	4.299	4.299	-	4.302	4.302
	<u>4.782.527</u>	<u>35.741.335</u>	<u>40.523.862</u>	<u>5.123.295</u>	<u>37.440.497</u>	<u>42.563.792</u>

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2016					
	Custo de aquisição	Juros Corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
<u>Ativo</u>						
Ativos financeiros detidos para negociação	4.115	-	1.675.523	-	-	1.679.638
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.461.053	55.415	29.177	44.709	(40.201)	5.550.153
Crédito a clientes	344.423	2.825	-	7.928	(235)	354.941
Derivados de cobertura	-	-	126.281	-	-	126.281
	<u>5.809.591</u>	<u>58.240</u>	<u>1.830.981</u>	<u>52.637</u>	<u>(40.436)</u>	<u>7.711.013</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.687.799	-	-	1.687.799
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.877.015	18.508	-	(959)	-	2.894.564
Responsabilidades representadas por títulos	14.930	888	-	492	-	16.310
Derivados de cobertura	-	-	183.854	-	-	183.854
	<u>2.891.945</u>	<u>19.396</u>	<u>1.871.653</u>	<u>(467)</u>	<u>-</u>	<u>4.782.527</u>
<u>31-12-2015</u>						
	Custo de aquisição	Juros Corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
<u>Ativo</u>						
Ativos financeiros detidos para negociação	4.065	-	1.746.629	-	-	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.129.912	125.609	178.283	20.761	(51.559)	6.403.006
Crédito a clientes	191.785	349	-	3.527	(215)	195.446
Derivados de cobertura	-	-	130.292	-	-	130.292
	<u>6.325.762</u>	<u>125.958</u>	<u>2.055.204</u>	<u>24.288</u>	<u>(51.774)</u>	<u>8.479.438</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.721.691	-	-	1.721.691
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.189.489	30.142	-	(4.421)	-	3.215.210
Responsabilidades representadas por títulos	14.930	533	-	798	-	16.261
Derivados de cobertura	-	-	170.133	-	-	170.133
	<u>3.204.419</u>	<u>30.675</u>	<u>1.891.824</u>	<u>(3.623)</u>	<u>-</u>	<u>5.123.295</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de Junho de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2016			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Ativo</u>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.676.560	3.078	1.679.638
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.672.727	1.831.962	45.464	5.550.153
Crédito a clientes	-	354.941	-	354.941
Derivados de cobertura	-	126.281	-	126.281
	<u>3.672.727</u>	<u>3.989.743</u>	<u>48.542</u>	<u>7.711.013</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.687.799	-	1.687.799
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.894.564	-	2.894.564
Responsabilidades representadas por títulos	-	16.310	-	16.310
Derivados de cobertura	-	183.854	-	183.854
	-	<u>4.782.527</u>	-	<u>4.782.527</u>
<u>31-12-2015</u>				
Metodologia de apuramento do justo valor				
Cotações em mercado ativo (Nível 1)		Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<u>Ativo</u>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.632.210	118.484	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.110.637	137.380	154.989	6.403.006
Aplicações em instituições de crédito	-	195.446	-	195.446
Crédito a clientes	-	130.292	-	130.292
	<u>6.110.637</u>	<u>2.095.328</u>	<u>273.473</u>	<u>8.479.438</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.721.691	-	1.721.691
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.215.210	-	3.215.210
Responsabilidades representadas por títulos	-	16.261	-	16.261
Passivos subordinados	-	170.133	-	170.133
	-	<u>5.123.295</u>	-	<u>5.123.295</u>

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e ações.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como *inputs* significativos dados observáveis de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda valorizados com *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

<u>Instrumento financeiro derivado</u>	<u>Principais técnicas de valorização</u>
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
 - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).

Quando os *inputs* utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

No primeiro semestre de 2016 o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação		Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
	Títulos	Derivados		
Em 31 de dezembro de 2014	3.670	221.297	248.512	473.479
Aquisições	108	8.769	-	8.877
Alienações	-	(79.842)	(11.684)	(91.526)
Liquidações	(648)	-	(39.429)	(40.077)
Reclassificações	-	-	(48.749)	(48.749)
Alterações de justo valor	(34)	(34.836)	6.339	(28.531)
Em 31 de dezembro de 2015	3.096	115.388	154.989	273.473
Aquisições	-	-	63	63
Liquidações	-	-	(1.568)	(1.568)
Reclassificações	-	(115.388)	(109.064)	(224.452)
Alterações de justo valor	(18)	-	818	800
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	226	226
Em 30 de junho de 2016	3.078	-	45.464	48.542

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses *inputs* e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Instrumentos financeiros	Técnicas de valorização	Inputs utilizados	Relação entre os <i>inputs</i> utilizados e o justo valor apurado
<i>Ativos financeiros detidos para negociação</i>			
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respetiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m ² ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m ² ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	. Probabilidade de <i>default</i> (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Banco . LGD's específicas	Caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>			
Títulos de dívida	Discounted cash flows	. <i>Spread</i> de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respetiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	30-06-2016		31-12-2015	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,17%	0,98%	-0,04%	0,61%
1 mês	-0,17%	0,98%	-0,02%	0,57%
3 meses	-0,17%	0,98%	-0,02%	0,61%
6 meses	-0,18%	0,92%	-0,04%	0,70%
9 meses	-0,19%	0,92%	-0,05%	0,78%
1 ano	-0,20%	0,92%	-0,06%	0,86%
3 anos	-0,21%	0,81%	0,06%	1,42%
5 anos	-0,10%	0,98%	0,33%	1,76%
7 anos	0,08%	1,14%	0,62%	1,99%
10 anos	0,36%	1,35%	1,00%	2,22%

Em 30 de Junho de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	30-06-2016		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	968.665	972.627	3.962
Disponibilidades em outras instituições de crédito	402.067	402.067	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	61.904	61.904	-
Aplicações em instituições de crédito	1.830.797	1.840.691	9.894
Crédito a clientes	31.495.935	31.001.218	(494.717)
Investimentos detidos até à maturidade	301.730	301.730	-
	<u>35.061.098</u>	<u>34.580.237</u>	<u>(480.861)</u>
Passivo			
Recursos de bancos centrais	(2.450.427)	(2.466.914)	(16.487)
Recursos de outras instituições de crédito	(3.124.569)	(3.134.591)	(10.022)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25.552.357)	(25.597.853)	(45.496)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.609.683)	(4.604.017)	5.666
Passivos subordinados	(4.299)	(4.299)	-
	<u>(35.741.335)</u>	<u>(35.807.674)</u>	<u>(66.339)</u>
31-12-2015			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.134.032	3.134.032	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	463.898	463.898	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	64.807	64.807	-
Aplicações em instituições de crédito	1.535.436	1.567.464	32.028
Crédito a clientes	31.585.519	31.023.382	(562.137)
	<u>36.783.692</u>	<u>36.253.583</u>	<u>(530.109)</u>
Passivo			
Recursos de bancos centrais	(4.952.679)	(4.955.163)	(2.484)
Recursos de outras instituições de crédito	(3.545.229)	(3.582.827)	(37.598)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(23.911.103)	(23.983.746)	(72.643)
Responsabilidades representadas por títulos	(5.027.184)	(4.950.983)	76.201
Passivos subordinados	(4.302)	(4.283)	19
	<u>(37.440.497)</u>	<u>(37.477.002)</u>	<u>(36.505)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de Junho de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2016			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	968.665	-	968.665
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	402.067	-	402.067
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	61.904	61.904
Aplicações em instituições de crédito	-	1.830.797	-	1.830.797
Crédito a clientes	-	-	31.495.935	31.495.935
Investimentos detidos até à maturidade	64.249	121.095	116.386	301.730
	<u>64.249</u>	<u>3.322.624</u>	<u>31.674.225</u>	<u>35.061.098</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	(2.450.427)	-	(2.450.427)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(3.124.569)	-	(3.124.569)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(25.552.357)	(25.552.357)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	(4.609.683)	(4.609.683)
Passivos subordinados	-	-	(4.299)	(4.299)
	-	<u>(5.574.996)</u>	<u>(30.166.339)</u>	<u>(35.741.335)</u>
<u>31-12-2015</u>				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.134.032	-	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	463.898	-	463.898
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	64.807	64.807
Aplicações em instituições de crédito	-	1.535.436	-	1.535.436
Crédito a clientes	-	-	31.585.519	31.585.519
	-	<u>5.133.366</u>	<u>31.650.326</u>	<u>36.783.692</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	4.952.679	-	4.952.679
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.545.229	-	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	23.911.103	23.911.103
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	5.027.184	5.027.184
Passivos subordinados	-	-	4.302	4.302
	-	<u>8.497.908</u>	<u>28.942.589</u>	<u>37.440.497</u>

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os *cash flows* futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira, o justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efetuada no último trimestre do ano. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os *cash flows* futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano tendo em conta as diversas tipologias;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos *cash flows* futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos *cash flows* futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2016		31-12-2015	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	968.665	968.665	3.134.032	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	402.067	402.067	463.898	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.679.638	1.679.638	1.750.694	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.612.057	5.612.057	6.467.813	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	1.830.797	1.830.797	1.535.436	1.535.436
Crédito a clientes	31.850.876	36.804.154	31.780.965	37.038.662
Investimentos detidos até à maturidade	301.730	301.730	-	-
Derivados de cobertura	126.281	126.281	130.292	130.292
Investimentos em associadas	38.663	38.663	42.957	42.957
	<u>42.810.774</u>	<u>47.764.052</u>	<u>45.306.087</u>	<u>50.563.784</u>
Garantias prestadas	<u>1.640.548</u>	<u>1.640.548</u>	<u>1.716.445</u>	<u>1.716.445</u>

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 30 de Junho de 2016, incluía 518.695 m.euros e 4.434.583 m.euros referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respetivamente (658.346 m.euros e 4.599.351 m.euros em 31 de dezembro de 2015, respetivamente).

Crédito concedido

Mensalmente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber para identificar indícios de imparidade. Para efeitos de análise coletiva de perdas por imparidade, o BST efetua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10).

De acordo com os requisitos definidos na carta circular n.º 02/2014/DSP de 26 de fevereiro de 2014 do Banco de Portugal, o Banco apresenta a seguinte informação referente a 30 de Junho de 2016 e a 31 de Dezembro de 2015:

A exposição creditícia e a respetiva imparidade por segmento exclui a carteira do ex-Banif.

Segmento	Exposição a 30-06-2016:							Imparidade a 30-06-2016:		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	
Corporate	8.904.515	8.727.153	3.911	273.166	177.362	47.574	(244.505)	(69.823)	(154.682)	
Construção e CRE	2.685.120	2.334.793	2.819	242.100	350.327	153.560	(321.074)	(56.190)	(264.884)	
Habituação	14.571.977	14.248.609	9.489	1.158.443	323.368	124.554	(208.436)	(49.529)	(158.907)	
Retail	1.739.793	1.659.525	1.878	190.495	80.268	37.660	(113.324)	(27.079)	(86.245)	
Garantias não afectas a outros segmentos	1.217.410	1.217.410	-	-	-	-	(1.612)	(842)	(770)	
	<u>29.118.815</u>	<u>28.187.490</u>	<u>18.097</u>	<u>1.864.204</u>	<u>931.325</u>	<u>363.347</u>	<u>(888.952)</u>	<u>(223.463)</u>	<u>(665.489)</u>	
Segmento	Exposição a 31-12-2015:							Imparidade a 31-12-2015:		
Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento		
Corporate	8.455.216	8.234.418	2.444	275.098	220.798	65.629	(245.225)	(66.689)	(178.536)	
Construção e CRE	2.677.947	2.264.075	800	272.840	413.872	195.426	(349.302)	(52.560)	(296.742)	
Habituação	14.661.579	14.277.028	5.347	1.152.581	384.551	125.667	(273.911)	(36.165)	(237.746)	
Retail	1.793.075	1.660.786	975	210.218	132.289	74.407	(162.487)	(27.859)	(134.628)	
Garantias não afectas a outros segmentos	1.245.282	1.245.282	-	-	-	-	(1.273)	(792)	(481)	
	<u>28.833.099</u>	<u>27.681.589</u>	<u>9.566</u>	<u>1.910.737</u>	<u>1.151.510</u>	<u>461.129</u>	<u>(1.032.198)</u>	<u>(184.065)</u>	<u>(848.133)</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a exposição máxima de crédito referida no quadro anterior e a exposição total constante neste quadro é como segue para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 e ano 2015, respetivamente:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Exposição máxima ao risco de crédito	36.804.154	37.038.662
Compromissos por linhas de crédito revogáveis	(4.434.583)	(4.599.351)
Garantias prestadas e outros eventuais - garantias e avales	1.389.806	1.460.948
Garantias prestadas e outros eventuais - créditos documentários abertos	250.742	255.497
Imparidade registada	2.171.240	2.356.673
Exposição do ex-Banif		
. Carteira de crédito	(5.991.723)	(6.552.587)
. Obrigações da Oitante	(746.444)	(746.000)
. Garantias e avales	(260.340)	(303.627)
. Créditos documentários	(10.652)	(19.861)
. Compromissos irrevogáveis	(82.756)	(87.954)
Despesas com encargo diferido	(65.948)	(65.659)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	103.247	99.885
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(7.928)	(3.527)
	<u>29.118.815</u>	<u>28.833.099</u>

O detalhe da imparidade total é como segue:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Imparidade em crédito a clientes	(878.293)	(1.021.013)
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	(10.659)	(11.185)
	-----	-----
	(888.952)	(1.032.198)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

A exposição creditícia e a respetiva imparidade em função da antiguidade do vencido excluindo a carteira do ex-Banif, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é como segue:

Segmento	Total	Exposição total 30-06-2016			
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90 dias
Crédito					
Corporate	8.904.515	8.679.000	48.153	-	177.362
Construção e CRE	2.685.120	2.314.605	20.188	-	350.327
Habitação	14.571.977	14.106.728	141.881	-	323.368
Retail	1.739.793	1.629.874	29.650	-	80.268
Garantias não afectas a outros segmentos	1.217.410	1.217.410	-	-	-
	<u>29.118.815</u>	<u>27.947.617</u>	<u>239.872</u>	<u>-</u>	<u>931.325</u>
Imparidade					
Corporate	(244.505)	(82.538)	(7.285)	-	(154.682)
Construção e CRE	(321.074)	(52.231)	(3.958)	-	(264.884)
Habitação	(208.436)	(35.716)	(13.813)	-	(158.907)
Retail	(113.324)	(16.298)	(10.781)	-	(86.245)
Garantias não afectas a outros segmentos	(1.612)	(842)	-	-	(770)
	<u>(888.952)</u>	<u>(187.625)</u>	<u>(35.838)</u>	<u>-</u>	<u>(665.489)</u>
	<u>28.229.863</u>	<u>27.759.991</u>	<u>204.034</u>	<u>-</u>	<u>265.837</u>

Segmento	Total	Exposição total 31-12-2015			
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90 dias
Crédito					
Corporate	8.455.216	8.197.466	36.952	-	220.798
Construção e CRE	2.677.947	2.245.991	18.084	-	413.872
Habitação	14.661.579	14.137.900	139.128	-	384.551
Retail	1.793.075	1.634.060	26.726	-	132.289
Garantias não afectas a outros segmentos	1.245.282	1.245.282	-	-	-
	<u>28.833.099</u>	<u>27.460.699</u>	<u>220.890</u>	<u>-</u>	<u>1.151.510</u>
Imparidade					
Corporate	(245.225)	(61.663)	(5.026)	-	(178.536)
Construção e CRE	(349.302)	(48.938)	(3.622)	-	(296.742)
Habitação	(273.911)	(19.628)	(16.537)	-	(237.746)
Retail	(162.487)	(17.428)	(10.431)	-	(134.628)
Garantias não afectas a outros segmentos	(1.273)	(792)	-	-	(481)
	<u>(1.032.198)</u>	<u>(148.449)</u>	<u>(35.616)</u>	<u>-</u>	<u>(848.133)</u>
	<u>27.800.901</u>	<u>27.312.250</u>	<u>185.274</u>	<u>-</u>	<u>303.377</u>

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a exposição creditícia, excluindo o crédito adquirido ao ex-Banif, e a respetiva imparidade em função do ano de produção é como segue:

Ano de produção	Corporate		Construção e CRE			Habitação			Retail		Garantias				
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante			
2004 e anteriores	2.059	150.360	(2.543)	3.135	110.301	(6.442)	117.414	3.725.268	(66.232)	95.080	113.907	(3.938)	1.724	173.249	(127)
2005	836	37.477	(1.438)	667	62.554	(5.802)	24.880	1.205.959	(20.219)	14.402	19.910	(580)	124	5.212	(24)
2006	873	55.712	(2.832)	769	54.582	(8.621)	25.816	1.421.539	(22.954)	14.839	22.955	(958)	148	33.769	(332)
2007	1.402	71.660	(2.936)	1.177	85.850	(15.868)	35.133	1.976.201	(36.067)	22.938	33.993	(1.682)	165	45.510	(9)
2008	1.303	121.085	(3.613)	1.429	119.238	(15.382)	25.645	1.447.300	(30.511)	22.283	38.248	(3.362)	366	66.865	(90)
2009	1.521	147.037	(9.614)	1.585	127.706	(33.065)	16.805	1.001.807	(13.972)	19.146	32.667	(4.223)	266	36.780	(9)
2010	2.079	153.193	(7.937)	1.856	152.523	(29.019)	15.097	1.044.492	(8.765)	21.051	47.257	(7.732)	339	47.392	(70)
2011	2.496	168.458	(9.616)	2.325	153.231	(23.177)	7.228	458.695	(4.878)	34.444	65.234	(10.992)	380	29.193	(327)
2012	3.807	200.080	(19.086)	2.233	319.372	(99.482)	4.579	291.636	(2.410)	49.613	124.785	(20.217)	427	35.962	(4)
2013	5.872	339.103	(35.306)	2.371	185.038	(31.118)	3.733	268.987	(749)	62.387	196.155	(16.526)	552	89.681	(169)
2014	8.357	801.061	(25.777)	2.874	356.323	(22.305)	4.381	352.554	(842)	63.164	276.698	(17.923)	851	148.760	(411)
2015	12.638	1.218.049	(30.675)	4.176	398.316	(20.334)	8.320	742.749	(609)	120.649	472.685	(18.803)	1.357	261.348	(12)
2016	81.319	5.441.240	(93.232)	18.667	560.085	(10.459)	7.601	634.789	(428)	69.102	295.299	(6.388)	1.404	243.689	(29)
	<u>124.562</u>	<u>8.904.515</u>	<u>(244.505)</u>	<u>43.264</u>	<u>2.685.120</u>	<u>(321.074)</u>	<u>296.822</u>	<u>14.571.977</u>	<u>(208.436)</u>	<u>609.058</u>	<u>1.739.793</u>	<u>(113.324)</u>	<u>8.103</u>	<u>1.217.410</u>	<u>(1.612)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Ano de produção	31-12-2015														
	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Retail			Garantias		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	2.832	173.544	(3.624)	1.649	123.030	(6.321)	127.884	3.968.877	(69.624)	114.634	125.581	(4.484)	1.961	203.680	(126)
2005	1.147	47.530	(2.528)	888	67.457	(6.364)	26.270	1.263.635	(27.106)	18.124	22.345	(726)	189	5.353	(22)
2006	1.178	75.577	(4.033)	1.078	61.090	(8.972)	27.245	1.493.960	(34.714)	18.473	26.478	(1.258)	213	78.643	(331)
2007	1.801	92.824	(4.397)	1.604	109.222	(23.048)	36.880	2.073.411	(55.430)	27.504	38.703	(2.542)	226	46.884	(13)
2008	2.238	164.056	(5.581)	2.172	144.482	(17.838)	27.030	1.519.491	(44.821)	30.947	43.190	(4.674)	505	47.480	(93)
2009	2.941	193.722	(15.454)	2.483	158.543	(38.223)	17.792	1.054.185	(13.171)	29.001	42.965	(7.311)	508	16.942	(12)
2010	5.634	238.582	(17.314)	3.320	201.040	(36.449)	15.898	1.091.875	(11.827)	54.716	64.760	(16.049)	542	54.751	(79)
2011	7.972	245.029	(18.220)	3.873	183.670	(34.215)	7.720	480.975	(6.117)	68.483	106.285	(22.485)	572	47.779	(433)
2012	8.419	315.052	(32.977)	3.819	352.258	(97.871)	4.995	306.838	(2.763)	81.923	166.309	(33.180)	619	50.117	(9)
2013	10.542	490.671	(60.411)	3.448	215.769	(35.312)	4.010	284.065	(845)	90.847	264.129	(28.598)	893	130.687	(55)
2014	118.482	1.056.899	(39.531)	18.097	395.198	(28.112)	4.576	367.242	(694)	78.564	349.208	(24.163)	2.127	154.531	(29)
2015	106.362	5.359.630	(41.155)	20.760	666.179	(17.577)	8.415	757.025	(809)	115.749	543.122	(17.017)	2.452	408.435	(71)
	269.548	8.455.216	(245.225)	63.191	2.677.947	(349.302)	308.715	14.661.579	(273.911)	728.965	1.793.075	(162.487)	10.807	1.245.282	(1.273)

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a imparidade estimada de forma individual e através do modelo de análise coletiva (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte composição por segmento:

	30-06-2016					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Corporate	1.787.750	7.116.765	8.904.515	(151.943)	(92.562)	(244.505)
Construção e CRE	767.170	1.917.949	2.685.120	(285.893)	(35.181)	(321.074)
Habitação	-	14.571.977	14.571.977	-	(208.436)	(208.436)
Retail	-	1.739.793	1.739.793	-	(113.324)	(113.324)
Garantias não afectas a outros segmentos	26.355	1.191.055	1.217.410	(1.548)	(64)	(1.612)
	2.581.275	26.537.540	29.118.815	(439.384)	(449.567)	(888.952)

	31-12-2015					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Corporate	1.372.189	7.083.027	8.455.216	(150.202)	(95.023)	(245.225)
Construção e CRE	781.079	1.896.868	2.677.947	(301.503)	(47.799)	(349.302)
Habitação	-	14.661.579	14.661.579	-	(273.911)	(273.911)
Retail	-	1.793.075	1.793.075	-	(162.487)	(162.487)
Garantias não afectas a outros segmentos	55.879	1.189.403	1.245.282	(1.097)	(176)	(1.273)
	2.209.147	26.623.952	28.833.099	(452.802)	(579.396)	(1.032.198)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise coletiva apresentava a seguinte composição por setor de atividade, para os segmentos *Corporate* e “Construção e CRE”:

	30-06-2016					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	1.138.649	2.194.289	3.332.938	(91.335)	(19.737)	(111.072)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	21.064	214.157	235.221	(7.819)	(3.522)	(11.341)
Actividades de saúde humana e apoio social	6.325	165.070	171.396	(93)	(1.753)	(1.846)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	19.741	19.741	-	(29)	(29)
Indústrias Transformadoras	303.845	1.346.820	1.650.665	(13.592)	(22.846)	(36.438)
Captação, tratamento e distribuição de água saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1.708	69.404	71.112	(443)	(419)	(861)
Construção	778.744	1.037.337	1.816.081	(240.883)	(21.893)	(262.776)
Actividades imobiliárias.	117.652	567.280	684.932	(41.533)	(6.664)	(48.197)
Educação	1.276	55.024	56.299	(20)	(610)	(630)
Outras actividades de serviços	534	28.100	28.633	(226)	(637)	(863)
Transportes e armazenagem	4.747	399.240	403.987	(2.160)	(4.234)	(6.394)
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	8.958	26.783	35.741	(2.240)	(1.166)	(3.405)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2.855	114.842	117.697	(592)	(2.050)	(2.641)
Comércio por grosso e a retalho	106.676	1.280.764	1.387.440	(29.704)	(32.892)	(62.597)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	16.970	175.061	192.031	(1.147)	(1.794)	(2.941)
Actividades de informação e de comunicação	1.194	76.724	77.918	(537)	(1.276)	(1.814)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio.	7.269	924.118	931.387	(738)	(223)	(961)
Alojamento, Restauração e Similares	34.427	313.029	347.455	(4.617)	(4.380)	(8.997)
Indústrias Extrativas	2.028	12.386	14.414	(157)	(1.283)	(1.440)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória.	-	14.250	14.250	-	(41)	(41)
Outros	-	296	296	-	(294)	(294)
	2.554.920	9.034.715	11.589.635	(437.836)	(127.743)	(565.579)

	31-12-2015					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	1.016.353	1.466.872	2.483.225	(28.184)	(11.463)	(39.647)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	21.118	230.679	251.797	(8.356)	(3.032)	(11.388)
Actividades de saúde humana e apoio social	8.303	154.146	162.449	(224)	(1.548)	(1.772)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	32.628	32.628	-	(29)	(29)
Indústrias Transformadoras	71.038	1.455.472	1.526.510	(15.626)	(27.129)	(42.755)
Captação, tratamento e distribuição de água saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	71.913	71.913	-	(711)	(711)
Construção	713.766	1.042.141	1.755.907	(301.578)	(28.697)	(330.275)
Actividades imobiliárias.	123.515	423.486	547.001	(47.530)	(9.552)	(57.082)
Educação	1.316	50.334	51.650	(27)	(552)	(579)
Outras actividades de serviços	15.868	38.051	53.919	(781)	(764)	(1.545)
Transportes e armazenagem.	4.693	302.169	306.862	(1.794)	(4.763)	(6.557)
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	9.120	25.568	34.688	(2.280)	(1.248)	(3.528)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	12.766	105.004	117.770	(911)	(1.807)	(2.718)
Comércio por grosso e a retalho	97.244	1.356.816	1.454.060	(37.287)	(39.790)	(77.077)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	2.080	166.962	169.042	(512)	(2.182)	(2.694)
Actividades de informação e de comunicação	3.140	132.917	136.057	(1.139)	(1.486)	(2.625)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio.	7.493	903.629	911.122	(761)	(701)	(1.462)
Alojamento, Restauração e Similares	45.455	251.449	296.904	(4.715)	(5.623)	(10.338)
Indústrias Extrativas	-	16.568	16.568	-	(1.397)	(1.397)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória.	-	752.710	752.710	-	(38)	(38)
Outros	-	381	381	-	(310)	(310)
	2.153.268	8.979.895	11.133.163	(451.705)	(142.822)	(594.527)

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise coletiva (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte composição por geografia:

	30-06-2016			
	Portugal		Inglaterra	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	2.581.275	(439.384)	-	-
Coletiva	26.089.612	(434.214)	447.928	(15.353)
	28.670.887	(873.598)	447.928	(15.353)

	31-12-2015			
	Portugal		Inglaterra	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	2.209.147	(452.802)	-	-
Coletiva	25.754.726	(559.649)	869.226	(19.747)
	27.963.873	(1.012.451)	869.226	(19.747)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes fatores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes	Pequenas e médias
	empresas	Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

- Rating* 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating* 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating* 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 30 de Junho de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, a carteira de crédito do Banco (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte segmentação de acordo com o grau de risco interno atribuído:

	30-06-2016				
	Grau de Risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	213.040	4.611.598	1.554.371	2.525.506	8.904.515
Construção e CRE	399.067	1.558.532	162.427	565.094	2.685.120
Habituação	2.022.932	1.340.836	9.570.900	1.637.309	14.571.977
Retail	297.875	261.535	799.951	380.432	1.739.793
Garantias não afectas a outros segmentos	10.230	756.308	383.580	67.291	1.217.410
	<u>2.943.144</u>	<u>8.528.809</u>	<u>12.471.230</u>	<u>5.175.632</u>	<u>29.118.815</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2015				
	Grau de Risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	217.791	4.447.680	1.424.162	2.365.583	8.455.216
Construção e CRE	385.256	1.593.084	108.311	591.296	2.677.947
Habituação	2.077.886	1.375.513	9.828.958	1.379.222	14.661.579
Retail	325.308	272.085	830.911	364.771	1.793.075
Garantias não afectas a outros segmentos	7.061	783.692	393.606	60.923	1.245.282
	<u>3.013.302</u>	<u>8.472.054</u>	<u>12.585.948</u>	<u>4.761.795</u>	<u>28.833.099</u>

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascendia a 200.282 m.euros e 211.832 m.euros, respetivamente, e apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2016	31-12-2015
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	242.274	253.626
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	2.178	2.253
Outros ativos recebidos em dação em pagamento (Nota 18)	43.689	42.479
ativos financeiros disponíveis para venda	22.121	22.121
	<u>328.925</u>	<u>339.142</u>
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	(90.755)	(89.822)
. Unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. Equipamento	(1.823)	(1.642)
Imparidade de outros ativos recebidos em dação em pagamento (Nota 18)	(9.944)	(9.725)
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	<u>(128.643)</u>	<u>(127.310)</u>
	<u>200.282</u>	<u>211.832</u>

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo é o seguinte:

Ativo	30-06-2016			31-12-2015		
	Números de Imóveis	Justo Valor do Activo (*)	Valor Líquido Contabilístico	Números de Imóveis	Justo Valor do Activo (*)	Valor Líquido Contabilístico
Terreno						
Urbano	127	19.983	16.286	131	22.661	18.124
Rural	96	8.695	7.087	96	9.908	8.171
Edifícios Construídos						
Comerciais	429	40.044	32.327	514	56.361	46.725
Habituação	1.495	116.376	92.526	1.463	102.136	83.016
Outros	15	3.798	3.030	35	11.172	7.420
Outros	11	360	263	4	393	348
	<u>2.173</u>	<u>189.256</u>	<u>151.519</u>	<u>2.243</u>	<u>202.631</u>	<u>163.804</u>

(*) não inclui custos com a venda e estimativa de perda histórica com a alienação deste tipo de activos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por antiguidade é o seguinte:

Ativo	30-06-2016				Total
	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno					
Urbano	501	597	4.651	10.537	16.286
Rural	82	177	5.948	880	7.087
Edifícios Construídos					
Comerciais	4.727	8.136	17.392	2.072	32.327
Habitação	24.395	26.528	30.323	11.280	92.526
Outros	-	1.154	769	1.107	3.030
Outros	26	91	146	-	263
	29.731	36.683	59.229	25.876	151.519

Ativo	31-12-2015				Total
	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno					
Urbano	774	1.162	4.050	12.138	18.124
Rural	220	3.342	3.952	657	8.171
Edifícios Construídos					
Comerciais	6.060	15.131	22.652	2.882	46.725
Habitação	23.605	23.147	31.871	4.393	83.016
Outros	1.927	2.082	3.207	204	7.420
Outros	-	206	142	-	348
	32.586	45.070	65.874	20.274	163.804

Crédito reestruturado

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (que substituiu a Instrução nº 18/2012) a qual estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção "crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente".

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O Banco até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento da carteira de créditos marcados como reestruturados (excluindo a carteira do ex-Banif) durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 e ano de 2015 foi como segue:

Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) em 31 de dezembro de 2014	2.520.350
Créditos reestruturados no período	359.094
Juros corridos da carteira reestruturada	(1.513)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(477.059)
Outros	(29.006)
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) em 31 de dezembro de 2015	2.371.866
Créditos reestruturados no período	285.084
Juros corridos da carteira reestruturada	(2.156)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(422.987)
Outros	(4.256)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) em 30 de junho de 2016	<u>2.227.551</u>

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a carteira de crédito reestruturado (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte composição por medida de reestruturação aplicada:

	30-06-2016								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	33.422	943.418	(32.895)	4.993	139.695	(101.694)	38.415	1.083.113	(134.588)
Outros	28.423	920.786	(95.697)	4.640	223.652	(171.927)	33.063	1.144.438	(267.623)
	<u>61.845</u>	<u>1.864.204</u>	<u>(128.591)</u>	<u>9.633</u>	<u>363.347</u>	<u>(273.621)</u>	<u>71.478</u>	<u>2.227.551</u>	<u>(402.212)</u>

	31-12-2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	34.899	992.152	(40.787)	7.659	166.422	(122.286)	42.558	1.158.574	(163.073)
Outros	28.632	918.585	(88.846)	7.574	294.707	(209.502)	36.206	1.213.292	(298.348)
	<u>63.531</u>	<u>1.910.737</u>	<u>(129.633)</u>	<u>15.233</u>	<u>461.129</u>	<u>(331.788)</u>	<u>78.764</u>	<u>2.371.866</u>	<u>(461.421)</u>

Colaterais

Em 30 de Junho de 2016 o grau de cobertura do crédito moroso por garantias reais apresentava a seguinte composição:

Grau de cobertura	30-06-2016				
	Colaterais				
	Exposição	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
Empresas					
>= 100%	209.888	50.413	96.834	147.247	(120.898)
>= 80% e < 100%	208.422	114.581	118.473	233.054	(101.718)
>= 60% e < 80%	220.836	184.147	137.179	321.326	(122.055)
< 60%	868.644	1.569.184	423.584	1.992.768	(461.383)
Sem garantia	699.475	-	-	-	(453.221)
Habitação					
>= 100%	98.629	76.849	3.503	80.352	(41.403)
>= 80% e < 100%	166.738	183.946	4.437	188.383	(54.438)
>= 60% e < 80%	216.427	309.300	2.602	311.902	(66.403)
< 60%	235.868	515.241	6.011	521.252	(88.267)
Sem garantia	19.117	-	-	-	(15.064)
Outros					
>= 100%	14.183	3.470	7.631	11.101	(10.918)
>= 80% e < 100%	29.128	8.400	24.244	32.644	(23.481)
>= 60% e < 80%	53.971	49.283	27.645	76.928	(40.961)
< 60%	81.706	148.435	40.469	188.904	(59.544)
Sem garantia	136.406	-	-	-	(102.457)
	<u>3.259.438</u>	<u>3.213.249</u>	<u>892.612</u>	<u>4.105.861</u>	<u>(1.762.211)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2015, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte composição:

Grau de cobertura	2015						
	Exposição			Colaterais			
	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido (Nota 10)	Total	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
Empresas							
>= 100%	16.340	31.678	48.018	18.545	11.575	30.120	(25.039)
>= 80% e < 100%	8.628	13.022	21.650	22.303	2.330	24.633	(8.554)
>= 60% e < 80%	12.382	38.029	50.411	65.220	8.371	73.591	(22.661)
< 60%	32.962	132.504	165.466	352.564	25.914	378.478	(71.870)
Sem garantia	176.310	271.337	447.647	-	-	-	(263.115)
Habitação							
>= 100%	22.885	99.528	122.413	103.326	11	103.337	(41.913)
>= 80% e < 100%	94.889	81.587	176.476	198.004	-	198.004	(38.196)
>= 60% e < 80%	106.406	65.707	172.113	244.691	-	244.691	(32.376)
< 60%	117.263	100.324	217.587	472.797	27	472.824	(47.972)
Sem garantia	2.098	2.080	4.178	-	-	-	(1.239)
Outros particulares							
>= 100%	3.634	5.588	9.222	2.369	2.683	5.052	(5.182)
>= 80% e < 100%	1.831	2.329	4.160	2.701	1.778	4.479	(2.447)
>= 60% e < 80%	1.791	1.703	3.494	1.891	2.901	4.792	(1.777)
< 60%	5.637	3.064	8.701	11.979	7.379	19.358	(4.374)
Sem garantia	67.783	106.393	174.176	-	-	-	(124.824)
	<u>670.839</u>	<u>954.873</u>	<u>1.625.712</u>	<u>1.496.390</u>	<u>62.969</u>	<u>1.559.359</u>	<u>(691.539)</u>

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe por *rating* externo, de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
BBB+ / BBB / BBB-	-	9.929
BB+ / BB / BB-	5.394.652	6.045.447
B+ / B / B-	104.389	108.577
Sem rating externo	<u>12.956</u>	<u>185.267</u>
	<u>5.511.997</u>	<u>6.349.220</u>

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os *ratings* divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2016							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	244.242	-	-	-	724.340	-	-	968.581
Disponibilidades em outras instituições de crédito	402.067	-	-	-	-	-	-	402.067
Ativos financeiros detidos para negociação	1.679.638	-	-	-	-	-	-	1.679.638
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	8.715	259.334	1.639.717	829.486	3.895.201	166.431	6.798.887
Aplicações em instituições de crédito	904.126	22.926	34.872	566.249	13.543	278.172	-	1.819.888
Crédito a clientes	169.324	2.533.864	3.552.638	6.843.031	6.184.421	17.133.892	-	36.417.169
Investimentos detidos até à maturidade	-	1.844	7.565	206.378	56.342	84.483	-	356.612
Derivados de cobertura	126.281	-	-	-	-	-	-	126.281
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	40.163	40.163
	3.525.680	2.567.348	3.854.409	9.255.375	7.808.132	21.391.747	206.594	48.609.285
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.427	-	-	-	2.446.000	-	-	2.450.427
Passivos financeiros detidos para negociação	1.687.799	-	-	-	-	-	-	1.687.799
Recursos de outras instituições de crédito	478.473	2.026.606	3.977	1.857	1.860	600.521	-	3.113.294
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.605.580	4.627.628	6.334.584	6.555.665	566.626	18.098	-	28.708.181
Responsabilidades representadas por títulos	692	86.182	1.240.358	1.013.546	937.304	1.615.381	-	4.893.463
Derivados de cobertura	183.854	-	-	-	-	-	-	183.854
Outros passivos subordinados	-	4.309	-	-	-	-	-	4.309
	12.960.825	6.744.725	7.578.919	7.571.068	3.951.790	2.233.999	-	41.041.328
31-12-2015								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	284.667	360	1.089	2.891	2.854.750	-	-	3.143.757
Disponibilidades em outras instituições de crédito	463.898	-	-	-	-	-	-	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.750.694	-	-	-	-	-	-	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	48.792	175.493	1.352.981	2.476.589	2.970.632	191.477	7.215.966
Aplicações em instituições de crédito	364.581	40.269	677.660	169.392	15.802	275.884	-	1.543.588
Crédito a clientes	187.542	6.322.392	4.243.992	5.293.685	5.434.510	14.726.040	-	36.208.161
Derivados de cobertura	130.292	-	-	-	-	-	-	130.292
	3.181.676	6.411.813	5.098.234	6.818.949	10.781.651	17.972.556	191.477	50.456.356
Passivo								
Recursos de bancos centrais	1.404.484	1.100.149	-	2.453.964	-	-	-	4.958.597
Passivos financeiros detidos para negociação	1.721.691	-	-	-	-	-	-	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	284.592	1.445.647	1.329.884	3.280	3.038	601.900	-	3.668.341
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.905.366	5.048.603	6.907.147	6.036.093	882.570	22.315	-	27.802.094
Responsabilidades representadas por títulos	798	31.300	320.609	1.352.224	1.739.228	2.108.026	-	5.552.185
Derivados de cobertura	170.133	-	-	-	-	-	-	170.133
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	4.313	4.313
	12.487.064	7.625.699	8.557.640	9.845.561	2.624.836	2.732.241	4.313	43.877.354

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com exceção dos instrumentos de capital registados como ativos financeiros disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Ativos e passivos financeiros não estruturais correspondem a ativos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda) e ativos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos ativos e passivos de negociação como o seu valor transacional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os fatores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado diretamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e *repricing* existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	Exposição a		30-06-2016		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	724.423	244.242	-	968.665
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	402.067	-	402.067
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.078	1.676.560	1.679.638
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.217.475	168.239	226.343	-	5.612.057
Aplicações em instituições de crédito	1.025.891	783.893	21.013	-	1.830.797
Crédito a clientes	4.720.173	27.643.943	(513.240)	-	31.850.876
Derivados de cobertura	-	-	-	126.281	126.281
	10.963.539	29.320.498	383.503	1.802.841	42.470.381
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	2.446.000	-	4.427	-	2.450.427
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.687.799	1.687.799
Recursos de outras instituições de crédito	16.609	3.107.909	51	-	3.124.569
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.293.862	10.021.142	131.917	-	28.446.921
Responsabilidades representadas por títulos	2.720.769	1.972.567	(67.343)	-	4.625.993
Derivados de cobertura	-	-	-	183.854	183.854
Passivos subordinados	-	4.275	24	-	4.299
	23.477.240	15.105.893	69.076	1.871.653	40.523.862

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2015				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.849.364	284.668	-	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	463.898	-	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.096	1.747.598	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.609.518	424.326	433.969	-	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	1.112.740	371.308	51.388	-	1.535.436
Crédito a clientes	3.524.326	29.095.874	(839.235)	-	31.780.965
Derivados de cobertura	-	-	-	130.292	130.292
	<u>10.246.584</u>	<u>32.740.872</u>	<u>397.784</u>	<u>1.877.890</u>	<u>45.263.130</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	2.446.000	- 2.500.000	6.679	-	4.952.679
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.721.691	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	162.807	2.863.654	518.768	-	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.297.662	8.626.069	202.582	-	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	2.733.748	2.291.199	18.498	-	5.043.445
Derivados de cobertura	-	-	-	170.133	170.133
Passivos subordinados	-	4.275	27	-	4.302
	<u>23.640.217</u>	<u>16.285.197</u>	<u>746.554</u>	<u>1.891.824</u>	<u>42.563.792</u>

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de *repricing* (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de *repricing*/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e *repricing* – consideram-se as datas de vencimento e *repricing* reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, *repricing*, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 30 de Junho de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	30-06-2016		31-12-2015	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	(42)	11.848	1.627	83.080
Ativos financeiros disponíveis para venda	(416.009)	278.899	(326.835)	288.920
Aplicações em instituições de crédito	(4.471)	14.051	(6.493)	7.016
Crédito a clientes	<u>(216.934)</u>	<u>88.444</u>	<u>(182.767)</u>	<u>110.011</u>
	<u>(637.456)</u>	<u>393.242</u>	<u>(514.468)</u>	<u>489.027</u>
Derivados de cobertura	<u>27.417</u>	<u>(26.334)</u>	<u>22.224</u>	<u>(40.417)</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	(96.168)	22.800	(68.348)	23.265
Recursos de outras instituições de crédito	(3.641)	5.085	(8.501)	6.124
Recursos de clientes e outros empréstimos	(640.363)	236.589	(532.907)	338.888
Responsabilidades representadas por títulos	(68.916)	30.156	(80.645)	48.438
Outros passivos subordinados	(6)	1	(6)	2
	<u>(809.094)</u>	<u>294.631</u>	<u>(690.407)</u>	<u>416.717</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR *Weighted* Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	<u>30-06-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
VaR Percentil 99%	(4)	(4)
VaR Weighted Percentil 99%	(1)	(25)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	30-06-2016			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	965.926	1.288	1.451	968.665
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275.293	102.786	23.988	402.067
Ativos financeiros detidos para negociação	1.676.549	2.714	375	1.679.638
Ativos Financeiros disponíveis para venda	5.612.057	-	-	5.612.057
Aplicações em instituições de crédito	927.896	753.033	149.868	1.830.797
Crédito a clientes	31.538.059	268.491	44.326	31.850.876
Investimentos detidos até à maturidade	301.730	-	-	301.730
Derivados de cobertura	125.596	684	-	126.281
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	38.663	-	-	38.663
	<u>41.461.769</u>	<u>1.128.997</u>	<u>220.007</u>	<u>42.810.773</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais	2.450.427	-	-	2.450.427
Passivos financeiros detidos para negociação	1.684.615	2.768	416	1.687.799
Recursos de outras instituições de crédito	3.045.334	76.151	3.083	3.124.569
Recursos de clientes e outros empréstimos	26.909.217	1.314.166	223.538	28.446.921
Responsabilidades representadas por títulos	4.596.367	28.426	1.200	4.625.993
Derivados de cobertura	182.718	1.136	-	183.854
Passivos subordinados	4.299	-	-	4.299
	<u>38.872.978</u>	<u>1.422.647</u>	<u>228.237</u>	<u>40.523.862</u>
31-12-2015				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.128.135	2.486	3.411	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	408.863	34.345	20.690	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.748.022	2.574	98	1.750.694
Ativos Financeiros disponíveis para venda	6.467.813	-	-	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	819.396	636.260	79.780	1.535.436
Crédito a clientes	31.458.868	300.746	21.351	31.780.965
Derivados de cobertura	129.584	708	-	130.292
	<u>44.160.681</u>	<u>977.119</u>	<u>125.330</u>	<u>45.263.130</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais	4.948.209	-	4.470	4.952.679
Passivos financeiros detidos para negociação	1.701.878	19.715	98	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	3.157.960	383.597	3.672	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	25.556.896	1.346.985	222.432	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	5.013.954	28.205	1.286	5.043.445
Derivados de cobertura	168.116	2.017	-	170.133
Passivos subordinados	4.302	-	-	4.302
	<u>40.551.315</u>	<u>1.780.519</u>	<u>231.958</u>	<u>42.563.792</u>

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	30-06-2016	31-12-2015
VaR Percentil 99%	(4)	(8)
VaR Weighted Percentil 99%	(3)	(10)

Risco de cotações de ativos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o Banco não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

50. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projeção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de *swap* de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do setor público, nomeadamente do setor dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 ascendia a cerca de 1.228.700 m.euros e 1.228.000 m.euros, respetivamente, o qual se encontra refletido no balanço anexo na rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação" (Nota 7). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do setor público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respetivos contratos.

Em setembro de 2013, já após a instauração das ações judiciais acima mencionadas, as empresas do setor público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de *swap* até que aquelas ações judiciais fossem julgadas. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica do balanço "Outros ativos – Outros" incluía cerca de 396.000 m.euros e 311.000 m.euros, respetivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 18).

Em novembro de 2013, as empresas do setor público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às ações interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de 134.000 m.euros.

No dia 14 de fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do setor público, tendo sido apresentadas as réplicas por parte da defesa em 4 de abril de 2014. No dia 16 de maio de 2014, foi realizada a audiência preliminar. As audiências decorreram entre outubro e novembro de 2015, com alegações orais finais em dezembro de 2015.

Em 4 de março de 2016, foi conhecida a sentença do Tribunal Comercial de Londres, a qual deu razão aos pedidos do Banco da declaração da validade dos contratos de *swap* e condenou as respetivas empresas ao pagamento dos fluxos vencidos. Este processo encontra-se em fase de recurso, por iniciativa das empresas de transportes.

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses cinco ações judiciais contra o Banco, questionando a validade e a força vinculante de contratos de *swap* de taxa de juro celebrados com algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira (entidades incluídas no setor público português), as quais suspenderam igualmente a liquidação dos juros associados àqueles contratos. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o justo valor positivo daqueles *swaps* ascendia a cerca de 87.100 m.euros e 87.000 m.euros, respetivamente, e encontrava-se refletido no balanço anexo na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação” (Nota 7). Por outro lado, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica do balanço “Outros ativos – Outros” incluía cerca de 39.000 m.euros e 31.000 m.euros, respetivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 18). Por último, as entidades acima referidas reclamam igualmente a devolução dos juros líquidos pagos por si no passado, os quais ascendiam a cerca de 20.000 m.euros. O Banco apresentou a sua contestação a estas ações judiciais. Até à presente data, todas as decisões proferidas nestas ações têm sido favoráveis ao Banco, incluindo decisões de segunda e de terceira instância, estando três das ações já concluídas a favor do Banco. Nessas três ações já concluídas, os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça confirmaram as sentenças dos Tribunais da primeira instância e para um deles do Tribunal da Relação de Lisboa (dado que os outros dois passaram diretamente do tribunal de primeira instância para revista do Supremo Tribunal de Justiça), que se declararam incompetentes para julgarem as ações por, aceitando os argumentos do Banco, entenderem que as questões levantadas são da competência dos tribunais ingleses. Para uma outra ação, o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça decidiu colocar uma questão prejudicial ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) sobre a aplicabilidade do artigo 23º do Regulamento nº 44/2001, em relação a se o pacto de jurisdição era suficiente como elemento de estraneidade ou não o sendo, se os outros factos na relação em apreço seriam suficientes. Esta decisão de colocar a questão prejudicial ao TJUE suspendeu a revista em 4 de fevereiro de 2016.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, pelo teor da sentença do Tribunal Comercial de Londres e pelas decisões até à data dos Tribunais portugueses, que o desfecho das ações judiciais em causa lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por último, no exercício de 2014, foram interpostas duas ações judiciais contra o Banco, envolvendo o montante total de aproximadamente 350.000 m.euros, as quais não estão incluídas no quadro acima e que consistem em duas ações Populares instauradas contra o Banco, contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e contra o Metro do Porto, S.A.. Estas ações incidem sobre o cancelamento de alguns contratos de *swap* celebrados entre o Banco e as empresas públicas acima referidas, os quais já são objeto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota. Estas ações foram concluídas a favor do Banco, com fundamento na incompetência dos tribunais portugueses, uma delas em Fevereiro de 2016 e a outra em Junho de 2016.

51. FUNDO DE RESOLUÇÃO

De acordo com um comunicado emitido pelo Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014, foi decidido aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. uma medida de resolução que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

No caso concreto da medida de resolução relativa ao Banco Espírito Santo, S.A., para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4,9 mil milhões de euros. Desse montante, 377.000 m.euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução, resultantes das contribuições já pagas pelas instituições participantes e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, foi concretizado um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de 700.000 m.euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. A participação do BST neste empréstimo foi de 116.200 m.euros. O restante montante necessário ao financiamento da medida de resolução adotada proveio de um empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Quando o Novo Banco for alienado, o produto da alienação será prioritariamente afeto ao Fundo de Resolução.

Em setembro de 2015 o Banco de Portugal interrompeu o processo de venda da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, iniciado em 2014, e concluiu o procedimento em curso sem aceitar qualquer das três propostas vinculativas por considerar que os seus termos e condições não eram satisfatórios. Em comunicado de 21 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal divulgou o acordo alcançado com a Comissão Europeia que previa, entre outros compromissos, a extensão do prazo para a alienação integral da participação acionista detida pelo Fundo de Resolução no Novo Banco.

Em 15 de novembro de 2015 o Fundo de Resolução emitiu um comunicado, com o seguinte texto: “esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota”. Deste modo, prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de abril do ano a que respeita a contribuição periódica.

Em 29 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal emitiu um comunicado sobre a aprovação de um conjunto de decisões que completam a medida de resolução aplicada ao BES. O Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais. O montante nominal das obrigações retransmitidas para o BES é de 1.941 milhões de Euros e corresponde a um valor de balanço de 1.985 milhões de Euros. Aquelas emissões foram originariamente emitidas pelo BES e colocadas especificamente junto de investidores qualificados. Para além desta medida, o Banco de Portugal veio também clarificar que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

Em 31 de março de 2016 o Banco de Portugal emitiu novo comunicado sobre o processo de venda do Novo Banco, dando conhecimento que definiu os termos do novo procedimento de venda na sequência do relançamento do processo de alienação anunciado a 15 de janeiro de 2016.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas pelo Conselho de Administração, o BST não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade os valores potencialmente envolvidos na alienação do Novo Banco. Pelo mesmo motivo, não é possível estimar com razoável fiabilidade se na sequência deste processo de alienação irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, caso aplicável, a forma como a mesma será financiada. Desta forma, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto desta situação para as demonstrações financeiras do BST, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

Adicionalmente, em 20 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banif, no âmbito da qual foi criado um veículo de gestão de ativos, a Oitante, detida pelo Fundo de Resolução. A maior parte dos ativos do ex-Banif que não foram objeto de alienação foram transferidos para a Oitante. A Oitante foi constituída com 50 m.euros de capital, tendo ao abrigo da medida de resolução emitido obrigações representativas de dívida por contrapartida dos direitos e obrigações correspondentes a ativos transferidos do Banif. As obrigações foram emitidas por 746.000 m.euros, correspondentes à avaliação provisória realizada aos ativos transferidos nos termos do nº 8 do artigo 145º-H do Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). Adicionalmente, foi determinado na medida de resolução que o Fundo de Resolução deveria prestar uma garantia às obrigações emitidas pela Oitante bem como disponibilizar o apoio financeiro para absorção de prejuízos do Banif. A absorção de prejuízos do Banif correspondeu a 489.000 m.euros. As obrigações da Oitante recebidas pelo Banif em contrapartida dos ativos transferidos para a Oitante foram transferidas para o BST. Adicionalmente, as obrigações têm uma contragarantia do Estado português.

O produto da venda dos ativos transferidos do Banif para a Oitante será utilizado para pagamento das obrigações e para reembolso dos montantes adiantados pelo Fundo de Resolução para absorção de prejuízos do Banif. Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas o BST não dispõe de informação sobre o valor estimado de alienação dos ativos transferidos do Banif para a Oitante e dos custos a incorrer por esta, de forma a analisar eventual impacto ao nível do BST por via do Fundo de Resolução.

52. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de julho de 2016.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Obrigações de Caixa											
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23.913	8.983	14.930	888	492	16.310	Variável	17-mar-2009	28-mar-2017	Cabaz de índices
Valorização Europa GBP	GBP	1.132	-	1.132	-	-	1.132	Variável	27-jun-2014	27/jun/2017	Índice de ações EURO STOXX 50® Index
Banif OPS 7,5% 2013-2016	EUR	60.311	1.585	58.726	1.860	-	60.586	7,50%	30-jul-2013	30-jul-2016	Taxa Fixa
Banif Sénior Tx Fixa 2015/2018	USD	27.022	-	27.022	234	-	27.256	2,50%	26-fev-2015	26-fev-2018	Taxa Fixa
Banif Tx Fixa 2013/2016	EUR	80.000	212	79.788	78	-	79.866	5,00%	23-dez-2013	23-dez-2016	Taxa Fixa
		192.378	10.780	181.598	3.060	492	185.150				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Hipotecárias X	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	Variável	26-jul-2013	26-jul-2016	Euribor3m+2,25%
Hipotecárias XI - 1ª tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor3m+1,85%
Hipotecárias XI - 2ª tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor6m+1,85%
Hipotecárias XI - 3ª tranche	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	2,58%	13-jan-2014	13-jan-2017	Tx Fixa
Hipotecária XII - 1ª tranche	EUR	1.000.000	-	1.000.000	3.235	-	1.003.235	1,50%	1-abr-2014	3-abr-2017	Tx Fixa
Hipotecária XIII - 1ª tranche	EUR	750.000	-	750.000	(1.930)	-	748.070	1,63%	11-jun-2014	11-jun-2019	Tx Fixa
Hipotecária XIV	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,75%	4-mar-2015	4-mar-2022	Tx Fixa
Hipotecária XV	EUR	750.000	-	750.000	3.345	-	753.345	0,88%	27-out-2015	27/out/2016	Tx Fixa
Hipotecária XVI	EUR	450.000	450.000	-	-	-	-	0,75%	24-fev-2016	24-fev-2017	Tx Fixa
Hipotecária XVII	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,90%	15-abr-2016	15-abr-2017	Tx Fixa
		6.950.000	4.450.000	2.500.000	4.650	-	2.504.650				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	111.675	90.797	20.878	(83)	-	20.795	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado em agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	7.201	7.201	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado em agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	3.173	3.173	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado em agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11.000	11.000	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	731.247	414.965	316.282	(759)	-	315.523	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	26.934	26.934	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	84.055	44.951	39.104	-	-	39.104	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	670.944	322.433	348.511	(387)	-	348.124	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	7.779	7.779	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC - classe A	EUR	46.028	7.544	38.484	22	-	38.506	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+0,54%;
Atlantes Mortgage PLC - classe B	EUR	22.500	-	22.500	48	-	22.548	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+1,30%;
Atlantes Mortgage PLC - classe C	EUR	12.500	-	12.500	60	-	12.560	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+2,60%;
Atlantes Mortgage PLC - classe D	EUR	2.500	-	2.500	23	-	2.523	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+4,75%;
Atlantes MTG n1 CL E 2036	EUR	15.400	15.400	-	-	-	-	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC classe A	EUR	14.427	3.007	11.420	-	-	11.420	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC classe B	EUR	19.000	500	18.500	2	-	18.502	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,76%
Azor Mortgage PLC classe C	EUR	9.000	2.500	6.500	3	-	6.503	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 1,75%
Azor Mortgage PLC classe D	EUR	10.000	10.000	-	-	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	151.577	-	151.577	4	-	151.581	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,33%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	13.817	13.817	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,95%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	5.632	5.632	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 1,65%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - D	EUR	16.125	16.125	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	137.165	137.165	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	43.080	43.080	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,8%
Azor Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	6.750	6.750	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - A	EUR	273.064	63.226	209.838	-	-	209.838	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,20%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - B	EUR	35.441	35.441	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,50%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - C	EUR	57.668	57.668	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - A	EUR	292.106	-	292.106	-	-	292.106	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - B	EUR	34.947	34.947	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - C	EUR	74.250	74.250	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - A	EUR	284.062	284.062	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - B	EUR	43.806	43.806	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - C	EUR	66.250	66.250	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 6 - A	EUR	49.090	49.090	-	-	-	-	4,5%	30-jun-2010	23-out-2016	Taxa fixa
Atlantes Mortgage PLC serie 6 - B	EUR	22.000	22.000	-	-	-	-	Variável	30-jun-2010	23-out-2016	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - A	EUR	220.420	220.420	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - B	EUR	36.907	36.907	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - C	EUR	63.550	63.550	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Finance NPL n1 A	EUR	107.141	107.141	-	-	-	-	6,00%	21-dez-2012	15-dez-2018	Taxa fixa
Atlantes Finance NPL n1 B	EUR	45.000	45.000	-	-	-	-	6,00%	21-dez-2012	15-dez-2018	Taxa fixa
Atlantes SME 4 Classe A	EUR	55.778	-	55.778	4	-	55.782	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Euribor 3m + 0,98%
Atlantes SME 4 Classe B	EUR	55.000	-	55.000	7	-	55.007	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Euribor 3m + 1,48%
Atlantes SME 4 Classe C	EUR	180.000	180.000	-	-	-	-	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Euribor 3m + 6,00%
Atlantes SME 4 Classe D	EUR	186.400	186.400	-	-	-	-	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes SME 4 Classe S	EUR	20.045	20.045	-	-	-	-	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Sem remuneração
Atlantes SME 5 Classe A	EUR	283.133	-	283.133	462	-	283.595	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Euribor 3m + 1,20%
Atlantes SME 5 Classe B	EUR	35.600	35.600	-	-	-	-	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Euribor 3m + 1,75%
Atlantes SME 5 Classe C	EUR	164.400	164.400	-	-	-	-	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Euribor 3m + 6,00%
Atlantes SME 5 Classe D	EUR	172.800	172.800	-	-	-	-	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes SME 5 Classe S	EUR	23.647	23.647	-	-	-	-	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Sem remuneração
		5.183.014	3.298.403	1.884.611	(593)		1.884.018				
Certificados de depósito											
Certificados de depósito	GBP	51.409	-	51.409	766	-	52.175				
		51.409	-	51.409	766		52.175				
		12.376.801	7.759.183	4.617.618	7.882		4.625.993				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

PASSIVOS SUBORDINADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota 25)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	106	106	-	1,59%	Perpétuas	22 de junho de 2010	
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	79	79	-	1,62%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011	
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	24	-	24	1,62%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011	
		288.540	284.265	4.275	209	185	24				